

INSTITUTO SUPERIOR DE PSICOLOGIA APLICADA
MESTRADO EM PSICOPATOLOGIA E PSICOLOGIA CLÍNICA

DM
BRAN/C.1

TESE DE MESTRADO

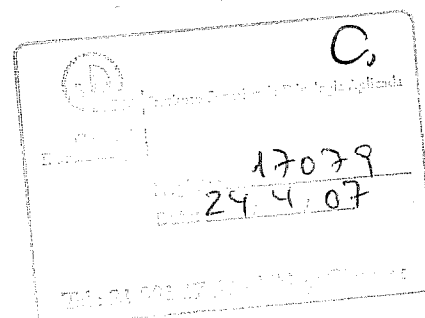
Crianças Intimidantes

Estudo Exploratório do Comportamento Agressivo
de Crianças na Idade Pré-escolar e Escolar

Catarina Caetano Homem da Costa Branco – Nº11294

ORIENTADOR: Prof. Dr. Emílio Salgueiro
Instituto Superior de Psicologia Aplicada

2006



“Às vezes é raiva de esperança; às vezes, raiva de desespero”

Bowlby, J.

Ao Martim

que nasceu e deu os primeiros passos
enquanto este trabalho tomava forma

Ao Filipe

que acompanhou o crescimento dos
dois

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Doutor Emílio Salgueiro, pela orientação desta tese, pela valiosa experiência de aprendizagem que me proporcionou, o interesse manifestado, o incentivo, críticas e sugestões, tornando este trabalho um desafio estimulante.

Às crianças que participaram no estudo e suas famílias, que confiaram-me a sua intimidade e permitiram que este trabalho fosse elaborado.

Ao Serviço Regional de Saúde pelas facilidades que me concedeu em termos de serviço, em especial à Dra. Raquel Borges, Chefe da Divisão de Psicologia. Agradeço-lhe ainda o apoio, incentivo e disponibilidade para pensar comigo as dúvidas que iam surgindo.

À Equipa de Saúde Escolar pela colaboração na triagem e encaminhamento das crianças da amostra.

Às minhas colegas por terem assinalado e encaminhado algumas das crianças da amostra, pela colaboração na revisão do texto e na discussão de ideias, pelas sugestões dadas, pela sua disponibilidade na avaliação de algumas situações ajudando a melhorar substancialmente este trabalho. Principalmente pela sua amizade.

Ao Dr. Nuno Silva e à Dra. Mónica Fernandez, pela colaboração no tratamento estatístico dos dados e orientações neste domínio.

À Fundação Horácio Roque e à Fundação Berardo, pelo apoio financeiro.

À minha família e amigos, pela paciência, entusiasmo e encorajamento constante, pois sem o seu apoio e incentivo nada teria sido possível.

RESUMO

A autora procurou realizar um estudo exploratório sobre as “crianças intimidantes”, ou seja, crianças que através do seu comportamento procuram intimidar os outros, colocando-os numa posição de submissão. Os comportamentos apresentados são infligidos intencionalmente com o objectivo de causar sofrimento físico e/ou emocional aos outros.

O interesse da autora por este tema prendeu-se com a constatação de um número elevado destas crianças na consulta de psicologia e a natural preocupação da família, escola e sociedade em geral devido à insegurança e instabilidade que estes comportamentos provocam. Surgiu então a necessidade de pensar sobre este fenómeno, de forma a compreender melhor estas crianças (tanto na sua realidade externa como interna), podendo assim adequar a intervenção às suas necessidades.

A amostra foi constituída por crianças do sexo masculino com idades compreendidas entre os 5 e os 11 anos, encaminhadas à consulta de psicologia num Centro de Saúde do Funchal devido ao seu comportamento. De forma a tornar a amostra mais “homogénea”, foi usado como critério o recurso à agressividade física como forma de intimidar os outros.

A literatura refere vários factores que interferem directa ou indirectamente no aparecimento e manutenção destes comportamentos. No presente estudo e, partindo do pressuposto que o meio familiar é o principal promotor do bem-estar psíquico e emocional da criança, a autora debruçou-se especialmente

sobre as relações familiares e como estas são vivenciadas pelas crianças. Teve também em consideração alguns factores ambientais, escolares e características individuais da criança, de forma a conhecermos melhor a sua realidade externa e interna e percebermos como estes factores interagem entre si.

Para tal, usou diferentes metodologias de investigação. Para além da entrevista e da observação clínica, recorreu à aplicação de testes psicológicos que permitiram obter dados sobre as suas capacidades intelectuais, grafo-perceptivos e de personalidade. De forma a perceber como era o comportamento destas crianças em casa e na escola, recorreu a questionários entregues aos pais e professores. Assim, utilizou o desenho livre, o desenho da figura humana e do auto-retrato, o “Teste do Desenho da Família”, as “Matrizes Coloridas Progressivas de Raven (PM-47)”, o “Teste de Bender”, o “Teste das Relações Familiares” de Bene-Anthony, e a prova projectiva para crianças “As Aventuras do Pata Negra”. Aos pais e professores entregou os questionários de Achenbach: “Child Behavior Checklist” e “Teacher’s Report Form” respectivamente.

Distribuiu estas crianças em três grupos diferentes de acordo com a estrutura familiar em que estão inseridas, correspondendo cada uma delas a uma dinâmica particular, sendo estes grupos caracterizados por “pais e filhos com falta de envolvimento afectivo”, “pais superprotectores” e “pai ausente”.

Relacionou o comportamento intimidante com as interacções e com a dinâmica familiar específicas de cada um destes grupos, procurando perceber qual a função deste comportamento em cada grupo. Nos três grupos foram encontrados elementos em comum.

Entre os elementos comuns encontrados, a autora salientou a ausência externa e/ou interna da função simbólica do pai, dependência afectiva à figura materna (com falta de “encaixe” entre as necessidades da criança e os cuidados prestados) e conflitualidade subsequente a estas situações (dificuldades ao nível da triangulação edipiana, na identificação masculina, no processo de autonomização e ao nível da compreensão dos diferentes papéis, da diferença de sexos e gerações), referiu ainda a fragilidade narcísica destas crianças e objectos internos caracterizados pela fragilidade e ausência.

Concluiu também que o comportamento apresentado por estas crianças tem como função uma demonstração “excessiva” de masculinidade, afirmação de identidade, dissuasão de possíveis agressores, tentativa de independência na relação simbiótica com a mãe e procura no exterior de alguém que exerça uma função simbolicamente paterna e de contenção da ansiedade.

ÍNDICE

Introdução	1
Contribuições Teóricas sobre a Influência do Ambiente Familiar no	
Comportamento das Crianças	6
Teoria Psicanalítica	13
Teoria da Vinculação	25
Teoria da Aprendizagem Social	27
Factores Explicativos e Resultados da Investigação	29
Estudos Realizados em Portugal	35
Metodologia	37
Amostra	37
Instrumentos	37
Classificação Internacional de Graffar	38
Desenho Livre	39
Desenho da Figura Humana e Auto-retrato	39
Desenho da Família Imaginada	40
Matrizes Progressivas de Raven	40
Teste Grafo-perceptivo de Bender	40
Prova Projectiva “As Aventuras do Pata Negra”	41
Teste das Relações Familiares de Bene-Anthony	42
Child Behavior Checklist e Teacher’s Report Form	43
Procedimento.....	44
Tratamento dos Dados	46

Resultados	47
Identificação	48
Caracterização do Comportamento Agressivo	42
Família	66
Sono e Controle Esfincteriano	88
Factores Escolares	93
Observação Clínica	97
Provas de Avaliação Psicológica	103
Avaliação Cognitiva e Grafo-perceptiva	103
Provas Projectivas	109
Teste do Desenho da Família	109
Desenho Livre	125
Teste das Relações Familiares	130
As Aventuras do Pata Negra	144
Child Behavior Checklist e Teacher's Report Form	178
Discussão	186
Entrevista Clínica	188
Caracterização do Comportamento Agressivo	188
Família	190
Sono e Controle Esfincteriano	199
Factores Escolares	202
Observação Clínica	202
Avaliação Cognitiva e Grafo-perceptiva	204
Provas Projectivas	205
Teste do Desenho da Família	205
Desenho Livre	208
Teste das Relações Familiares	209
As Aventuras do Pata Negra	211
Child Behavior Checklist e Teacher's Report Form	217
Discussão Geral	219

Intervenção	235
Considerações para Trabalhos Futuros	246
Conclusões	247
Bibliografia	250
Anexos	255
Anexo 1	256
Anexo 2	275
Anexo 3	279

INTRODUÇÃO

Neste trabalho propomo-nos realizar um estudo exploratório sobre os “bullies”, ou seja, crianças que, através do seu comportamento, exercem actos de violência e opressão sobre os outros.

O termo “bullying” provém da literatura psicológica de origem anglo-saxónica, para designar o fenómeno de “vitimização pelos pares” (Almeida, L. 1995). Este fenómeno pode definir-se como “a violência mental ou física, dirigida por um indivíduo ou por um grupo contra outro indivíduo que não é capaz de defender-se a si próprio nessa situação e que se desenrola no âmbito escolar” (Ramirez, F. 2001).

Procurámos encontrar uma tradução do termo que descrevesse o comportamento destas crianças, tendo-nos parecido mais adequado o termo “intimidante”, pois salienta-se no comportamento destas crianças a necessidade de intimidar o outro, colocando-o numa posição de submissão e controlo. Considerámos como “alvo” destes comportamentos não só os pares, mas também os adultos. Para “especificar” o comportamento utilizado, usamos como critério para a recolha da nossa amostra o uso da agressão física como forma de intimidar o outro, no entanto, não é esta a única forma de o fazer, podendo este comportamento “intimidatório” manifestar-se de outras formas.

O interesse por este tema adveio da constatação da existência de um número crescente de crianças que são encaminhadas para a consulta de psicologia com queixa de agressividade para com os pares e outros. O

comportamento apresentado por estas crianças influencia não só a sua própria vivência como a família, a escola e a sociedade em geral.

Segundo a revista Time (Janeiro 2005) os valores actuais apontam para um número crescente de situações desta natureza e que afectam um número cada vez maior de crianças mais novas. Segundo a mesma fonte, em Espanha, cerca de 7% de crianças entre os 9 e os 16 anos são vítimas de bullying violento. Em França, quase 13% dos alunos referem ter sido alvo de múltiplos incidentes de bullying. Na Alemanha a percentagem de alunos que dizem ter estado envolvidos em actos de violência física duplicou ao longo de uma geração, sendo 5% nos anos setenta e 10% nos dias de hoje.

Nos últimos anos este problema tem vindo a suscitar interesse por parte de investigadores e teóricos de várias áreas, não havendo por vezes consenso em relação aos resultados obtidos, nem soluções sentidas como satisfatórias.

Surge então a necessidade de reflectir sobre estas crianças, procurando conhecê-las ao nível do seu funcionamento psicológico, da dinâmica familiar e características do ambiente em que estão inseridas. Com base nestas necessidades por nós sentidas, elaboramos um estudo exploratório, dando especial ênfase às relações familiares, tanto na sua organização real como na forma como são vivenciadas pelas crianças. Este enfoque baseia-se no pressuposto que o meio familiar é o principal promotor do bem estar psicológico e emocional da criança. No entanto, não descurámos alguns factores ambientais, escolares e características individuais da criança, de forma a conhecê-la melhor em várias vertentes e perceber como estes vários factores interagem entre si.

Segundo Olweus (1992), o “bullying” define-se pela “exposição do indivíduo, repetidas vezes, a interacções negativas por parte de uma ou mais pessoas dominantes, que de certa forma beneficiam do desconforto da vítima. As acções negativas são infligidas intencionalmente sob forma de injúria ou desconforto que pode envolver contacto físico, agressões verbais ou gestos

insultuosos”. Para este autor, o factor essencial deste fenómeno é a relação assimétrica de poder (Ramirez, F. 2001)

Twemlow, S. et al. (1996) enfatizam duas importantes características do “bullying”: a natureza do ganho por parte do bully e a importância dos papéis interdependentes do bully, da vítima e do observador.

Costa, M.E. e Vale, D. (1998) sintetizam no seu trabalho as várias características do fenómeno que surgem na literatura, que englobam: o sofrimento físico ou emocional causado à vítima; a intenção de provocar sofrimento no outro; a agressão que pode ser física, verbal ou psicológica; o carácter esporádico ou repetido das agressões; a desigualdade de poder a favor dos agressores; o agressor que pode ser uma única pessoa ou um grupo, etc.

Originalmente, o termo “bullying” referia-se unicamente a situações no contexto escolar. No entanto, actualmente, este termo é usado para descrever situações domésticas, no local de trabalho, instituições, etc. (Cross, 2000, cit. por Hemerda, J. 2002) descreve o “bullying” como sendo um fenómeno que pode ser observado em todos os períodos de vida e em todas as estruturas sociais, desde a família ao mundo laboral, podendo ser directo ou indirecto e caracterizando-se por comportamentos agressivos intencionais, acções repetidas e nas quais há uma relação assimétrica caracterizada pela dominação.

Na literatura, encontramos vários termos que descrevem muitas vezes o mesmo fenómeno, havendo por isso várias sobreposições, logo, pouca clareza ao nível das opiniões e dificuldades consequentes para a investigação. Encontramos assim conceitos como “agressividade”, “condutas heteroagressivas”, “perturbação de comportamento”, “passagens ao acto”, “comportamento delinquente”, “comportamento anti-social”, entre outros que, principalmente quando se referem ao universo infantil, sobrepõem-se uns aos outros.

Marcelli, D. (1998) descreve as criança com “condutas heteroagressivas”, como sendo crianças que através do seu comportamento “comandam a família”, com intolerância à frustração, que à menor contrariedade passam ao acto por vezes com comportamentos violentos e reacções de raiva.

Ramirez, F. (2001) descreve a conduta agressiva como qualquer comportamento que tem por objectivo ferir alguém física ou psicologicamente. Através desta conduta pretende-se obter algo, coagir outrem, exprimir poder e domínio e impressionar o outro.

Costa, M.E. (1998) no seu trabalho, foca o termo “perturbação de comportamento” que consiste num padrão de comportamentos repetidos por parte da criança que são considerados socialmente inaceitáveis pelos familiares e/ou membros da sociedade. Nos exemplos de comportamentos estão presentes a agressão física e verbal e os acessos de raiva.

Winnicott, D. W. (2002) usa o termo “tendência anti-social” para descrever a tendências destrutivas (exemplificadas por roubar, mentir e os actos destrutivos) exibidas pelas crianças que sofreram uma “privação”, ou seja, quando lhes passou a faltar certas características essenciais da vida familiar, funcionando como uma busca de um quadro de referência seguro no ambiente. O autor refere que a “tendência anti-social” não é um diagnóstico, podendo ser encontrada num indivíduo normal, num neurótico ou num psicótico.

Podemos então verificar que não há consenso entre os autores nas definições de conceitos, havendo conceitos que se sobrepõem, e vários termos para explicar fenómenos por vezes semelhantes. Verificámos na revisão de literatura que este factor origina dificuldades ao nível da operacionalização de conceitos, comparação entre os estudos e análise dos resultados. Os estudos efectuados sobre o tema reflectem esta dificuldade, havendo um grande leque de temáticas que se sobrepõem como a agressividade nas crianças e nos jovens, a violência na escola, os

problemas de comportamento, a delinquência nos jovens e o fenómeno “bullying”.

O conceito de “agressividade” parece particularmente importante, pois está presente de forma directa ou implícita no fenómeno do “bullying”. Além disso, é um conceito estudado pelas várias vertentes da psicologia e está mais ou menos implícita em todos os conceitos acima mencionados. Assim, podemos pensar que os actos infringidos pelos “bullies” têm sempre um acto agressivo implícito.

É importante focar que o fenómeno “bullying” não se limita à agressividade física aberta (apesar desta ser normalmente a mais “visível”) englobando um contínuo de comportamentos agressivos como difamar, excluir, danificar bens, ameaçar, incomodar ou perseguir repetidamente, entre outros. No entanto, a maioria das teorias refere-se ao conceito de agressividade como a “essência” de qualquer comportamento considerado neste domínio de estudo” (Costa, M.E.; Vale, D., 1998)

Sem seguida iremos rever algumas contribuições teóricas sobre o tema. Tivemos alguma dificuldade em encontrar abordagens teóricas específicas sobre o fenómeno “bullying”, pois a maioria das teorias focaliza o tema da “agressão” usando-a como conceito geral.

Tentar perceber a criança, isolando-a do ambiente em que está inserida, parece-nos uma abordagem extremamente pobre e redutora. No momento que nasce a criança é totalmente dependente do ambiente, particularmente da mãe (ou figura substituta) e dos cuidados que lhe são prestados. Aos poucos vai tornando-se mais autónoma, mas a família e as relações nela estabelecidas funcionarão para sempre como as “bases” do seu desenvolvimento. Assim, não conseguimos compreender o funcionamento psíquico da criança isolando-a da dinâmica afectiva e relacional da família onde está inserida. Desta forma, as ligações entre pais e filhos, a referência materna e paterna, a relação do casal entre si e as relações fraternas constituem o núcleo central do ambiente familiar onde a criança se insere.

Este factor levou-nos a considerar o ambiente em que a criança está inserida como central no nosso estudo, com especial ênfase nas características familiares e relações estabelecidas entre os vários elementos.

De entre as várias teorias que focam a influência do ambiente familiar e das relações estabelecidas entre os vários elementos, focaremos a teoria psicanalítica, que foi quem mais se debruçou sobre a reflexão deste tema, principalmente sobre a influência do relacionamento precoce e das relações de objecto no desenvolvimento dos indivíduos. A influência do relacionamento precoce foi também estudada pela teoria da vinculação, que explica como o tipo de vinculação estabelecido com as figuras de apego influenciam as relações sociais futuras. Em ambas as teorias, os vários autores relacionam o aparecimento da agressividade patológica com as relações emocionais estabelecidas na infância. Por fim, faremos referência ao modelo da aprendizagem social de Bandura, que descreve a influência da agressividade do meio, particularmente da intra familiar, no desenvolvimento da agressividade.

CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS SOBRE A INFLUÊNCIA DO AMBIENTE FAMILIAR NO COMPORTAMENTO DAS CRIANÇAS

Ferro, A. (1995) foca a grande permeabilidade que a criança tem para assumir as identificações projectivas do grupo familiar, por isso, muitas vezes, funciona como a “portadora” da doença de todo um grupo familiar. Isto acontece porque a criança apropria-se da modalidade de funcionamento inconsciente do grupo, assumindo também a respectiva angústia. O autor cita Pichon-Rivière, que defende que o prognóstico e o diagnóstico para cada paciente (especialmente no caso das crianças), devem ser colocados em relação ao grupo familiar. Assume assim que o paciente é o “depositário” da doença da família, logo, o seu tratamento depende também da capacidade esta transformar-se e consentir mudanças evolutivas.

Ao focarmos a importância das relações familiares tanto no desenvolvimento normal como no aparecimento de condições psicopatológicas, não pretendemos entrar numa visão simplista do tipo linear, nem culpabilizante das famílias, mas sim procurar compreender as influências e os mecanismos utilizados pelas crianças.

Em seguida, procuraremos fazer referência a algumas teorias e autores, cujas ideias nos pareceram importantes para o nosso estudo, mais precisamente na compreensão das influências das relações familiares no psiquismo da criança. As referências aqui mencionadas são muito limitadas, se tivermos em conta os inúmeros autores que contribuíram na evolução de ideias sobre este domínio, ficando assim claro que a nossa exposição é por isso muito redutora. O nosso objectivo foi assim fazer uma breve revisão sobre algumas ideias e teorias que nos pareceram pertinentes para o estudo em questão.

Teoria Psicanalítica

A valorização das relações familiares, em especial das primeiras relações da criança com a mãe, o tipo de vínculo estabelecido e os cuidados prestados, como sendo factores cruciais na estruturação do psiquismo da criança, logo, na formação da personalidade do adulto, foram abordados principalmente pela teoria psicanalítica.

Segundo Schmit, G. (in Houzel, D., Emmanuelli, M. & Moggio, F., 2004), “a família constitui um espaço de vida e uma pertença de referência, interpondo-se entre o indivíduo e a sociedade em que vive. Desempenha assim um papel de regulação essencial com respeito às relações sociais em seu conjunto” (2004, p. 389). Assim, as relações sociais estabelecidas têm sempre origem nas relações de “base” estabelecidas precocemente com as figuras de referência.

A família afigura-se como um campo dinâmico de interações, que inclui tanto factores conscientes como inconscientes. Assim, quando nos referimos a uma criança inserida num grupo familiar, referimo-nos também à forma como esta existe no desejo e nos fantasmas dos pais (como indivíduos separados e enquanto casal), pois, o lugar ocupado por ela na família depende tanto desse imaginário parental como da forma como esta se adapta a esse mesmo imaginário.

Temos de ter em conta aspectos relacionados com a “transgeracionalidade” (Zimerman, D.E., 1999), ou seja, a forma como cada um dos genitores mantém a internalização das suas famílias de origem, com os valores, estereótipos e conflitos associados, pois, há uma tendência para que os conflitos não resolvidos pelos pais sejam reeditados nos filhos, originando um complexo “jogo de projecções”. Zimerman (1999) refere ainda a transmissão de valores e significados de natureza pulsional (como o estímulo excessivo, o bloqueio da sexualidade ou da agressão), egóicos (dando como exemplo a identificação a certas capacidades), provenientes do superego (mandamentos e proibições) e do ideal do ego (ambições e expectativas).

Vemos então que o grupo familiar não é estático, sofrendo contínuas transformações, onde “circulam em todos os níveis, uma rede de necessidades, desejos, demandas, relações objectais, ansiedades, mecanismos defensivos, mal-entendidos da comunicação, segredos ocultos ou partilhados, afectos contraditórios, etc.” (Zimerman, D.E., 1999, p.104). Assim, para Zimerman, é necessário destacar três aspectos no grupo familiar: as características dos pais (individualmente e enquanto casal, sendo um factor importante nas representações internas que os filhos terão deles e de si próprios); as identificações existentes (que formarão o sentimento de identidade e a auto-estima); e por fim, a designação e definição de papéis a serem cumpridos tanto dentro da família como fora dela.

A literatura dá um grande relevo à influência exercida pela mãe (ou pessoa que exerce a sua função) como factor fundamental ao desenvolvimento psicológico da criança. Na teoria psicanalítica, o papel concedido à mãe “amplificou-se, em virtude dos rearranjos teóricos múltiplos centrados no desenvolvimento da relação de objecto” (Schmit, G. in Houzel, D., Emmanuelli, M. & Moggio, F., 2004). Assim, o problema já não é apenas centrado na representação da mãe na economia psíquica, mas também os efeitos das atitudes efectivas desta, da sua actividade fantasmática, do seu desejo, e no que a criança representa para ela.

A noção de objecto refere-se assim ao laço efectivo, à interiorização da relação com o outro, à fixação em imagos, suportes de laços diversos (Schmit, G. in Houzel, D., Emmanuelli, M. & Moggio, F., 2004). As patologias são assim compreendidas à luz das etapas mais precoces e dos relacionamentos estabelecidos entre a mãe e a criança.

Winnicott sublinhou a importância dos cuidados maternos e da qualidade do ambiente na constituição do psiquismo do lactente. Refere a mãe “suficientemente boa” como sendo aquela que não frustra, nem gratifica de forma excessiva, que é capaz de manter uma boa distância e um bom envolvimento afectivo com o bebé, possibilitando o crescimento saudável do “self” do filho. Assim, esta mãe “suficientemente boa” é sensível e intuitiva em relação aos sentimentos da criança, possui uma boa capacidade empática, percebendo as necessidades da criança através da sua aptidão para se identificar com ela, o que faz com que haja uma adaptação desta ao bebé.

Refere na mãe um estado de “doença normal” durante o fim da gravidez e primeiros tempos de vida da criança, em que esta atravessa um período de hipersensibilidade, que permite a adaptação total desta às necessidades da criança. Nesta fase, o bebé e a mãe estão em harmonia, sendo que a mãe tem um tipo de identificação sofisticado com o bebé, na qual ela se sente muito identificada com ela. Em parte, “ela é o bebé e o bebé é ela” (Winnicott, D. 1999, p. 4). As lembranças da mãe enquanto bebé, da forma

como foi cuidada, podem ajudá-la ou atrapalha-la nesta sua experiência como mãe. Por outro lado, para o bebê, nada existe para além dele próprio, logo, a mãe é inicialmente parte dele.

Este sentimento de unidade estabelecido entre a mãe e o bebê dá oportunidade ao bebê de sentir-se real, desenvolvendo sentimentos que, de certa forma, correspondem aos sentimentos da mãe. Podemos considerar que o ego materno facilita a organização do ego do bebê, integrando todos os fragmentos de actividades e sensações do bebê numa unidade. O bebê pode assim continuar a desenvolver os processos de maturação e enfrentar o mundo.

Este autor distingue três actos nos cuidados que a mãe presta à criança: o “holding”, o “handling” e o “object-presenting”. O “holding” corresponde ao amparo da criança pela mãe, ou seja, como este é psiquicamente “segurado”. Assim, refere a forma como a mãe pega no bebê, assegurando-lhe um continente corporal graças ao seu próprio corpo. O “handling” refere à forma como o bebê é tratado, cuidado e manipulado, em que a mãe proporciona ao bebê sensações tácteis, cinestésicas, auditivas e visuais. O “object-presenting” corresponde ao modo como a mãe apresenta a criança aos objectos do mundo envolvente e por extensão aquilo a que se poderia chamar realidade partilhada. Assim, através da mãe, a criança tem acesso aos objectos simples, depois aos mais complexos e por fim ao mundo em toda a sua amplitude.

Mais tarde, o bebê começa a precisar que a mãe “falhe”, sendo este também um processo gradual, deixando aos poucos a sensação de onipotência, aprendendo a viver com as frustrações e dificuldades do meio ambiente. Precisa experimentar sentimentos de frustração, agressividade ou raiva sem que estes se transformem em desespero, descobrindo assim “o outro” como um ser separado. Assim, a criança terá que arriscar um ataque potencialmente destrutivo ao relacionamento, e o objecto terá de sobreviver a esse ataque, para assim interiorizar a imago, ou seja, para que esta se

torne uma pessoa separada. Assim, a agressão é necessária na separação entre o self e o objecto.

Winnicott equiparou a agressão inicial à actividade, sendo que esta pode ser observada desde muito cedo. No início, amor e agressão fundem-se um com o outro. No processo de criação de uma área de transição, se o objecto sobrevive à agressão de uma criança, assume a qualidade de permanência, independência e realidade.

Descreve então os “pais suficientemente bons” como sendo aqueles que oferecem à criança oportunidades para que experimente os seus sentimentos de raiva, agressividade e mágoa dentro dos limites de um relacionamento seguro. Assim, a criança aprende a suportar um mundo que não é perfeito e que não está sob o seu controle onipotente. Quando os pais falham nesta sua função antes que o quadro de referências da criança esteja adquirido, esta sente-se ameaçada e angustiada, indo procurar no exterior as referências perdidas, expressando-se através de condutas anti-sociais, de forma a pedir alguém firme. Outra característica da tendência anti-social é o impulso que permite à criança regressar ao momento anterior da privação (Winnicott, 2002).

Nos anos 60 refere a deformação do Ego em termos de “falso self”, que ocorre quando as falhas ambientais ameaçam a continuidade existencial da criança, levando-a a deformar o ser verdadeiro “self” a fim de se sujeitar às exigências ambientais.

Winnicott refere a criança com “tendência anti-social” como tendo sofrido uma “privação” no seu ambiente, ou seja, houve a perda de algo de bom no ambiente familiar, que tinha tido e deixou de ter. Assim, a criança vai procurar fora do lar outro quadro de referência, procurando desta forma estabilidade externa. Compele assim alguém a cuidar dela, recorrendo à sociedade em vez de recorrer à família para lhe fornecer a estabilidade necessária para o crescimento emocional.

O autor considera então que a tendência anti-social implica esperança, pois tem como finalidade obter uma resposta adequada do ambiente, ou seja, de alguém capaz de conter a violência sem sadismo, acreditando nela e apoiando-a. Assim, espera dessa sociedade o fornecimento de um ambiente que cuida, que poderá então por ela ser redescoberto e no qual testar novamente os impulsos do id.

Para Balier, C. e Diatkine, G (2004) o conceito de “tendência anti-social” situa-se num nível de abstracção intermediário entre as descrições do comportamento anti-social e a pulsão. Assim, refere-se não apenas às condutas habitualmente associadas a este comportamento, mas também a aspectos como a gula e a enurese, exprimido pulsões eróticas e agressivas que se enquadram numa relação entre o Eu da criança e o ambiente.

Esta tendência tem como objectivo obrigar a mãe (ou seu substituto) a reparar a falha na satisfação das exigências iniciais da criança, procurando assim não a satisfação das pulsões, mas uma reacção do meio. Quando esta não consegue cumprir esse desígnio, a criança vai procurando essa reparação num quadro cada vez mais vasto, até chegar à sociedade em geral. Quando a mãe é capaz de responder às exigências feitas de forma adequada, as perturbações do comportamento cessam.

Balint refere também uma falha no ambiente, mais precisamente no ajustamento da mãe à criança como causador de uma “falha básica” no desenvolvimento do sujeito. Descreve também a agressividade como uma reacção a uma frustração ambiental, neste caso, à falta de amor primário. Para este autor, a procura de amor primário é a primeira e mais básica forma de relação de objecto, estando em certo sentido é subjacente em qualquer outra relação.

Balint contribuiu neste sentido com a teoria da “falha básica”, causada por uma falha entre as necessidades da criança e a resposta da mãe. Os indivíduos viveriam esta “falha básica” com a sensação que lhes falta algo. Assim, a agressão seria uma reacção à absoluta dependência do objecto

materno que os desiludiu, provindo então duma falha no “encaixe” entre as necessidades da criança e a resposta da mãe, surgindo então como uma barreira para proteger o ego das pessoas que não a amam (Fonagy, P., Moran, G., Target, M., 1993).

W. R. Bion descreve também o contributo materno para o nascimento da vida psíquica da criança em termos de “rêverie” materna, mostrando que os cuidados maternos permitem à criança não só serem aliviadas dos seus “incómodos”, mas também reintrojectar elementos com uma qualidade psíquica que vão progressivamente permitir a edificação do seu “aparelho de pensar os pensamentos”.

Bion (Cit. por Zimmerman, 1999) descreve a mãe com capacidade de rêverie, como uma mãe disponível para acolher as angústias, desejos, demandas e ataques agressivos da criança, contê-los dentro de si, descodificá-los, transformá-los, dar para si própria um sentido e depois devolvê-los ao seu filho devidamente desintoxicados, sobrevivendo tranquilamente a esses ataques sem retaliar e sem sucumbir a um estado de depressão. Assim, a função alfa da mãe refere a sua função em aceitar as projecções destrutivas do bebé e em transformá-las pela sua actividade mental sob a forma de “rêverie”, pelo que a qualidade da relação estabelecida é fundamental.

Quando a mãe cumpre esta função, fornecendo uma resposta adequada aos sinais de tensão expressos pela criança, dá um sentido ao que a criança experimenta, ligando a experiência corporal ao objecto de satisfação, dando uma “sensação de continuidade” ao bebé. Esta actividade, a que Bion chama de função alfa é progressivamente interiorizada pela criança, que se torna então capaz de pensar.

Se a mãe fracassa nesta sua função, a criança fica invadida por sentimentos de ódio decorrentes da frustração de não ser compreendida e contida, reintrojectando o elemento nocivo, um “terror sem nome”, que abre o caminho para a psicose. Assim, o Ego da criança acaba por “fugir de

qualquer nova experiência, a detestar a realidade, a destruir toda a atenção para com a vida e para consigo próprio e a atacar todas as relações, comunicações, laços, conexões, bem como todos os pensamentos: a criança esvazia-se da sua psique”. (Gueniche, K. 2005, p. 31).

Quando nasce, o bebé inicia a vida num meio que o envolve, do qual ele é apenas minimamente capaz de compreender ou de transformar. Progressivamente, o bebé vai tornando-se numa criança com uma personalidade única, através de um processo de desenvolvimento que vai desde uma matriz simbiótica até a aquisição de uma identidade individual estável.

Magaret Mahler ao estudar o bebé no seu desenvolvimento e na interacção com a mãe, propõe a existência de um processo de separação/individuação, que conduz a criança a uma representação de si própria clara e distinta, logo, a uma autonomização da vida psíquica.

Assim, determina três grandes fases do desenvolvimento: a “fase autística normal”, que dura aproximadamente durante as quatro primeiras semanas de vida, em que a mãe é reduzida à sensação de calor agradável que a criança sente e à satisfação das necessidades internas; a “fase simbiótica normal”, entre o 2º e o 10º mês, na qual a criança encontra-se num estado de dependência absoluta da mãe, mas percebe que a satisfação das suas necessidades provém do exterior; e por fim o “processo de separação/individuação”, entre o 10º mês e os 2/3 anos (incluindo nele três subfases: a subfase de diferenciação, a de exploração e a de reaproximação), processo este que conduz à separação e à diferenciação da mãe e à individualização. A partir desta teoria, Mahler descreve os seus insucessos ou impossibilidades, relacionando-os com hipóteses patológicas ao longo do desenvolvimento, até a idade adulta.

Mahler refere a importância dos pais nas suas interacções com a criança, sendo eles os objectos das pulsões libidinais e agressivas desta. Refere que durante este processo de separação/individuação, a criança passa pela

“crise de reaproximação” (entre os 18 e os 24 meses) em que oscila entre a necessidade de “colagem” à mãe e uma intensa negatividade e luta contra ela. A criança receia, por um lado, perder o amor da mãe a seguir à separação dela, mas por outro lado, receia ser “reengolfada” por ela.

A autora realça várias vezes o facto que a reacção da mãe em todas as subfases pode influenciar decisivamente o resultado final, sendo que, por exemplo, na subfase de reaproximação, algumas mães não conseguem aceitar as demandas do filho, ou não conseguem aceitar o facto que este é cada vez mais independente dela.

Durante a subfase de reaproximação a criança percebe cada vez mais a sua separação e começa a empregar todos os mecanismos de defesa a fim de a negar. A mãe não deve, no entanto, “compactuar” com estes mecanismos, mas sim reconhecer o filho como um indivíduo separado e autónomo. Só assim a criança percebe que os pais são pessoas diferentes e com interesses próprios, renunciando não só à sua grandeza como à crença da onnipotência materna.

Nesta subfase a autonomia é defendida pelo “não” e pelo aumento de agressão e negativismo característicos da fase anal.

Uma contribuição essencial dada ao estudo da importância do relacionamento precoce mãe/bebé e dos efeitos nocivos que uma perturbação neste relacionamento, mais precisamente a carência afectiva, causam na criança foi dado por R. Spitz. Este autor demonstrou através da observação de crianças separadas da mãe, a existência de uma “depressão anaclítica” nos bebés, compreendendo os movimentos evolutivos de protesto, zanga, luta e desespero.

Spitz foi um dos primeiros psicanalistas a utilizar a observação directa à criança para descrever a evolução desta, contribuindo para o trabalho sobre o nascimento da vida psíquica e as suas relações com a relação objectal. O estudo realizado sobre os efeitos da separação da criança e da mãe

levaram-no a postular a construção da relação de objecto segundo três organizadores, que marcam cada estágio. Estes organizadores marcam assim a convergência de novas capacidades, devido à maturação psicológica. Estes três organizadores são o sorriso (no 3º mês), a angústia ao estranho (por volta do 8º mês) e o surgimento do “não” (no decorrer do 2º ano).

Ao longo dos seus trabalhos, centra-se na importância da relação mãe/bebê, considerando-a esta como a primeira relação social do indivíduo, passando assim de uma relação biológica (no útero) a um estágio de simbiose psicológica com a mãe até alcançar as relações sociais. Valoriza como crucial neste relacionamento precoce, a estrutura psíquica da mãe, pois, por esta ser uma relação entre parceiros “desiguais”, logo, assimétrica, a contribuição de cada um também será assimétrica. Assim, se a mãe estiver em “desarmonia com o seu ambiente”, esta vai reflectir-se no desenvolvimento da criança como se fosse “um espelho amplificador”.

Desta forma, Spitz defende que para o recém-nascido, o seu meio ambiente consiste basicamente na sua mãe (ou substituto desta), dependendo do relacionamento estabelecido nesta díade o seu bem-estar. Salienta que apesar do universo da criança ser constituído por várias pessoas, este mesmo universo é-lhe transmitido através da mãe.

Spitz estabelece uma relação entre a utilização do “não” pela criança e a forma de expressão da agressão, sendo um novo nível de autonomia, da consciência do “outro” e da consciência de si, simbolizando o início de uma reestruturação do funcionamento mental a um nível de complexidade mais elevado, que implica um desenvolvimento considerável do Eu.

Este “não” constitui um laço de identificação com o objecto libidinal. Em virtude do investimento agressivo de que foi alvo ao longo das diversas experiências de desprazer, torna-se o veículo apropriado para exprimir a agressão, através do uso do mecanismo de defesa ao agressor, sendo o agressor o objecto frustrante.

Esta utilização do “não” contra o objecto libidinal é uma etapa por onde se introduz a possibilidade de substituir o ataque pela discussão, podendo-se estabelecer as relações sociais entre os homens.

Olivier, C. (2001) enfatiza a importância da primeira infância na forma como a criança lida com a violência e descreve dois tipos de famílias que propiciam o aparecimento destes comportamentos: as famílias violentas e aquelas que recusam aceitar a violência como parte integrante do ser humano.

A autora explica que a violência está presente em todos os seres humanos, como uma “reserva de combate em caso de perigo mortal”. O não reconhecimento desta agressividade leva a que se esconda no interior do sujeito, mas jamais desaparece verdadeiramente, aparecendo noutra altura da vida, dirigida a outros objectos ou em direcção ao próprio (sob a forma de depressão ou suicídio).

É sobre o segundo tipo de famílias que se debruça na sua obra, descrevendo o que chama de “demissão educativa parental”, ou seja, pais incapazes de impor regras e limites e em defender-se ou proibir a agressividade natural dos filhos, originando “pais mártires”, escravos dos desejos da sua progenitura. Nestas famílias não há espaço para o confronto saudável e necessário.

Descreve assim os pais que evitam a manifestação de qualquer forma de violência, como se não quisessem assustar os filhos com a realidade da sua libido. Assim, recusam qualquer frustração à vontade da criança, fazendo-a crer que tudo se passará de acordo com a sua vontade e que a violência é algo desnecessário. Desta forma, as crianças aprendem com os pais o bem estar ideal e recalca os conflitos de vontades, o que por sua vez leva a que guardem dentro de si todas as emoções que metem medo aos pais: a fúria e a raiva negadas e recusadas. Desviando a violência do seu objecto principal, os pais, a criança começa então a reear a violência das pessoas, dos

animais, dos objectos, tornando-se uma criança medrosa, que só manifestará gentileza e submissão para com as vontades dos pais, para mostrar lá fora os grandes terrores dela sob a forma de fobias, anorexia, bulimia, droga e suicídio.

A autora cita Alice Miller na sua obra "C'est pour ton bien" (1984), que descreve os caminhos da violência face aos constrangimentos parentais, reconhecendo o aparecimento desta desde os primeiros dias de vida do recém-nascido. Descreve que "nos dois primeiros anos da sua vida, podemos fazer da criança uma quantidade de coisas: vergá-la, dispor dela, ensinar-lhe bons hábitos, corrigi-la e castigá-la sem que nada aconteça, sem que a criança se vingue. Contudo, ela só virá a ultrapassar sem dificuldade a injustiça que lhe foi feita, se lhe for conferida a possibilidade de se defender, ou dito de outra maneira, se puder dar ao seu sofrimento e à sua cólera uma expressão estruturada" (Miller, A., 1984 cit. por Olivier, C., 2001).

Quando os pais não suportam as reacções da criança e não permitem que ela reaja, esta aprende a calar-se, logo, essas reacções não podem ser integradas na sua personalidade. Estes sentimentos recalcados e a necessidade de os exprimir permanece insatisfeita, transformando-se com o tempo num ódio, mais ou menos consciente ao seu próprio Ego ou a pessoas de substituição, ou então consegue sublimar, utilizando comportamentos permitidos ao adulto e bem adaptados.

C. Olivier refere que depois dos 12 meses de idade da criança, aproximadamente, os pais têm de funcionar como aqueles que por vezes "proíbem" a vontade desta, suportando a fúria decorrente dessa frustração, não a distraíndo da sua fúria através de mecanismos de sedução, mas também não deixando que ela faça o que quiser com a mesma. Só assim conseguem que ela aceite a diferença de vontades e perceba que não pode fazer o que quiser com a sua zanga, iniciando assim a construção do seu Eu. Por volta dos dois anos de idade, é essencial haver o confronto de poderes entre a vontade da criança e a lei do pai, sendo esta etapa normal e essencial.

A autora explica que não frustrar uma criança com mais de um ano de idade, é recusar impor-lhe leis que a marcarão para toda a vida. O que acontece com muitos pais é que são incapazes de ver os seus filhos infelizes ou agressivos, evitando assim frustrá-los. A solução é os pais compreenderem e aceitarem a raiva das crianças, caso contrário, fazem com ele não se sinta compreendido nas suas emoções e veja-se “mau” por possuí-las, temendo perder o amor dos pais.

Refere que os problemas de muitas crianças é estarem pouco identificadas face a pais moles ou ausentes, não conseguindo atingir o estágio de ambivalência. Sendo os pais demasiado fracos para as crianças poderem exprimir a sua agressividade, transpõem para o exterior as suas reivindicações. Assim, para não “contestar o pai” vão contestar a sociedade em geral, procurando assim, muitas vezes em locais perigosos, quem lhe fixe os limites.

J. Bowlby refere também esta situação, focando a falta de ambientes de amor, tolerância e segurança em que algumas crianças estão inseridas, onde os sentimentos de hostilidade e ciúme não podem ser expressos abertamente e de forma espontânea, sendo o papel dos pais mostrar que essas manifestações hostis podem ser controladas, transmitindo um ambiente que tolera, compreende e confia no autocontrole. Isto não significa que uma criança não deva ser frustrada, pelo contrário, Bowlby defende que a falta de frustração origina “filhos bárbaros de pais espezinhados e oprimidos” (2001, p. 27), sendo que as frustrações realmente importantes são aquelas feitas às necessidades de amor e atenção da criança.

J. Bowlby desenvolveu o conceito de “base segura”, explicando que todas as pessoas, independentemente da idade, sentem-se mais seguras quando sabem que podem contar com o auxílio de outras em caso de dificuldades. Esta pessoa de confiança serve como uma base segura a partir da qual poderá actuar.

Refere uma forte relação causal entre as experiências vividas pelo indivíduo com os seus pais e a capacidade para mais tarde estabelecer vínculos afectivos. Assim, é crucial o fornecimento por parte dos pais de uma base segura às crianças e a estimulação por parte destes na exploração a partir desta base. Para isso, os pais têm de compreender a necessidade da criança de ter uma base segura, e ajustar o seu comportamento a essa necessidade. Por outro lado, têm também que reconhecer que “uma das fontes mais comuns de raiva na criança é a frustração do seu desejo de amor e cuidados, e de que a sua ansiedade geralmente reflecte a incerteza quanto à disponibilidade dos pais” (Bowlby, J. 2001, p. 179).

Bowlby valoriza os acontecimentos reais da vida da criança, como a separação, a perda, etc. Estudou os efeitos da separação mãe-filho, descrevendo na criança três fases de reacção à separação: fase de protesto, se desespero e fase de desapego. Estas três fases podem ser interpretadas numa perspectiva psicodinâmica como sendo o protesto uma expressão de dor e sofrimento, o desespero uma manifestação de depressão e luto e por fim, o desapego, como um trabalho psíquico de defesa e reconstrução (Marcelli, 1998). A repetição destas separações pode conduzir a uma excessiva dependência do meio (apego com angústia).

Sublinha assim a importância das relações precoces dizendo que “se um bebé tem o amor e a companhia de sua mãe e logo também a de seu pai, ele crescerá sem uma pressão exagerada de anseios libidinais e sem uma propensão irresistível para odiar. Se não tiver essas coisas, seus anseios libidinais provavelmente serão muito elevados, o que significa que o bebé está procurando constantemente amor e afeição, e será continuamente propenso a odiar aqueles que não conseguem – ou lhe parecem não conseguir – dar-lhe o afecto que ele tanto deseja” (Bowlby, 2001, p. 22).

Refere o caso de crianças separadas das mães, depois de se terem formado laços afectivos entre ambas, como sendo um acontecimento com efeitos devastadores para o desenvolvimento da sua personalidade, gerando grande intensidade de demandas libidinais e de ódio, pois o seu

equipamento imaturo é incapaz de regular de forma harmoniosa a ambivalência. Assim, conclui que os principais efeitos da separação mãe-bebê é uma grande intensificação do conflito de ambivalência.

Bowlby, J. (1998) defende que situações de separação e perda tendem a resultar em raiva dirigida contra uma figura de apego, raiva esta que intensificada torna-se disfuncional.

Em vários trabalhos, Bowlby chamou a atenção para a frequência em que reacções de raiva aparecem após uma perda, concluindo que a raiva pode ter duas funções: pode auxiliar no vencer possíveis obstáculos ao reencontro e pode desencorajar a pessoa amada a afastar-se novamente. Assim, descreve situações de separação e perda que resultam em raiva contra uma figura de apego. Coloca a hipótese de que este comportamento possa ser explicado através do impulso irresistível em reaver a pessoa que partiu para recriminá-la por essa mesma partida, mesmo sabendo que esta recriminação é irracional.

Segundo esta teoria, algumas reacções de raiva são desencadeadas por crianças e adolescentes que não só sofreram repetidas separações mas também que são expostos a constantes ameaças de abandono.

No entanto, a raiva da criança contra as figuras de apego aumenta ainda mais a ameaça de abandono por parte dos pais, logo, muitas vezes as crianças não ousam expressar a raiva, sendo esta ou reprimida ou deslocada para outros alvos, ou atribuída aos outros através do mecanismo de projecção.

Este autor considera, então, que o comportamento agressivo desempenha um papel decisivo na manutenção dos vínculos afectivos, através de duas formas distintas: atacando e afugentando os intrusos e a punição do parceiro que se afastou.

Bowlby refere a importância da criança perceber e aceitar os impulsos contraditórios no seu íntimo, de forma a gerir a ansiedade e a culpa eu acarretam. Exemplifica, mostrando que o medo da punição como causador de agressão, explicando que muitas vezes a criança agressiva acha que o ataque é a melhor defesa. Do mesmo modo, refere que a culpa pode levar a um exigência compulsiva de amor que a tranquilize, sendo que quando essa necessidade não é satisfeita, trás consigo novos sentimentos de ódio, logo, mais culpa. Estas situações acabam por originar ciclos viciosos, resultantes da dificuldade em regular o amor e o ódio.

Dentro dos problemas relacionados com a dinâmica familiar, vários autores focam a ausência do pai e a importância da sua função como um factor importante na modulação dos comportamentos agressivos.

Se pensarmos que entre as várias funções que devem ser exercidas pelo pai, salienta-se o apoio dado à mãe, ao papel de “terceiro”, interpondo-se “como uma cunha normalizadora e delimitadora entre a mãe e o bebé, propiciando a necessária passagem de Narciso a Édipo” (Zimerman, 1999, p. 107). Assim, salienta-se a sua função de elemento frustrante, fazendo com que a criança perceba as limitações e as diferenças. No caso dos rapazes, cabe-lhe ainda a função de servir como modelo masculino de identificação.

Olivier, C. (2001) foca as famílias onde a falta de um dos progenitores “favorece” o aparecimento de comportamentos violentos, pois coloca a criança a ocupar o lugar do progenitor ausente, originando uma “família invertida”, onde nenhum dos elementos está no lugar adequado. Ainda acerca das famílias em que falta um dos progenitores, refere o aumento de famílias matriarcais, em que a mãe surge como único objecto de identificação, desempenhando todos os papéis, originando uma relação tão única e profunda que a criança não pode correr o risco de desagradá-la ou contestá-la. Outra consequência das famílias matriarcais é o facto de que a ausência do pai, física ou psíquica, leva a uma modificação na relação da criança com a autoridade. A autora cita um estudo realizado por Glueck e

Glueck (1959) que refere que 60% dos jovens delinquentes eram filhos de pais divorciados, e que a separação ocorreu nos primeiros anos de vida da criança.

Tyrode, Y. e Boucet, S. (2002) afirmam que a violência articula-se muitas vezes em torno do eixo incestuoso. Focam assim a ausência do pai (que simboliza a lei do interdito do incesto) como factor que favorece o estabelecimento de laços incestuosos mãe/filho. Descrevem situações familiares em que a ausência do pai origina uma espécie de complementaridade narcísica em que “o filho é tudo para a mãe e a mãe é tudo para o filho, numa fusão que absorve no seu seio a personalidade dos dois protagonistas da díade” (p. 103), famílias em que não são respeitadas as barreiras intergeracionais, sendo que há nestas famílias uma reactivação pulsional edipiana que favorece as passagens ao acto. Nestas situações, há uma desordem interna e um conflito psíquico inconsciente, com uma identificação do filho ao pai ausente e a mãe torna-se num objecto demasiadamente libidinizado.

Estes autores referem que na maior parte dos adolescentes violentos observados, estes viviam só com um dos progenitores, colocando neste todas as esperanças e expectativas no filho. Referem ainda que habitualmente o nascimento desta criança já se deu num contexto difícil. A ausência de um dos pais permite a criação de um pacto incestuoso entre os dois elementos restantes, ou seja, há um prazer inconsciente na díade, em que o filho e o progenitor são tudo um para o outro. Muitas vezes a ruptura deste pacto incestuoso, com a noção mesmo inconsciente que já não é o único objecto de amor do outro desencadeia reacções violentas e a emergência do ódio.

Dias Cordeiro resume as consequências da ausência de um dos progenitores, dizendo que: “A falta do pai ou da mãe por estarem fisicamente ausentes, deprimidos ou impossibilitados de exercer a função e autoridade parentais, retira à criança a possibilidade, talvez única, de aprender a lidar com a vida real, que é feita de alegrias e tristezas, de presença e solidão e

de integrar em si, a simultaneidade do Bem e do Mal e de se sentir e aos outros, Bom-Mau, ao mesmo tempo”. (Dias Cordeiro, J.C., 2002, p.52).

Para este autor a agressividade nas crianças pode surgir como uma forma destas reagirem a meios adversos, quer eles sejam demasiadamente maus ou demasiadamente bons e hiperprotectores, sendo que estas descargas poderiam entender-se como uma “tentativa mal adaptada de nos separarmos e individualizarmos das pessoas insuficientemente boas que não respeitam o nosso espaço, o nosso ritmo, a nossa diferença”. (2002, p. 48).

Este mesmo autor refere que a exposição à violência na comunidade ou na família são um factor importante no aparecimento de sintomas psiquiátricos. As crianças que vivem inseridas em ambientes violentos desenvolvem sentimentos de ansiedade pela eventual repetição desses actos, preocupação em relação à sua segurança e um aumento de comportamentos agressivos. Para lidar com esta situação desenvolvem por vezes sintomas como reacções fóbicas, dificuldades de concentração e inibição cognitiva, como forma de evitar situações e acontecimentos que lhes recordem o trauma.

Frequentemente, as crianças inseridas nestes ambientes sentem as mães frágeis e vulneráveis, por serem incapazes de lhes transmitir segurança. Os pais ao não protegerem os filhos de experiências nocivas, transmitem-lhes uma imagem de fragilidade. As crianças, ao sentirem o ambiente como pouco confiável, acabam por não sentirem confiança em si próprias, o que as impede de se sentirem à vontade para explorar o mundo, não desenvolvendo assim um nível básico de confiança.

Quando a violência é exercida directamente sobre os filhos, causa neles sequelas psicopatológicas em diversos níveis (Marcelli, D., 1998). No plano da personalidade encontramos frequentemente os distúrbios de comportamento, causados pelas dificuldades que estas crianças têm em desenvolver um sentimento de identidade estável e satisfatória.

Nestas crianças, encontramos frequentemente recurso ao mecanismo de identificação com o agressor. Este mecanismo faz com que a criança sinta que se está a proteger das invasões do meio, identificando-se ao agressor, que neste caso até é uma figura natural de identificação: um dos pais. Pode assim comportar-se de forma submissa à agressão do adulto, agredindo posteriormente as pessoas que a cercam, especialmente outras crianças.

Teoria da Vinculação

A qualidade da vinculação precoce tem sido alvo de vários estudos, baseando-se na Teoria da Vinculação, que parte da hipótese que certos distúrbios a este nível influenciam os modelos de relação com os outros no futuro.

Vários estudos basearam-se na “situação estranha” desenvolvida por Ainsworth, que estabeleceu três padrões de vinculação: a vinculação segura, a insegura de evitamento e a insegura ambivalente. Posteriormente, vários autores referiram um quarto tipo, designado por vinculação desorganizada (Machado, T. 2004).

Partindo deste pressuposto, as crianças com padrões de vinculação segura (caracterizado por crianças que perante a “situação estranha” reaproximam-se imediatamente da mãe e são confortadas pela sua presença e interacção), sentem-se seguras e tranquilas para explorar o mundo, o que vai favorecer as competências sociais e de exploração, pois sentem que as figuras que lhes são próximas satisfazem as suas necessidades e as compreendem. Assim, ao confiarem nos outros, suscitam nestes comportamentos positivos.

Em relação às crianças com vinculação insegura, estas aprenderam que os outros nem sempre dão respostas adequadas às suas necessidades,

acabando por utilizar estratégias defensivas que vão dificultar as relações sociais e favorecer os problemas de comportamento.

Estudos mostram que as crianças com vinculação insegura de evitamento (crianças que na situação experimental referida evitam ou ignoram a mãe após o regresso desta), são muitas vezes agressivas com as outras crianças, pois não pode exprimir a “raiva” contra a mãe com medo de a afastar ainda mais, voltando-a para as outras crianças (Karen, 1998; Lyons-Ruth, 1996 cit. por Machado, T. 2004).

Em relação às crianças com padrão de vinculação inseguro ambivalente (crianças que procuram a proximidade da mãe quando esta regressa, mas alternam com sentimentos de cólera, agitação ou ansiedade), estudos mostram que muitas vezes oscilam entre agressoras e vítimas, pois aprenderam que através do mau comportamento conseguem atrair a atenção da mãe, mas como esta estratégia nem sempre funciona ficam dependentes de outras possíveis figuras de vinculação o que as torna vulneráveis (Greenberg et al, 1997; Karen, 1998, cit. por Machado, T. 2004).

Nas crianças com padrão de vinculação desorganizado, as suas condutas demonstram comportamentos de evitamento, resistência, confusão e depressão, sendo essencialmente uma reacção de medo. Este padrão é comum em relações pais/filhos negativas e coercivas, que vai originar uma repetição de relações conflituosas com as restantes pessoas. Este padrão de vinculação é apontado como muito significativo no aparecimento de problemas de conduta, com a agravante que habitualmente aparece em famílias desorganizadas em que há combinação de outros factores relevantes.

Kernberg, P. & Chazan, S. (1993), referem que um padrão subjacente do apego inseguro com os cuidadores é característico das crianças com transtornos de comportamento. Referem que nestas crianças houve uma “assincronia” na díade mãe/filho, tal como foi descrita por Winnicott. Assim, esta assincronia baseada em sentimentos de agressão, resulta em níveis

elevados de ansiedade, raiva e frustração em ambos os membros do par, o que leva a que o genitor em vez de limitar os sentimentos agressivos e frustrações, seja levado de encontro ao conflito experienciado pelo filho, ou seja, devolve agressão com agressão.

Focam assim o facto dos pais identificarem-se demasiadamente com a raiva da criança, permanecendo pais e filhos numa interacção fusional. A vinculação segura aos pais resulta numa sensação de independência e competência por parte da criança, que se autonomiza e individualiza dos pais, que estas crianças não conseguem alcançar. Assim, o problema parece estar na falta de empatia entre os pais e o filho e na regulação mútua dos sentimentos de agressividade.

Teoria da Aprendizagem Social

A perspectiva da aprendizagem social de Bandura (mais tarde designada pelo próprio por teoria sociocognitiva) tem influenciado vários estudos, entre eles o da influência dos meios de comunicação social no desenvolvimento do comportamento agressivo. Esta perspectiva assenta na ideia que o comportamento agressivo é aprendido na interacção precoce da criança com o meio, ou seja, a experiência molda a criança a utilizar comportamentos mais ou menos agressivos.

O modelo desenvolvido por Bandura dá especial atenção à aprendizagem por observação e modelagem, estudando o processo que vai desde a observação de um comportamento até à execução de um comportamento semelhante. Assim, defende que através da experiência directa e do reforço da acção ou através da observação do comportamento dos outros a criança aprende a utilizar este comportamento. Assim, a observação de comportamentos modelados é uma forma não só de aprendizagem de respostas novas como de modificação de hierarquias de respostas já

existentes no reportório do indivíduo (Matos, A.P.M. 2004). Desta forma, tanto a observação de modelos reais (pais, colegas, etc.) como simbólicos (televisão, etc.) pode contribuir para o aparecimento e/ou manutenção do comportamento agressivo.

Bandura refere que os comportamentos não se formam unicamente através da experiência directa ou observada, mas sim através de um conjunto de factores interligados em que “comportamento, factores cognitivos, biológicos e outros factores pessoais, bem como eventos ambientais, todos operam como determinantes interactivos que se influenciam bidireccionalmente” (Bandura, cit. por Matos, A.P.M. 2004).

Segundo este autor, a agressão tem origem na aprendizagem por observação, na execução reforçada e nos determinantes biológicos. Esta pode ou não manifestar-se dependendo da acção de factores instigadores: situações adversas, incentivos, controlo mediante instruções, controlo simbólico bizarro e influencias modeladoras reais ou simbólicas (Matos, A.P.M., 2004). Assim, os reforços podem ser transmitidos de forma voluntária ou involuntária pelos actores sociais em presença, sendo que os pais são os primeiros agentes de reforço, seguidos dos pares.

O mecanismo de modelagem (que consiste em imitar o modelo do outro) é completado pelo mecanismo de aprendizagem vicariante, que é a aquisição de um comportamento através da observação dos resultados obtidos por outro por tal conduta.

Tanto a modelagem como a aprendizagem vicariante efectuem-se com base na atenção, na intenção (simbólica e cognitiva) e na reprodução do que foi memorizado. Os factores cognitivos têm assim um papel fundamental pois determinam o que é observado e qual o seu valor, além de permitirem prever as consequências futuras dos actos, o que gera a motivação.

“Assim, o comportamento agressivo espalhar-se-á tanto mais depressa quanto for apoiado por personagens dotados de prestígio” (Born, 2005) e

instalar-se-á ou desaparecerá segundo o seu valor funcional para o conjunto do grupo social. Assim, os pais, os pares ou até mesmo as personagens televisivas têm uma importância crucial no processo.

Dentro das várias teorias, vários investigadores têm-se debruçado sobre o fenómeno na tentativa de o compreender e identificar as variáveis que o determinam. Iremos em seguida sobrevoar alguns estudos realizados, dando particular importância aos que estão de alguma forma relacionados com as variáveis que nos propomos estudar.

FACTORES EXPLICATIVOS E RESULTADOS DA INVESTIGAÇÃO

O primeiro estudo sistemático sobre o “bullying” foi realizado em 1973 por D. Olweus (cit. por Ramirez 2001), na Escandinávia e replicado por toda a Europa, Austrália, Japão e noutros países. Este estudo é uma referência importante, visto nenhum outro ter a sua dimensão e complexidade. No estudo original na Escandinávia foram observados 1000 alunos considerados bullies ou vítimas, com uma idade média de 13 anos. Foram estudadas variáveis como a idade, género, características sócio-ambientais, características físicas e psicológicas e variáveis relacionadas com a escola.

Concluíram que este é um fenómeno que implica 10% a 27% da população escolar, distribuídos em mesmo número entre bullies e vítimas, sendo que cerca de 50% das agressões não eram comunicadas aos adultos. Os rapazes são os mais envolvidos, como agressores e como vítimas, sendo as agressões físicas e verbais directas mais observadas nos rapazes e as formas indirectas (difamação, queixas, rumores) nas raparigas.

Quanto às características dos bullies, o autor verificou que a maioria dos sujeitos eram do sexo masculino, com baixo nível de auto-estima, auto-suficientes e violentos.

Olweus, D. (1995) realizou um novo estudo em 1983 aplicando o seu questionário "Bully/Victim Questionnaire" a 150 000 alunos da Noruega e da Suécia, tendo confluído que cerca de 15% dos alunos dos graus 1 até o 9 (correspondendo aproximadamente à idades entre os 7 e os 16 anos) estiveram envolvidos em problemas relacionados com o bullying com alguma regularidade. Aproximadamente 9% foram vítimas e 7% "bullies".

A pesquisa leva a concluir que as características da personalidade associadas a força ou fraqueza física no caso dos rapazes são factores importantes no aparecimento destes problemas. Outros factores tais como atitudes dos professores, comportamento e rotinas, desempenham um papel importante na determinação do quanto estes problemas se virão a manifestar na escola.

Em relação às características dos bullies, concluiu que estes têm mais tendência a serem agressivos também em relação aos adultos, tanto pais como professores. Caracterizam-se pela impulsividade e necessidade forte de dominar outras pessoas. Têm pouca empatia com as vítimas. Se forem rapazes é provável que sejam mais fortes fisicamente do que os rapazes em geral e do que as vitimas em particular.

Refere estudos anteriores por ele realizados onde testou a ideia generalizada de que os bullies escondem a insegurança debaixo de uma capa de dureza. Os resultados empíricos não confirmam esta hipótese, antes a contrariam: os bullies apresentam pouca ansiedade e insegurança.

Nos seus estudos, Olweus identificou alguns factores significativos para o desenvolvimento das condutas agressivas como o negativismo dos cuidadores e a permissividade dos mesmos perante o comportamento agressivo da criança (estabelecimento de limites inadequado) uso de técnicas disciplinares punitivas e temperamento da criança (activa e "explosiva").

Em relação à origem deste comportamento, os seus estudos concluíram que existem pelo menos três motivos interrelacionados, (especialmente nos rapazes, pois os estudos incidiram mais sobre estes). O primeiro motivo surge das fortes necessidades que os bullies têm de poder e domínio, pois gostam de controlar e subjugar os outros. Segundo, face às condições familiares nas quais muitos deles foram criados, é natural o desenvolvimento de um certo grau de hostilidade para com o ambiente, que faz com que obtenham satisfação ao infligir sofrimento sobre os outros. Por último, os bullies tendem a usar técnicas coercivas para com as vítimas para obter o que desejam. Muitas vezes, estes comportamentos são recompensados com o prestígio entre os pares.

Olweus realizou um estudo longitudinal e verificou que 35 a 40% dos rapazes que entre o 6º e o 9º grau de ensino tinham sido descritos como bullies, por volta dos 24 anos de idade tinham já sido condenados por pelo menos três crimes registados oficialmente. Concluiu que os bullies têm quatro vezes mais probabilidade de enveredar por comportamentos de criminalidade. (Olweus, D. 1995).

A partir dos estudos pioneiros de Olweus, muitas outras investigações foram conduzidas por outros autores, procurando avaliar a incidência do fenómeno, bem como o papel de diferentes factores na sua origem e persistência do comportamento.

Vários estudos incidiram sobre as características individuais e personalidade dos bullies, tendo concluído que estes possuem uma auto-estima mais “polarizada e rígida” (ou seja, ou totalmente positiva ou totalmente negativa) (Edens, J. 1999); Olweus, D. (Cit por Fontaine, R. Réveillère, Ch., 2004) descreve os bullies como sendo pouco ansiosos, com boa auto-estima, no plano relacional não revelam empatia e apresentam relações de domínio para com os outros. A violência é exercida sem remorsos. Fontaine, R. Réveillère, Ch., (2004) descrevem ainda inibição emocional, ausência de remorsos, fraca consciência moral, raciocínio egocêntrico, atribuindo aos outros a responsabilidade dos seus actos.

Factores ambientais como a pobreza, os modelos culturais de violência, o stress familiar têm também sido alvo de estudos empíricos, referindo a influência da pobreza e outros “stressores ambientais” (Rutter & Giller, 1983 Cit. por Dodge, K. & Coie, J., 1998); falta de educação parental (Wilson & Herrnstein, Cit. por Dodge, K. & Coie, J., 1998); perdas familiares, doença e stress (Shaw & Emory, 1998, Cit. por Dodge, K. & Coie, J., 1998); habitação inadequada (Rutter & Giller, 1983, Cit. por Dodge, K. & Coie, J., 1998).

Foi dada particular atenção à socialização precoce na família, que inclui factores como a relação entre pais e filhos, padrões de disciplina, uso de castigos físicos, entre outros. Os estudos apontam que o afecto materno está negativamente relacionado com a exteriorização de problemas nas crianças de 5 e 6 anos (Bates & Bayles, 1988, Cit. por Dodge, K. & Coie, J., 1998); outros estudos referem que as práticas parentais inconsistentes ao nível da disciplina estão directamente relacionadas com o aparecimento posterior de comportamentos delinquentes (Glueck & Glueck, 1950, Cit. por Dodge, K. & Coie, J., 1998). A esta hipótese foi dada uma sequência experimental em 1972 por parte de Parke e Deur (Cit. por Dodge, K. & Coie, J., 1998) onde ficou demonstrado que quando um adulto é inconsistente na administração da punição as crianças inibem-se menos em demonstrar comportamentos agressivos. O uso de métodos assertivos como ordens directas, ameaças, privações e uso de força física foram relacionados por Hoffman (1960 Cit. por Dodge, K. & Coie, J., 1998) com tendências de hostilização para com os pais e com a ausência de controlo interno.

A influência dos maus tratos foi também estudada, tendo-se concluído que os maus tratos físicos têm claramente efeito no comportamento agressivo por parte da criança, enquanto que o abuso sexual e a negligência têm consequências negativas diferentes (Cicchetti, 1989, Cit. por Dodge, K. & Coie, J., 1998). Por outro lado, vários estudos contradizem esta ideia, referindo que qualquer tipo de maus tratos (incluindo o físico, o sexual e a negligência) aumenta em 50% o risco de distúrbios de comportamento anti-

social (Rutter, Giller e Hagell, 1998, Cit por Johnstone, L. e Cooke, D.J., 2002).

Vários estudos citados por Johnstone, L. e Cooke, D.J. (2002) procuraram encontrar uma relação entre a patologia dos pais e o comportamento anti-social dos filhos, tendo concluindo que o principal risco não vem da patologia dos pais, mas antes resulta das perturbações psicossociais associadas, como a hostilidade, irritabilidade, agressão e a violência dos pais.

Com a entrada das crianças na escola, vários estudos focam a importância da relação entre os pares. Scott, S. (1998) refere como um factor determinante do comportamento agressivo nas crianças a dificuldade no relacionamento com os pares, salientando que estas têm menos capacidade para interagir com os outros sem se tornarem agressivas, o que leva à rejeição por parte dos pares e desenvolve a tendência para se associarem a outras crianças com o mesmo problema. Dodge, Bates et al (1990, Cit. por Dodge, K. & Coie, J., 1998) demonstraram que a rejeição por parte dos pares leva ao aumento da agressividade nos rapazes que já são inicialmente agressivos.

Dodge et al (Cit. por Dodge, K. & Coie, J., 1998) concluíram que nem todos os actos agressivos são vistos com desagrado pelos pares, de facto, a agressividade como reacção à provocação directa é vista pelos pares como positiva; e que nem todas as crianças agressivas são rejeitadas pelos pares.

Ramirez, F. (2001) resume os resultados destas investigações, salientando os factores familiares implicados mais directamente no fenómeno como sendo a atitude negativa entre os pais e a criança, especialmente entre a mãe e o filho; uso de métodos disciplinares que incluem a agressão física e escasso controlo; relação negativa entre os pais e temperamento da criança no seu ambiente familiar.

Em relação à dinâmica familiar, os estudos descrevem “problemas conjugais, alcoolismo, escassez de recursos, carência de afecto, depressões, stress, enfermidades crónicas” (Ramirez, F. 2001, p.115) entre outras. Outros eventos como o divórcio, o falecimento de um dos familiares, o desemprego, o status socioeconómico podem também ter influência.

Em relação às características de personalidade, os estudos referem que os bullies possuem alto nível de agressividade e ansiedade e acatam mal as normas; apresentam elevada assertividade e atitudes de desafio e pontuam normalmente alto nas escalas de psicoticismo, neuroticismo, extroversão e sinceridade. Possuem auto-estima ligeiramente alta, pouco auto controlo nas suas relações sociais (Ramirez, F. 2001).

Fonseca, A.C. (2004) esquematiza os factores de risco para o aparecimento da delinquência na infância (adaptado de Loeber & Farrington, 2001). Como factores de risco da criança, salienta o comportamento difícil, o comportamento impulsivo, hiperactividade, impulsividade, consumo de drogas, agressividade, isolamento, baixa inteligência, entre outros. Em relação aos factores familiares, o autor refere o comportamento anti-social dos pais, o consumo de drogas por parte destes, as práticas educativas deficientes, fraca supervisão, uso de castigos físicos, comunicação pobre, fracas relações entre pais e filhos, maus tratos, negligência, depressão da mãe, família monoparental, família numerosa, desemprego, estatuto sócio-económico baixo, entre outros. Dentro dos factores escolares salienta o insucesso escolar, fraca vinculação à escola, baixas aspirações escolares e mau funcionamento das escolas. Refere ainda a associação com colegas delinquentes e rejeição por parte dos restantes pares.

ESTUDOS REALIZADOS EM PORTUGAL

Em Portugal, salientam-se os estudos realizados por Maria Emília Costa e Dulce Vale (1998), tendo por objectivo caracterizar o fenómeno da violência nas escolas portuguesas ao nível do terceiro ciclo do ensino básico e ensino secundário. Para tal elaboraram um questionário, que foi posteriormente aplicado aleatoriamente em 144 escolas do país num total de 4925 alunos. O questionário permitiu obter valores acerca da incidência dos comportamentos e/ou situações de que os alunos foram vítimas; da incidência dos comportamentos e/ou situações que os alunos observaram a vitimização de outros (incluindo alunos, professores e funcionários); local aonde ocorre a violência; idade e ano de escolaridade dos intervenientes; principais agressores/autores das situações avaliadas. Estes resultados referem-se a cinco tipos de situações: agressão física, agressão verbal, agressão sexual, consumo de substâncias e vandalismo.

Outro estudo realizado por Carvalhosa, S.F., Lima, L., Matos, M.G. (2001), teve como finalidade estudar os comportamentos de bullying entre pares nas escolas de Portugal através da caracterização e diferenciação dos jovens com diferentes tipos de envolvimento no bullying através de indicadores que aparecem relacionados com estes comportamentos (consumo de tabaco, álcool e droga, relação com os pais e com os pares, sintomas físicos e psicológicos, atitude face à escola e nível sócio-económico). Para tal usaram o questionário "Comportamento e Saúde em Jovens em Idade Escolar" e aplicaram a 6903 alunos do 6º, 8º e 10º anos de escolaridade.

Concluíram que 21% dos jovens foram vitimizados uma vez ou mais e 10% provocaram outros, que os rapazes envolvem-se tanto como provocadores como enquanto vítimas e que os alunos mais novos são mais frequentemente vítimas, havendo um decréscimo consoante aumenta a idade. No que diz respeito às características dos provocadores, verificaram que têm maiores índices de violência fora da escola, têm piores relações com os pais, que revelam boas relações com os pares, têm mais sintomas de depressão e mais queixas somáticas, consomem mais drogas, tabaco e

álcool. Comparativamente com os restantes, praticam mais exercício físico e têm uma melhor imagem corporal. Têm uma atitude desfavorável em relação à escola e menos expectativas no futuro. São mais velhos e têm mais escolaridade que as vítimas.

Os estudos empíricos encontrados parecem basear-se mais nas características do fenómeno (em termos descritivos, principalmente em termos da sua incidência e factores associados), havendo uma escassez de estudos sobre as causas e sobre as características internas das crianças.

No presente estudo observámos 28 crianças do sexo masculino entre os 5 e os 11 anos, que foram encaminhadas para a consulta de psicologia num Centro de Saúde por apresentarem indicadores de agressão aos pares. De forma a tornar a amostra mais homogénea, optamos por nos restringir às crianças que manifestam o comportamento intimidante através da agressão física (mesmo que esta não fosse exclusiva).

Os dados foram obtidos através de uma entrevista e observação clínica e da aplicação de provas psicológicas de forma a obter indicadores acerca das capacidades intelectuais, grafo-perceptivas e de personalidade e ainda de questionários sobre o comportamento da criança entregues aos pais e professores.

Visto tratar-se de um estudo exploratório, não estabelecemos nenhuma hipótese à partida, indo à “descoberta” a partir dos dados, sem nenhum preconceito inicial.

METODOLOGIA

AMOSTRA

O estudo foi realizado com crianças do sexo masculino de idades compreendidas entre os 5 e os 11 anos (ver distribuição: quadro 1), que recorreram à consulta de psicologia num Centro de Saúde do Concelho do Funchal com queixa de apresentarem comportamentos “intimidantes” com recurso a agressividade física contra os pares e/ou contra os familiares. Apesar do comportamento “intimidante” não implicar necessariamente agressão física, neste caso esta foi considerada uma condição necessária, de forma a tornar a amostra mais homogénea.

INSTRUMENTOS

Foi realizada uma entrevista clínica na presença dos pais (ou adulto que acompanha a criança) e da criança. Desta forma procurou-se observar as reacções da criança ao que os pais dizem, saber o que pensa acerca dos assuntos falados, valorizando assim a sua opinião. A criança teve também oportunidade para explorar o ambiente, e iniciar o contacto com o psicólogo com a presença securizante dos pais. Com este estabelecimento de relação inicial com a criança, esperou-se criar um clima preparatório favorável à aplicação dos testes.

Foi usada a técnica de entrevista semi-livre associativa, na qual o paciente tem a liberdade de expor os seus problemas começando por onde desejar, incluindo o que lhe parece relevante, focando os assuntos segundo uma ordem por ele escolhida. Sendo assim, fornece dados importantes não só no que relata conscientemente, mas também pela forma como refere, o modo como a informação é transmitida, a ordem do material que fornece, a clareza ou confusão com que se expressa, quais os aspectos que se refere preferencialmente, quais os que provocam maiores bloqueios e ansiedades.

Procurou-se que ficasse esclarecido o motivo do pedido da consulta, a visão dos adultos sobre o problema e o que já foi feito na tentativa de resolução deste, a relação da criança com a família, escola, etc., dados sobre a gravidez, desenvolvimento da criança e acontecimentos importantes na sua vida.

A fim de obter uma visão mais abrangente acerca do funcionamento psicológico destas crianças, procuramos percebê-las sob vários pontos de vista, recorrendo para isso à aplicação de provas psicológicas standardizadas, para além da entrevista clínica e da observação da criança. Com isto pretendemos obter uma panorâmica destas crianças quanto às suas capacidades intelectuais, grafo-perceptivas e de personalidade, de forma a perceber quais os seus principais conflitos e como são as interacções familiares. Para isso utilizamos os seguintes instrumentos:

1 – “Classificação Social Internacional de Graffar”

Este instrumento permite-nos caracterizar os grupos quanto ao nível sócio-económico, estabelecendo cinco classes, sendo que a “classe I” é a mais elevada e a “V” a mais baixa. Esta classificação tem em conta a profissão dos pais, o seu nível de instrução, as fontes de rendimento familiar, o conforto da habitação e o aspecto do bairro onde habitam (ver anexo 2)

2 - Desenho livre

Este pareceu-nos ser um instrumento importante, visto permitir a coexistência dos processos mentais cognitivos, intelectuais e afectivos. Através do desenho livre procurámos obter informações relativas tanto à maturidade intelectual e psicomotora (factores grafo-perceptivos, organização da figura no espaço, relação entre os elementos e congruência entre eles, presença de pormenores, riqueza no cenário, etc.) sendo classificados em relação ao esperado na sua faixa etária, como em relação à parte afectiva, partindo do princípio o desenho livre implica a capacidade de reprodução das representações mentais e a projecção da sua vida emocional, Demos assim particular importância ao tema retratado no desenho e afectos demonstrados na sua descrição.

3 - Desenho da Figura Humana e Auto-Retrato

Foi pedido às crianças que desenhassem uma figura humana, tendo esta sido cotada segundo a escala de avaliação de F. Goodenough, a fim de obtermos a maturidade intelectual. Como este é um teste sensível aos factores afectivos relacionados com a imagem do corpo, procurámos comparar com o desenho do auto-retrato, tanto ao nível do investimento da criança no desenho (partindo do princípio que um maior investimento implica uma maior pontuação na escala de Goodenough) e ao nível da área ocupada (pois parece-nos ser um factor visto poder ser um indicador da relação entre o sujeito e o seu ambiente, entre o sujeito e as figuras parentais, ou ainda da forma como este reage à pressão ambiental (Campos, D. 1969). É ainda um indicador da auto-estima e auto-expansão).

4 - Desenho da Família Imaginada

Seguimos a proposta de L. Corman (1982) e propusemos à criança que desenhasse uma família imaginada. Desta forma pretendemos aceder à dinâmica afectiva e relacional da família em que estão inseridas e à forma como estas se situam no interior da mesma. Baseámo-nos nos critérios de interpretação de Corman ao nível da análise das estruturas formais e das relações afectivas. Para isso tivemos em consideração a presença/ausência dos elementos, localização destes na figura e preferências afectivas dos mesmos.

Para acedermos à maturidade emocional das crianças, consideramos ainda dois factores que nos pareceram importantes: a noção de diferença de sexos e de diferença de gerações, factores estes que são de fácil acesso através deste desenho por representar normalmente várias gerações e ambos os sexos.

5 - Matrizes progressivas de Raven (PM47)

Este teste permite-nos avaliar a eficiência intelectual dos sujeitos entre os 6 e os 9 anos de idade, dando-nos informação sobre a capacidade de raciocínio lógico-abstracto, sendo considerado uma boa medida de factor geral (g), sem interferência de factores educativos, culturais e de competências verbais.

6 -Teste grafo-perceptivo de Bender

Este teste permite-nos detectar dificuldades na organização grafo-perceptiva, na organização espacial e no esquema corporal.

7 - Prova projectiva “As Aventuras do Pata Negra” de L. Corman

Esta prova projectiva, elaborada por L. Corman entre 1959 e 1961, permite-nos explorar o psiquismo consciente e inconsciente através dos mecanismos de defesa, sendo um bom instrumento de investigação do eixo identidade-identificação (dando especial relevo às capacidades de individuação, às referências geracionais e sexuais) e das escolhas objectais (com ênfase nas relações precoces), para além de nos permitir aceder aos diferentes temas abordados pelo material (Boekholt, M. 2000).

O material é composto por 17 cartões temáticos, o frontispício e o cartão fada. São abordados os seguintes temas em cada cartão:

- a) Bebedouro – tema de sadismo uretral
- b) Beijo – tema edipiano
- c) Batalha – tema sádico-oral de rivalidade fraterna
- d) Carroça – tema sádico com frequente retorno punitivo contra si
- e) cabra – tema da mãe adoptiva ou substituta
- f) Partida – tema de partida (separação)
- g) Hesitação – Tema de ambivalência, de rivalidade fraterna ou de exclusão
- h) Ganso – tema sádico com retorno punitivo contra si, ou de castração
- i) Jogos sujos – tema sádico anal
- j) noite – tema edipiano com voyerismo do quarto dos pais
- k) Ninhada – tema do nascimento e de rivalidade fraterna
- l) Sonho mãe e Sonho pai – temas do ideal do eu ou de amor objectal (consoante se trate de um ou de outro sexo)
- m) mamada 1- tema oral
- n) mamada 2- tema oral com rivalidade fraterna
- o) Buraco – tema de solidão, de exclusão e de punição
- p) Fada - dinâmica da personalidade. Realização do Eu

A análise dos cartões foi feita tendo em conta a temática a que remetiam, a história contada pela criança e a figura à qual se identificaram.

8 - Teste das Relações Familiares de Bene-Anthony

Pareceu-nos importante o recurso a este instrumento, por dar-nos uma panorâmica das relações familiares de uma forma mais “estruturada”, objectiva e quantificável do que a prova projectiva ou o desenho da família. Ao contrário dos testes projectivos, este refere-se directamente à família real da criança, sendo esta convidada a expressar os sentimentos reais para com esses elementos. Recorre assim menos à fantasia.

Este teste tem por objectivo estudar as relações e tensões familiares tal como são vividas pela criança e as relações emocionais estabelecidas entre os elementos. Pretendemos com este instrumento apreciar a dinâmica familiar e discriminar alterações significativas nas relações familiares.

Este teste é constituído por 21 figuras em cartão, cada uma delas com uma caixa anexa. As figuras representam elementos de ambos os sexos e de várias idades e por uma figura representada de costas, designado o “Sr. Ninguém”. Há ainda dois conjuntos de frases (aplicados consoante a idade da criança) que exprimem sentimentos positivos, negativos e de dependência.

A criança é convidada a escolher personagens que representem os elementos da sua família e a atribuir a cada um deles os cartões com sentimentos. É-lhe explicado que os cartões que não se adequem a ninguém, sejam entregues ao “Sr. Ninguém”.

Com este teste procurámos observar:

- a) o grau de envolvimento emocional com cada uma das figuras (obtido pela soma do total dos itens atribuídos a cada figura. Este envolvimento pode ser positivo, negativo ou ambivalente, consoante a maioria dos itens é positivo ou negativo.
- b) Respostas egocêntricas, que podem ser positivas ou negativas.

- c) Discrepância de sentimentos provenientes da criança e os que lhe são dirigidos, assim como qual a “qualidade” dos sentimentos sentidos pela criança e que esta sente que recebe dos outros.
- d) Movimentos defensivos, como a negação, idealização, deslocamento e tendência regressiva.
- e) Dependência da criança, avaliada pelos itens de superprotecção e indulgência excessiva.

9 - “Child Behavior Checklist” (CBCL) e “Teacher’s Report Form” (TRF) de Achenbach (1991) (Traduzido por J. Paulo Almeida & Miguel Gonçalves)

O CBCL e o TRF são dois dos três instrumentos desenvolvidos por Achenbach e Edelbrock, com o objectivo de medir o funcionamento adaptativo e os problemas de comportamento em crianças entre os 4 e os 18 anos. A terceira escala é a “Youth Self Report” (preenchida pelas crianças e adolescentes), mas que optamos por não utilizar neste estudo.

Assim, as duas escalas utilizadas pretendem descrever e avaliar os problemas de comportamento de crianças e adolescentes entre os 4 e os 18 anos, tal como são percebidos pelos pais e pelos professores. A versão original é constituída por duas partes, uma que avalia as competências sociais e outra que avalia os problemas de comportamento. Neste caso foi apenas utilizada a segunda parte.

Com estes questionários pretendemos observar quais os problemas de comportamento apresentados por estas crianças e como os itens do TRF são praticamente os mesmos do CBCL, (excepto 25 itens que foram alterados de forma a ficarem mais apropriados aos professores) isso permite-nos comparar os resultados de ambos os grupos.

As escalas são constituídas por 120 itens, classificados em 0 (falso), 1 (às vezes) e 2 (verdadeiro). Dá-nos assim informação sobre a presença e a gravidade dos comportamentos, agrupando-os em 8 grupos

designadamente: isolamento, queixas somáticas, ansiedade/depressão, socialização, problemas de pensamento, problemas de atenção, comportamento delinquente e comportamento agressivo.

A combinação destes grupos permite-nos ainda obter uma escala de problemas totais, uma escala de internalização e uma de externalização.

Os resultados obtidos podem ser classificados em três categorias sendo elas “normal”, “borderline” e “clínica”, segundo a gravidade dos comportamentos.

PROCEDIMENTO

Como já foi referido, as crianças foram encaminhadas para a consulta de psicologia do Centro de Saúde através do médico de família, da consulta de saúde escolar, da consulta de enfermagem, da escola ou a pedido das famílias.

Foi realizada uma primeira entrevista com o adulto que acompanhou a criança e na presença desta. Nesta entrevista era explicado que estávamos a fazer um trabalho sobre “crianças com problemas de comportamento” e pedíamos autorização para incluir os dados da avaliação nesse estudo, dando garantias quando à confidencialidade dos dados.

Na primeira entrevista procuramos alternar entre o livre discurso parental e questões sobre pontos particulares, procurando obter informações sobre a história da criança e seus antecedentes pessoais, psicoafectivos, sociais, as suas relações com os pais, com a fratria, na escola, com os pares, seus interesses e lazes, história da família, história dos sintomas, atitudes tomadas em relação a estes, etc. (Marcelli, D. 1998). Procuramos também

observar como eram as relações entre os pais e os filhos e as relações estabelecidas entre ambos e a psicóloga.

No final era combinado duas ou três sessões de avaliação psicológica com a criança, num prazo relativamente curto após a 1ª entrevista e com a duração de aproximadamente uma hora. Era entregue aos pais os questionários CBCL e TRF, sendo-lhes pedido que entregassem este último ao professor da criança, explicando que estes tinham como objectivo saber como era o comportamento da criança em casa e na escola.

Na primeira sessão de avaliação psicológica era proposto à criança a realização de um desenho livre. Optamos por iniciar com esta tarefa por ser menos ansiogénea e habitualmente bem aceite pelas crianças. Após terminado o desenho, a criança era convidada a contar uma história sobre o seu desenho.

Em seguida, era-lhe pedido que fizesse o desenho de “uma pessoa”, seguindo-se do desenho de “si própria” e o de uma “família imaginada. Após a realização deste era realizado um pequeno questionário sobre o mesmo onde primeiro, era perguntado para cada uma das figuras quem eram na família, qual o nome e a idade. Em seguida, era perguntado a cada criança qual a figura mais e menos simpática, e para cada uma das figuras, com quem esta se dava melhor na família. Este questionário só não foi feito a crianças que desenharam a família real.

Por fim eram aplicadas as Matrizes progressivas de Raven (PM47) e o Teste de Bender.

Na segunda sessão de avaliação psicológica era aplicada a prova projectiva “As Aventuras do Pata Negra” e, dependendo do grau de cansaço da criança era aplicado o “Teste das Relações Familiares” ou marcado para uma terceira sessão. Optou-se por aplicar estes dois testes por esta ordem, pois o primeiro remete mais para a fantasia e para as imagos parentais, enquanto o segundo debruça-se directamente sobre a família real, logo, consideramos

que, se a ordem de aplicação fosse a oposta, os conteúdos da prova projectiva poderiam ficar excessivamente “influenciados” pela realidade, aumentando assim as defesas.

No final da avaliação, era combinada com os pais uma sessão de devolução dos resultados, estando igualmente a criança presente. Nesta sessão era entregue um relatório escrito aos pais, e uma cópia deste para ser entregue na escola (em alguns casos foi feito um contacto directo com a escola).

Todos os dados obtidos quer pela entrevista, quer pela observação clínica e através dos testes foram distribuídos por várias categorias a fim de se proceder ao tratamento estatístico dos mesmos (ver anexo 1)

TRATAMENTO DOS DADOS

Os dados foram tratados no SPSS 12.0. Após feita a validação dos mesmos procedemos à análise descritiva recorrendo a tabelas de frequência para todas as variáveis de interesse. Para as variáveis numéricas avaliámos o ajustamento à distribuição normal. Como tal não se confirmou, analisámos em alternativa os dados sob a forma de variáveis nominais (classes).

Para algumas categorias, verificámos se as variáveis estavam associadas entre si e apresentámos apenas os testes em que esta associação era significativa estatisticamente. O teste utilizado nestes casos foi o Teste de Independência do Qui-quadrado.

Dada a dimensão da amostra, os resultados deste estudo apenas remetem para a amostra em questão, tornando-o um estudo exploratório.

RESULTADOS

Para facilitar a leitura dos resultados, estes foram divididos em duas partes correspondendo aos dados obtidos através da entrevista ao adulto que acompanhou a criança e aos obtidos através dos testes aplicados.

Dentro da “entrevista clínica” dividimos os resultados obtidos em sub-capítulos correspondendo à: identificação, caracterização do comportamento agressivo, família, sono e controle esfíncteriano e factores escolares.

Nas provas de avaliação psicológica encontramos sub-capítulos referentes a: avaliação cognitiva e grafo-perceptiva, provas projectivas (que incluem o “Teste do Desenho da Família”, o desenho livre, o “Teste das Relações Familiares” e “As Aventuras do Pata Negra”) e por fim os resultados obtidos nos questionários sobre o comportamento das crianças (“Child Behavior Checklist” e “Teacher’s Report Form”).

Identificação

Na identificação das crianças “intimidantes”, procurámos descrevê-las segundo os seguintes parâmetros:

- Idade
- Classe social
- Por quem foi acompanhada à consulta.

O quadro que se segue mostra a distribuição das crianças por idade.

QUADRO 1: Distribuição das crianças por idade

IDADE	N	%
5	1	3.6
6	4	14.3
7	12	42.9
8	1	3.6
9	3	10.7
10	4	14.3
11	3	10.7
TOTAL	28	100.0

A amostra dispersa-se entre os 5 e os 11 anos de idade, mas verificamos uma prevalência de crianças com 7 anos de idade (42.9%). A média das idades é de 7.89.

Esta prevalência talvez se deva ao facto da maioria das crianças serem encaminhadas para a consulta de psicologia através da escola. Podemos

por a hipótese que estes comportamentos aumentem com a entrada no 1º ciclo do Ensino Básico, por haver um aumento de regras e de exigências de conduta e socialização, pelo que, nesta altura, estas crianças “destoam” das restantes. Assim, provavelmente já apresentavam estes comportamentos anteriormente, mas só agora estes foram vistos como “preocupantes”.

Possivelmente não foram encaminhadas logo no início do 1º ano, por este comportamento ter sido associado a imaturidade ou a dificuldades de adaptação, sendo que aos 7 anos de idade, este comportamento torna-se menos aceite pelos outros.

No quadro seguinte podemos observar a distribuição das crianças quanto à classe social (classificação de Graffar):

QUADRO 2: Distribuição das crianças por classe social

CLASSE SOCIAL	N	%
I	0	0
II	1	3.6
III	9	32.1
IV	13	46.4
V	5	17.9
TOTAL	28	100.0

Tendo em conta que a classe social I seria a mais elevada, e a classe social V a mais baixa, verificamos que a maioria das crianças da amostra pertence à classe social IV (46.4%), seguindo-se da classe social III (32.1%), ou seja, podemos considerar que pertencem a uma classe social média/baixa. Este

factor parece coincidir com a população que recorre às consultas de psicologia nos centros de saúde.

As informações sobre as crianças foram obtidas numa 1ª entrevista com o adulto que a acompanhava. No quadro seguinte podemos observar a distribuição dos adultos que deram essas mesmas informações:

QUADRO 3: Distribuição dos adultos que deram informações sobre a criança na 1ª entrevista

ADULTOS QUE DERAM INFORMAÇÕES	n	%
Mãe	23	82.1
Pai	1	3.6
Avó	3	10.7
Outros	1	3.6
TOTAL	28	100.0

Verificamos que uma grande percentagem de crianças foram acompanhadas pela mãe na primeira consulta, logo, as informações sobre as crianças foram dadas predominantemente fornecidos por esta (82.1%).

Este valor pode ter várias causas: o facto de não ter sido pedido antes da primeira consulta que viesse a família e o facto de uma grande parte destas crianças serem filhas de pais separados (ver quadro 16), logo, como habitualmente vivem com as mães, são por estas acompanhadas às consultas.

Só um pai acompanhou a criança, visto a mãe ter falecido. As 3 avós que acompanharam crianças, viviam com estas, que por sua vez não viviam com a mãe, ou seja, surgem como figuras substitutas da mãe. O "outro" que acompanhou 1 criança é uma madrasta, também numa situação de ausência da mãe.

Resumo:

Verificamos quanto aos dados gerais da identificação destas crianças, que estas situam-se entre os 5 e os 11 anos, havendo uma prevalência de crianças com 7 anos de idade, o que pode estar relacionado com a entrada para o 1º Ciclo do Ensino Básico, em que devido a uma maior exigência em termos de comportamento e regras de socialização, estes comportamentos passem a ser menos aceites, logo, vistos como problemáticos, o que leva a que estas crianças recorram à consulta de psicologia nesta altura.

A maioria pertence à classe social IV e III segundo a escala de Graffar. Os dados obtidos sobre as crianças foram fornecidos essencialmente pelas mães, pois foram estas que normalmente acompanharam as crianças à consulta, o que nos leva a pensar na ausência do pai tanto emocionalmente como fisicamente.

Caracterização do Comportamento Agressivo

Todas as crianças da amostra apresentavam como queixa a presença de comportamentos agressivos (tanto físicos como verbais). Neste sub-capítulo procuramos especificar melhor como são estes comportamentos, tendo então em conta os seguintes factores:

- Tentamos averiguar onde havia uma maior prevalência destes comportamentos (se em casa, se na escola) e com quem estes se manifestavam (se com adultos, se com crianças).
- Com que idade foram iniciados os comportamentos agressivos e na opinião do adulto que a acompanhou a consulta, quais as causas associadas.
- Por fim, distribuímos as crianças numa escala segundo o grau de agressividade apresentado.

Nos quadros seguintes obtemos uma distribuição destes comportamentos quanto a estas duas categorias: onde e com quem.

QUADRO 4: Crianças com queixa de agressividade física com adultos na escola

AGRESSIVIDADE FÍSICA COM ADULTOS NA ESCOLA	n	%
Presente	2	7.1
Ausente	26	92.9
TOTAL	28	100.0

Verificamos que a grande maioria das crianças (92.9%) não apresenta queixas de agressividade física com os adultos da escola (professores e funcionários).

QUADRO 5: Crianças com queixa de agressividade verbal com adultos na escola

AGRESSIVIDADE VERBAL COM ADULTOS NA ESCOLA	N	%
Presente	8	28.6
Ausente	20	71.4
TOTAL	28	100.0

Tal como no quadro anterior, a maioria das crianças não é agressiva verbalmente com os adultos na escola. No entanto, encontramos mais crianças agressivas verbalmente (28.6%) do que fisicamente (7.1%). Esta agressividade caracteriza-se predominantemente por insultos, ameaças, uso de linguagem obscena, respostas de cariz agressivo, etc.

QUADRO 6: Crianças com queixa de agressividade física com crianças na escola

AGRESSIVIDADE FÍSICA COM CRIANÇAS NA ESCOLA	N	%
Presente	25	89.3
Ausente	3	10.7
TOTAL	28	100.0

Verificamos uma grande maioria de crianças agressivas fisicamente com os colegas na escola (89.3%). Estes comportamentos caracterizam-se por bater, dar pontapés, atirar objectos, etc.

As 3 crianças que não apresentam este comportamento foram incluídas na amostra por apresentarem comportamentos agressivos em casa (tanto com adultos como com outras crianças), apresentando assim um quadro de intimidação aos elementos da família.

QUADRO 7: Crianças com queixa de agressividade verbal com crianças na escola

AGRESSIVIDADE VERBAL COM CRIANÇAS NA ESCOLA	N	%
Presente	20	71.4
Ausente	8	28.6
TOTAL	28	100.0

QUADRO 9: Crianças com queixa de agressividade verbal com adultos em casa

AGRESSIVIDADE VERBAL COM ADULTOS EM CASA	n	%
Presente	16	57.1
Ausente	12	42.9
TOTAL	28	100.0

Podemos observar que a maioria das crianças são agressivas verbalmente com os adultos em casa (57.1%). Verificamos assim que apesar da maioria das crianças não ser agressiva fisicamente com os adultos em casa, é-o verbalmente.

Verificamos também que há mais crianças agressivas verbalmente com os adultos em casa do que com os adultos na escola, o que nos leva novamente a pôr as hipóteses levantadas em relação à agressividade física.

Isto também pode revelar uma maior agressividade contra os adultos que vivem com elas, mais precisamente os pais. Não deixa de ser interessante verificar que apesar da maioria destas crianças ser sinalizada para a consulta de psicologia devido aos comportamentos agressivos na escola, verificamos que estas também são agressivas em casa. Será que os pais não valorizam estes comportamentos como sendo um problema?

Este valor pode também ser demonstrativo de dificuldade em aceitar as diferenças de gerações, visto que à criança são permitidos comportamentos que habitualmente não são aceites, principalmente para com os adultos. Pode revelar também uma dificuldade dos pais em impor regras e limites, não conseguindo impedir as descargas agressivas.

Podemos também pôr a hipótese de serem crianças que vivem em ambientes familiares onde a agressividade verbal é aceita por todos e usada, sem conotação negativa.

QUADRO 10: Crianças com queixa de agressividade física com crianças em casa

AGRESSIVIDADE FÍSICA COM CRIANÇAS EM CASA	n	%
Presente	11	39.3
Ausente	17	60.7
TOTAL	28	100.0

A maioria das crianças não são agressivas fisicamente com as outras crianças em casa (irmãos, primos, etc.), no entanto, isto pode também dever-se à circunstância de haver um grande número de crianças que são filhos únicos (ver quadro 21) logo, não vivem com outras crianças.

QUADRO 11: Crianças com queixa de agressividade verbal com crianças em casa

AGRESSIVIDADE VERBAL COM CRIANÇAS EM CASA	n	%
Presente	11	39.3
Ausente	17	60.7
TOTAL	28	100.0

Tal como no quadro anterior, verificamos que a maioria das crianças não é agressiva verbalmente com outras crianças em casa, facto este que pode ter a mesma explicação apresentada anteriormente.

Destes quadros apresentados, podemos então resumidamente verificar que estas crianças são predominantemente agressivas com os colegas da escola, e esta agressividade manifesta-se preferencialmente através da descarga motora.

Em relação aos adultos, verificamos que estas crianças são mais agressivas com os adultos em casa do que com os da escola, e esta agressividade manifesta-se predominantemente na sua forma verbal.

Quanto à idade de início do comportamento intimidante, as idades apontadas são esquematizadas no quadro seguinte:

QUADRO12: Idade de inicio do comportamento agressivo

IDADE INÍCIO	n	%
3	3	10.7
4	3	10.7
5	2	7.1
6	7	25.0
7	3	10.7
8	0	0.0
9	1	4.5
10	3	13.6
Não sabem	6	17.7
TOTAL	28	100.0

A amostra dispersa-se entre os 3 e os 10 anos, sendo a média de 6.05. Em 6 crianças não obtivemos este dado, pois o adulto que a acompanhou não conseguiu precisar a idade de início do comportamento intimidante.

Verificamos então que a maioria das crianças é descrita como tendo iniciado os comportamentos intimidantes aos 6 anos. Isto está de acordo com as hipóteses levantadas anteriormente, de que estas crianças acentuam o grau de agressividade com a entrada no 1º ciclo do ensino básico, o que talvez aconteça devido ao aumento de regras, ou por ser nesta idade, com o consequente aumento de obrigações escolares e sociais, que este comportamento salienta-se e são vistos como problemáticos.

Desta forma, faz sentido que a maioria das crianças da amostra esteja na faixa etária dos 7 anos, visto que entre o que os pais percepcionam como um comportamento desajustado e a marcação da consulta de psicologia seja natural que ocorram uns meses de “espera” tanto na expectativa de que o comportamento melhore após o período de adaptação à escola, como pelos diversos “passos” a dar até marcar uma consulta.

Quando interrogados sobre quais os motivos que parecem ter desencadeado o aparecimento destes comportamentos, os familiares que acompanharam as crianças deram os seguintes motivos:

QUADRO 13: Factores apontados como desencadeadores

FACTORES APONTADOS COMO DESENCADEADORES	n	%
Factores familiares	16	57.1
Factores escolares	4	14.3
Não sabe	8	28.6
TOTAL	28	100.0

A maioria dos familiares aponta como principal causa do aparecimento dos comportamentos intimidantes os factores familiares (57.1%). Apenas 14.3% aponta factores escolares (indicando razões como má adaptação ao 1º ciclo, à nova escola ou à professora), o que parece ser um dado interessante se tivermos em conta que a queixa que os faz recorrer à consulta é, na maioria das vezes a de problemas de agressividade na escola.

Entre os factores familiares apontados, são dados os seguintes motivos:

QUADRO 14: Factores familiares apontados

FACTORES FAMILIARES	N	%
Separação dos pais	2	7.1
Nascimento dos irmãos	1	3.6
Violência familiar	7	25.0
Outros	6	21.4
Não se verifica	12	42.9
TOTAL	28	100.0

Verificamos que em 25% dos casos em que os factores familiares são apontados como desencadeadores do comportamento agressivo, estes estão relacionados com situações de violência familiar. Em 7.1% dos casos está relacionado com a separação dos pais e apenas em 3.6% com o nascimento dos irmãos. Foram dados outros motivos em 21.4% dos casos, como o abandono por um progenitor da casa, o falecimento de um progenitor, a mudança de casa, etc.

Como factores escolares foram apontados dificuldades na relação com os professores e/ou colegas e má adaptação à escola. Tendo em conta que estes números foram muito baixos (apenas 4 crianças), não nos pareceram significativos.

Parece então haver um reconhecimento por parte dos familiares de que um modelo de violência familiar influencia o aparecimento de condutas violentas na criança.

De forma a distinguir os diversos graus de agressividade, foram elaboradas três categorias que definem a agressividade das crianças, desde uma forma moderada até uma forma mais marcada, usando os seguintes critérios:

Grau 1: Crianças pouco agressivas. Os comportamentos agressivos surgem em situações pontuais, perante um confronto ou como meio de defesa. Muitas vezes alternam entre agressor e vítima. Os colegas não temem as suas reacções nem as consideram crianças agressivas. No entanto, a frequência destes actos, ou a violência destes (ainda que raros) levou a que fossem sinalizados e encaminhados para a consulta de psicologia.

Grau 2: Crianças moderadamente agressivas. Agressões principalmente físicas aos pares, muitas vezes sem motivo aparente. Pode ter um grupo em especial que agride com alguma frequência. Reconhece que o seu comportamento não é o mais correcto e mostra arrependimento. Muitas

vezes alterna entre agressor e vítima. Colegas reconhecem-no como agressivo e temem-no.

Grau 3: Crianças muito agressivas. Agressões graves aos pares e por vezes a adultos. Perante o comportamento, não reagem com culpabilidade, ou mostram orgulho aparente. Tiram benefícios secundários deste comportamento, fomentando o medo que os pares têm deles. A agressividade muitas vezes ocorre sem motivo aparente. É sempre o agressor e nunca a vítima. Reconhecido entre os colegas e/ou adultos como muito agressivo e temido por estes.

Desta forma as crianças foram divididas pela psicóloga em três grupos consoante o grau de agressividade apresentada, tendo sido obtidos os seguintes valores:

QUADRO 15: Grau de agressividade

GRAU DE AGRESSIVIDADE	N	%
Grau 1	11	39.3
Grau 2	10	35.7
Grau 3	7	25.0
TOTAL	28	100.0

Verificamos um número mais ou menos semelhante de crianças em cada grupo, havendo apenas um pequeno decréscimo de crianças de grau 3.

De forma a obtermos uma classificação diagnostica precisa, procurámos classificar as crianças da amostra segundo a Classificação Internacional de Doenças – CID-10. A escolha desta classificação em relação ao DSM-IV foi feita porque pareceu-nos que esta é mais específica em relação aos

transtornos da infância, com especial destaque para os transtornos de conduta, onde se inserem a maioria destas crianças.

Assim, foi feita a classificação destas crianças, sendo-lhes atribuído o código correspondente, tendo sido incluídas nas seguintes classificações:

F91.0 – Transtorno de conduta restrito ao contexto familiar

F91.1 – Transtorno de conduta não socializado

F91.2 – Transtorno de conduta socializado

F91.3 – Transtorno desafiador de oposição

F92.0 – Transtorno depressivo de conduta

F92.8 – Outros transtornos mistos de conduta e emoções

F43.24 – Transtorno de ajustamento com perturbação predominante de conduta

F43.25 – Transtorno de ajustamento com perturbação mista de emoções e conduta

F83 – Transtornos específicos mistos do desenvolvimento

QUADRO 16: Diagnóstico segundo o CID-10

ICD-10	N	%
F91.0	3	10.7
F91.1	2	7.1
F91.2	9	32.1
F91.3	5	17.9
F92.0	2	7.1
F92.8	1	3.6
F43.24	3	10.7
F43.25	2	7.1
F83	1	3.6
TOTAL	28	100.0

Podemos observar que a maioria das crianças (32.1%) foram inseridas na categoria “Transtorno de Conduta Socializado”, ou seja, possuem transtornos de conduta envolvendo comportamento anti-social ou agressivo persistente mas estão bem integrados no grupo de companheiros.

Segue-se o grupo de crianças consideradas com “Transtorno Desafiador de Oposição” (17.9%), ou seja, o seu transtorno de conduta é definido pela presença de comportamento desafiador, desobediente e provocatório e pela ausência de actos anti-sociais ou agressivos mais graves, que violem a lei ou os direitos dos outros.

Verificamos também que em 10.7% (7.1%+3.6%) das crianças o transtorno de comportamento foi caracterizado pela combinação de comportamento persistentemente agressivo, anti-social ou desafiador com sintomas patentes e marcantes de depressão (7.1%), ansiedade ou outros transtornos emocionais (3.6%).

Notamos que em 17.8% (10.7%+7.1%) dos casos os problemas de conduta foram classificados como resultantes de transtornos de ajustamento, ou seja, surgem num período de adaptação a uma mudança significativa de vida ou em consequência de um evento stressante. Assim, em 10.7% das crianças este transtorno de ajustamento manifestou-se por perturbação predominante de conduta e 7.1% por perturbação mista de emoções e conduta.

Como já tínhamos descrito anteriormente, 10.7% das crianças da amostra apresentam transtornos de conduta apenas no contexto familiar.

Resumo:

Podemos então concluir quanto às características do comportamento agressivo das crianças da amostra, que há mais crianças com comportamentos considerados “pouco agressivos” e “moderadamente agressivos”, havendo um decréscimo no número de crianças consideradas “muito agressivas”. A maioria dos comportamentos caracteriza-se por agressividade física para com os colegas da escola, sendo que apenas três não apresentam este comportamento a nível escolar, mas sim a nível familiar. O comportamento agressivo na sua forma física parece mais visível que o verbal, mostrando a facilidade que estas crianças parecem ter na passagem ao acto.

Em relação à agressividade física contra os adultos, o número é muito inferior aos da agressividade física contra outras crianças, mas notamos que este comportamento é mais frequente com elementos da família do que com pessoal pertencente ao meio escolar, o que nos leva a pensar que estas crianças encontram na escola maior contenção, maior respeito pelas hierarquias e mais regras.

De acordo com o adulto que acompanhou a criança à consulta, estes comportamentos tiveram início em média aos 6 anos de idade, coincidindo então com a entrada para o 1º Ciclo do Ensino Básico. O aparecimento destes comportamentos é associado a dificuldades a nível familiar, sendo então reconhecido que, apesar de ser um comportamento que se manifesta mais a nível escolar, este foi desencadeado por dificuldades familiares.

Família

Em relação à família, procurámos caracterizá-la, utilizando os seguintes parâmetros:

- Situação familiar dos pais (se estão juntos ou separados)
- Caso estejam separados, que idade tinha a criança aquando a separação
- Como é a relação entre o casal
- No caso da criança não viver com um dos progenitores, qual a frequência do contacto com o progenitor ausente
- Situação na fratria
- Com quem vive a criança
- Por quantas pessoas é constituído o seu agregado familiar.
- Funcionalidade/ disfuncionalidade familiar
- Alcoolismo na família
- Violência familiar (entre adultos e dos adultos às crianças)
- Suspeita de abuso sexual.
- Relação do pai com o filho
- Relação da mãe com o filho

Em relação à situação familiar, podemos observar, no quadro que se segue, a distribuição das crianças quanto ao facto dos pais estarem juntos ou separados (note-se que no caso do falecimento de um progenitor, a situação foi inserida no grupo dos "separados")

QUADRO 17: Situação familiar dos pais

SITUAÇÃO DOS PAIS	N	%
Juntos	8	28.6
Separados	20	71.4
TOTAL	28	100.0

Podemos verificar que a maioria dos pais das crianças da amostra estão separados (71.4%), o que constitui uma percentagem muito elevada.

Este dado faz-nos pensar num grande número de crianças provenientes de famílias monoparentais, desagregadas, que passaram (ou estão a passar) por momentos de conflito que levaram à separação do casal. Como verificamos muitas vezes em casos de separação dos pais, estas crianças podem viver em situações de não ter qualquer contacto com um dos progenitores (habitualmente o que sai de casa), ou tendo com este relações esporádicas, com pouco envolvimento emocional, acabando por ter apenas a imagem fornecida pelo progenitor com quem vivem (habitualmente a mãe). Muitas destas crianças tornam-se cúmplices ou confidentes de um dos pais, ou têm tendência para substituir o progenitor ausente, ou cuidar do genitor deprimido. Podem também ser testemunhas de situações de conflito, estando presentes de forma mais ou menos activa.

De forma a aprofundar melhor esta situação de ruptura do casal, procurámos estudar outros factores envolvidos. No quadro seguinte podemos observar a idade que as crianças tinham quando os pais se separaram:

QUADRO 18: Idade das crianças quando os pais se separaram

IDADE AQUANDO A SEPARAÇÃO	N	%	% acumulada
Menos de 1	5	17.9	17.9
1	3	10.7	28.4
2	1	3.6	32.0
3	4	14.3	46.3
4	2	7.1	53.4
5	4	14.3	67.7
6	0	0	67.7
7	0	0	67.7
8	0	0	67.7
9	1	3.6	71.3
Não se verifica	8	28.6	100.0
TOTAL	28	71.4	100.0

Observamos que a média das idades é de 2.70. Através das percentagens acumuladas verificamos que 32% dos pais separaram-se antes dos dois anos de idade da criança, logo, na primeira infância; em 67.7% dos casos, os pais separaram-se antes dos 5 anos de idade dos filhos.

Podemos pensar que separações tão precoces podem ter dificultado o desenvolvimento das crianças em termos identificatórios, e que pode ter havido dificuldade em aceder à triangulação simbólica edipiana, por estarem

inseridas numa relação dual, sem haver a presença de um terceiro que intervenha. Outra hipótese é que os pais tenham ficado menos disponíveis para os filhos numa idade muito precoce destes, devido aos problemas do casal.

A relação entre ambos os progenitores (tanto dos casais “separados”, como dos “juntos”) foi classificada em “próxima”, “distante”, “conflituosa” e “um deles falecido”, tendo-se obtido a seguinte distribuição:

QUADRO 19: Relação entre os pais

RELAÇÃO ENTRE OS PAIS	N	%
Próxima	7	25.0
Distante	9	32.1
Conflituosa	9	32.1
Um deles falecido	3	10.7
TOTAL	28	100.0

A maioria dos pais tem entre si uma relação “distante” (32.1%), que se caracteriza por pouco contacto e distância afectiva, ou uma relação “conflituosa” (32.1%), que se caracteriza por conflitos abertos e frequentes.

De acordo com Marcelli (1998), podemos estar perante uma situação em que “a organização fantasmática pode corresponder à actuação de um fantasma de cena primitiva, reforçando ou reactivando o conjunto de sua problemática edipiana ver os pais se opondo, discutindo, separando-se, pode constituir a realização de desejos fantasmáticos incestuosos: afastar um dos pais para poder possuir o outro. Ora, o trauma psíquico sobrevém

quando a realidade vai de encontro ao fantasma e confirma o peso deste” (p. 308)

Podemos então levantar a hipótese destas crianças provirem de famílias disfuncionais, com existência de conflitos ou distância emocional entre os pais. Este tipo de relações pode conduzir ao afastamento de um dos progenitores, à desvalorização deste, o que acaba por dar à criança a imagem de uma figura “secundária” ou negativa. A agressividade das crianças pode surgir então como uma projecção, exteriorizando assim os conflitos do seu meio familiar, ou como um “mecanismo de identificação ao agressor”.

Ao tentarmos perceber com quem vivem estas crianças, e qual a relação que têm com o progenitor ausente, verificamos que nenhuma delas vivia sem nenhum dos progenitores, ou seja, todas viviam ou com ambos os pais, ou com um deles. Em relação às crianças cujo pai não vive em casa obtivemos os seguintes resultados:

QUADRO 20: Separação entre pai e filho

SEPARAÇÃO	n	%
PAI/FILHO		
Falecido	2	7.1
Sem contacto	4	14.3
Contacto esporádico	4	14.3
Contacto frequente	5	17.9
Não há separação	13	46.4
pai/filho		
TOTAL	28	100.0

Verifica-se então que 53.6% das crianças vivem sem o pai em casa, sendo que destas, 17.9% têm “contacto frequente” com este (mais de uma vez por semana); 14.3% têm “contacto esporádico” (menos de uma vez por semana) e 14.3% das crianças da amostra não têm qualquer contacto com a figura paterna.

Há então uma notória ausência da figura paterna no dia-a-dia destas crianças, o que nos leva a levantar a hipótese que a ausência do pai pode ter influência no aparecimento e manutenção dos comportamentos intimidantes das crianças.

Podemos pensar que há ausência do “terceiro elemento”, fundamental nas suas funções de “sustentáculo do narcisismo da mãe” (Coimbra de Matos, A. 2002); como elemento importante no processo de separação-individuação (Mahler) propiciando a necessária passagem de Narciso a Édipo; importante na sua função de imposição de limites e frustrações, promovendo a passagem do “princípio do prazer” para o da “realidade”, e, principalmente no caso dos rapazes, de surgir como modelo de identificação.

Estes dados parecem ir de encontro às hipóteses levantadas anteriormente destas crianças serem impedidas de estabelecer uma relação próxima com um dos progenitores (neste caso, com o pai), que possa haver uma tendência para estas crianças substituírem o pai, ocupando o seu lugar, e de terem uma imagem parcial e negativa deste, fornecida apenas pela mãe e consequentemente não terem uma figura masculina de identificação.

Quanto à separação entre mãe e filho, encontramos a seguinte distribuição:

QUADRO 21: Separação entre mãe e filho

SEPARAÇÃO MÃE/FILHO	N	%
Falecida	1	3.6
Sem contacto	2	7.1
Contacto esporádico	2	7.1
Contacto frequente	0	0
Não há separação mãe/filho	23	82.1
TOTAL	28	100.0

Apenas 17.9% das crianças observadas não vivem com a mãe, sendo este valor muito inferior aos obtidos com a separação entre pai e filho. Destas crianças, 2 têm contacto esporádico com a mãe, 2 não têm qualquer contacto e em 1 caso esta faleceu.

Vemos que na maioria dos casos, quando casal de separa as crianças Vão viver com as mães, sendo então a figura paterna que se afasta. Assim, a maioria das crianças vive com a mãe.

Quanto à situação destas crianças na fratria, distribuem-se da seguinte forma:

QUADRO 22: Situação na fratria

SITUAÇÃO NA FRATRIA	N	%
Filho único	10	35.7
Filho mais velho	9	32.1
Filho do meio	3	10.7
Filho mais novo	6	21.4
TOTAL	28	100.0

Verificamos que 35.7% destas crianças são filhos únicos, seguindo-se de 32.1% que são filhos mais velhos. Podemos pensar que os filhos únicos e os filhos mais velhos, dadas as condições anteriormente verificadas, tenham mais tendência para adoptar comportamentos de onipotência e agressivos, pois talvez tenham mais facilidade para envolver-se mais nos conflitos familiares, sendo-lhes dado mais frequentemente um “papel” de reparador e de substituto da figura paterna. Podemos também pensar que no caso dos filhos únicos, as “patologias” dos pais são “descarregadas” sobre um único filho, ou seja, este ficaria “sobrecarregado”, logo, seja mais afectado pelas dificuldades familiares.

Outra hipótese é que, no caso dos irmãos mais velhos, a agressividade seja desencadeada por sentimentos de rivalidade fraterna, que, devido à culpabilidade, seja deslocada para os companheiros da escola.

Verificámos que um grande número de crianças vive com a mãe, mas sem a presença do pai. No entanto, é possível que vivam também com outros familiares, pertencentes à família alargada (avós, tios, primos, etc.). Na distribuição das crianças consoante o agregado familiar com que habitam obtivemos os seguintes valores:

QUADRO 23: Família que vive com a criança

VIVE COM FAMILIA	n	%
Só nuclear	10	35.7
Só alargada	0	0
Nuclear e alargada	18	64.3
TOTAL	28	100.0

Há uma percentagem elevada de crianças que vivem com família nuclear e alargada (64.3%), o que nos leva a ver este factor como relevante no estudo. O facto de viverem em casas com vários adultos, pode dificultar o estabelecimento de regras e limites, o estabelecimento de relações de poder e hierarquias, e o estabelecimento de muitas relações, sem que haja, talvez, relações privilegiadas entre estas crianças e os adultos que com elas vivem. Outro factor que pode ser importante é que a criança fica também mais exposta às influências negativas dos outros familiares e às relações conflituosas que possam existir entre os vários elementos.

Se por um lado podíamos pensar nos benefícios de viverem com a família alargada, como haver mais apoio, mais contenção, mais figuras masculinas que pudessem substituir o pai como figura de identificação na ausência deste, o facto destas crianças apresentarem este tipo de comportamento,

leva-nos a concluir que a família alargada não parece funcionar como elemento protector, não conseguindo “compensar” as carências sentidas.

Procurámos então ver, mais precisamente, com quem viviam estas crianças, como podemos observar no quadro abaixo:

QUADRO 24: Com quem vivem

VIVEM COM	n	%
Mãe e Pai	4	14.3%
Mãe	3	10.7%
Mãe e Família Alargada	12	42.8%
Mãe, Pai e Família Alargada	4	14.3%
Pai e Família Alargada	5	17.8%
Pai	0	0
TOTAL	28	100.0

Assim, notamos que uma maioria de crianças (42.8%) vive com a mãe e a família alargada. Esta hipótese vai de encontro aos resultados encontrados anteriormente de haver muitas crianças filhas de pais separados, e muitas que vivem com família nuclear e alargada, sendo que, a partir destes resultados podemos verificar que muitas mães depois da separação voltaram para a família de origem, o que pode ser um indicador importante da necessidade de dependência destas mães.

Seguem-se as crianças que vivem com ambos os pais e com o pai e a família alargada, correspondendo ao número de crianças encontrado anteriormente de crianças que vivem sem a mãe. Curiosamente não há nenhuma criança que viva só com o pai ou com o pai e com os irmãos,

fazendo-nos pensar em pais dependentes, passivos e imaturos, que na ausência da mãe, necessitam de apoio da família para criar os filhos, voltando eles próprios à situação de “filhos” depois da separação.

10.7% das crianças vivem só com a mãe (e irmãos, caso existam).

Assim, pareceu-nos importante ver por quantas pessoas são constituídos estes agregados familiares, tendo sido obtidos os seguintes valores:

QUADRO 25: Número de pessoas que vivem em casa

NÚMERO PESSOAS QUE VIVEM EM CASA	N	%
2	3	10.7
3	4	14.3
4	7	25.0
5	2	7.1
6	3	10.7
7	3	10.7
8	3	10.7
10	2	7.1
12	1	3.6
TOTAL	28	100.0

A dispersão dos valores varia entre 2 e 12 pessoas, sendo a média 5,5. Verificamos então que muitas das crianças da amostra vivem em casas onde coabitam várias pessoas, algumas pertencentes à família alargada.

Os dados obtidos até agora levam-nos a questionar como serão as relações entre os elementos, relações estas que parecem indicar a possibilidade de muitas destas famílias serem “disfuncionais”. Foram então elaboradas três categorias de funcionamento familiar segundo os seguintes critérios:

Famílias de grau 1 – Famílias funcionais. Papeis bem definidos, bom relacionamento familiar entre os diversos elementos, poucos conflitos significativos, respeito pelo espaço e papéis de cada um. Relações afectivas estáveis entre a criança e os adultos significativos. Em caso de separação dos pais há uma tentativa de não quebrar os laços afectivos, de forma à criança poder privilegiar do relacionamento saudável com ambos os progenitores.

Famílias de grau 2 – Famílias disfuncionais. Relações afectivas pouco seguras entre a criança e os adultos, conflitos frequentes de intensidade moderada, espaços e papeis familiares mal definidos. Existem no entanto relações privilegiadas.

Famílias de grau 3 – Famílias muito disfuncionais. Confusão de papeis, conflitos graves com uso frequente de violência física, verbal e emocional, ausência de figuras significativas e protectoras.

Segundo esta classificação, encontramos a seguinte distribuição:

QUADRO 26: Grau de disfunção familiar

GRAU DE DISFUNÇÃO FAMILIAR	N	%
Grau 1 – Funcional	4	14.3
Grau 2 – Disfuncional	12	42.9
Grau 3 – Muito disfuncional	12	42.9
TOTAL	28	100.0

Há uma clara maioria de famílias de grau 2 e de grau 3, ou seja, famílias disfuncionais, representando as duas categorias 85.8% da amostra. Apenas 14.3% das famílias foram consideradas funcionais.

Estamos perante um elemento que pode ser relevante na compreensão destas crianças. Salienta-se aqui que a grande maioria destas crianças provêm de famílias disfuncionais, com problemas graves no seu funcionamento. Pode haver então falta de modelos saudáveis com quem a criança se possa identificar, é provável que no meio familiar os conflitos sejam resolvidos com uso à agressão, e haja relações negativas e destrutivas entre os vários membros, com falta de elementos protectores e confiáveis.

Alguns factores contribuem para a desestruturação e disfuncionalidade familiar, como é o caso do alcoolismo, da violência familiar e do abuso sexual. Tentámos encontrar a presença destes elementos nas famílias das crianças da amostra. Temos em consideração que os valores obtidos podem

ser inferiores aos da realidade, visto serem elementos que muitas vezes permanecem no “segredo familiar”, sendo difícil o seu reconhecimento numa primeira abordagem.

Assim, quanto ao alcoolismo verificamos o seguinte:

QUADRO 27: Alcoolismo na família

ALCOOLISMO	N	%
Pai	5	17.9
Mãe	2	7.1
Outros	1	3.6
Não se verifica	20	71.4
TOTAL	28	100.0

Em 28.6% (17.9%+7.1%+3.6%) dos casos há um familiar que sofre de alcoolismo, sendo em 17.9% o pai. Se pensarmos que nestas famílias há habitualmente relações conflituosas e agressivas, com “diferenciação caótica dos papéis, dos sexos e das gerações, alianças complexas estabelecidas geralmente entre a criança e o progenitor sóbrio (...) em que o progenitor sóbrio tende a assumir todas as funções de autoridade ou pelo contrário tende a excluir-se do grupo familiar. A parentificação da criança tomando a seu cargo a fratria, ou mesmo o próprio progenitor alcoólico é frequente” (Dayan, J., Andro, G. in Houzel, D., Emmanuelli, M. & Moggio, F. 2004, p.45)

Em relação à violência familiar entre adultos, (ou seja, situações que não há agressões físicas à criança), mais especificamente quem é o agressor, encontramos os seguintes valores:

QUADRO 28: Violência familiar entre adultos

VIOÊNCIA FAMILIAR ENTRE ADULTOS	n	%
Pai	8	28.6
Mãe	1	3.6
Outros	1	3.6
Não se verifica	18	71.4
TOTAL	28	100.0

Em 35.7% (28.6%+3.6%+3.6%) das famílias há violência familiar entre os adultos, sendo o agressor em 28.6% dos casos o pai. Isto vai de encontro à hipótese que estas crianças são frequentemente expostas à violência física, podendo estar funcionar como a única forma de resolver os conflitos nestas famílias.

Quando a violência familiar é entre um adulto e a criança, obtivemos os seguintes resultados:

QUADRO 29: Violência familiar dos adultos à criança

VIOLÊNCIA A CRIANÇA	N	%
Pai	6	21.4
Mãe	1	3.6
Outros	0	0
Não se verifica	21	75.0
TOTAL	28	100.0

Em 25% (21.4%+3.6%) dos casos as crianças são vítimas de maus-tratos físicos, sendo estes maioritariamente infringidos pelo pai.

No que diz respeito à suspeita de abuso sexual (pois em alguns dos casos havia suspeita, mas o caso ainda estava a correr os tramites legais), obtivemos os seguintes resultados:

QUADRO 30: Suspeita de abuso sexual

SUSPEITA DE ABUSO SEXUAL	N	%
Pai	1	3.6
Mãe	0	0
Outros	2	7.1
Não se verifica	25	89.3
TOTAL	28	100.0

Em 3 crianças há suspeitas de abuso sexual.

Encontramos então sinais habitualmente associados à violência, agressividade e maus-tratos nestas famílias, mostrando mais uma vez que a exposição das crianças a estas situações pode ser um factor desencadeante de problemas de comportamento.

Procurámos ver se existia alguma associação entre o grau de agressividade e o grau de disfunção familiar, mas os resultados obtidos não foram significativos, não havendo então relação entre ambas as variáveis.

Através dos dados obtidos na entrevista e na observação dos pais durante a consulta, procurámos caracterizá-los na relação estabelecida com a criança.

QUADRO 31: Pai na relação com a criança

PAI NA RELAÇÃO COM A CRIANÇA	n	%
Adequado	1	3.6
Passivo/desvalorizado	8	28.6
Ausente	10	35.7
Superprotector	2	7.1
Agressivo	7	25.0
TOTAL	28	100.0

Nesta categoria, podemos observar que há um predomínio de "pais ausentes" (35.7%), "passivos/desvalorizados" (28.6%) e agressivos (25.0%). Estes resultados vão de encontro com os dados obtidos anteriormente destas crianças serem filhas de famílias cujos pais estão separados, com ausência frequente do pai nas suas vidas e muitas delas com recurso frequente a condutas violentas.

Não nos podemos esquecer que a maioria dos pais não compareceram à consulta, logo, a ideia que ficámos da relação deste com a criança foi-nos dada através do discurso da mãe. Se pensarmos que a imagem que as crianças têm do pai é também transmitida através da mãe, vemos então que as mães possuem uma imagem negativa e desvalorizada deste, imagem esta que é também transmitida aos filhos.

Podemos por a hipótese de que estas mães não conseguem "incluir" o pai como terceiro elemento na relação, transmitindo uma imagem negativa deste. Assim, estas crianças não têm um modelo masculino positivo de identificação, nem na vida real, nem através do psiquismo da mãe. Favorecem assim um relacionamento dual.

QUADRO 32: Mãe na relação com a criança

MÃE NA RELAÇÃO COM A CRIANÇA	N	%
Adequada	6	21.4
Passiva/submissa	6	21.4
Ausente	4	14.3
Superprotectora	12	42.9
Agressiva	0	0
TOTAL	28	100.0

Nesta categoria, podemos observar que a maioria das mães foram consideradas “superprotectoras” (42.9%) e “passivas/submissas” (21.4%). O número de mães consideradas “adequadas” foi superior ao observado na mesma categoria no que diz respeito aos pais. Podemos pensar que as mães superprotectoras estabelecem com os filhos relações do tipo simbiótico, não fomentando a autonomia e a independência, podendo haver tendência a excluírem o pai da relação. Por outro lado, mães excessivamente passivas, podem ter dificuldade em impor regras e limites.

Procurámos ver se havia associações nas várias categorias estudadas, sendo que os únicos resultados cuja associação foi considerada significativa foram a “Mãe na relação com a criança” e o “Grau de agressividade” e a “Mãe na relação com a criança e o “Pai na relação com a criança” (ver quadro 1 e 2 do anexo 3)

Verificamos então que das crianças com grau de agressividade alto, 71.4% têm mães “superprotectoras”. 40% das crianças com grau de agressividade média têm mães “ausentes” (de notar que todas as crianças com mães “ausentes” têm grau de agressividade médio).

Parece então que as crianças mais agressivas têm predominantemente mães “superprotectoras”, o que vai de encontro à hipótese posta anteriormente de que a agressividade teria uma função de tentativa de autonomização numa relação simbiótica sufocante, e de “chamamento” a um terceiro, neste caso ao pai, para que auxilie na separação, sirva como modelo de identificação e contentor das ansiedades.

Podemos também observar uma associação entre a “Mãe na relação com a criança” e “Pai na relação com a criança”, sendo que, os grupos que incluem mais crianças são aqueles em que os pais que na relação com as crianças foram considerados “Passivos/Desvalorizados” e “Ausentes”. Verificamos então que para 25% das crianças cujo pai na relação com elas foi

considerado "Passivo/Desvalorizado", na relação com as mães estas foram igualmente consideradas "Passivas/Desvalorizadas" em 25% dos casos e "ausentes" em 50%.

Das crianças com pais "ausentes", 70% das mães foram consideradas "superprotectoras". Parece então que a ausência do pai favorece a ligação simbiótica entre a mãe e o filho, dificultando a conquista da autonomia. Este dado põe em relevo o papel do pai como elemento separador, que retira a criança do colo materno. Outra hipótese é a de que as mães superprotectoras excluam o pai da relação (independentemente destes estarem ou não presentes na realidade), "oferecendo-se" como "objecto único" aos filhos.

Resumo:

Através das características familiares observadas podemos concluir que a maioria das crianças da amostra provêm de famílias consideradas "disfuncionais" e "muito disfuncionais", desagregadas, sendo notória a ausência do pai desde uma idade muito precoce da criança (a média de idades aquando a separação é de 2.7 anos). Assim, muitas destas crianças vivem com a mãe e com a família alargada.

Através destes resultados, podemos levantar várias hipóteses, entre elas a de que estas crianças têm dificuldades em identificarem-se com modelos saudáveis, com possível presença de mecanismos de identificação com o agressor. Se tivermos em conta a ausência do pai, podemos também pensar na dificuldade que estas crianças podem ter em separar-se da mãe, pela ausência de um terceiro, logo, na dificuldade em aceder à triangulação edipiana, assim como na dificuldade de identificação ao pai. Por sua vez, as mães parecem ter uma imagem negativa e desvalorizada do pai dos seus filhos, sendo esta imagem veiculada às crianças. A figura paterna parece assim estar ausente tanto a nível físico como simbólico.

Esta situação, agravada pela co-habitação com vários elementos da família alargada pode também levar a dificuldades no reconhecimento dos papéis dos diferentes membros e hierarquias e ao estabelecimento de relações emocionais com vários adultos, sem que haja relações privilegiadas, havendo então uma diluição dos papéis.

Em relação à fratria, estas crianças são maioritariamente filhos únicos ou filhos mais velhos. Este resultado pode dever-se ao facto destes terem um papel “mediador” nos conflitos familiares, podendo inclusive envolver-se em confrontos físicos. No caso dos filhos únicos podemos ainda pôr a hipótese que são mais “sobrecarregados” com os problemas familiares. Por outro lado, no caso das famílias em que o pai está ausente, pode haver uma maior tendência (por parte do próprio ou induzida pelos outros familiares) dos filhos mais velhos e dos filhos únicos em “ocupar” o lugar deste, fomentando os mecanismos de onipotência, anulando a diferença de gerações e de poderes.

Em relação às características dos pais, podemos concluir que a maioria destas crianças possuem pais que na relação com os filhos foram considerados “ausentes”, “passivos/desvalorizados” e “agressivos” e mães que na relação foram consideradas “superprotectoras” e “passivas/submissas”.

Foram encontradas associações significativas, de onde pudemos observar que as crianças com maior grau de agressividade têm maioritariamente mães “superprotectoras” e as crianças com grau de agressividade média têm maioritariamente mães “ausentes”. Assim, parece que a superprotecção materna é um factor importante no agravamento das condutas agressivas, surgindo talvez como forma de tentar uma maior autonomização e independência desta.

Outro dado significativo encontrado relaciona o facto dos pais “ausentes” estarem associados a mães “superprotectoras” e os pais

“passivos/desvalorizados” estarem associados a mães “ausentes” ou “passivas/desvalorizadas”. Assim, podemos pensar nestas crianças como divididas em dois grupos quanto a esta categoria: ou têm pais ausentes e mães superprotectoras (quando o pai se ausente, fomenta a relação dual mãe/filho) ou têm ambos os pais como figuras “apagadas”, estabelecendo relações frágeis e pouco consistentes.

A associação entre mães “superprotectoras” e pais “ausentes” pode também dever-se ao facto destas mães fomentarem uma relação do tipo dual, excluindo o pai da relação (tanto de forma real como simbólica), procurando assim ser “objecto único” na vida dos filhos.

Sono e Controle Esfincteriano

Em relação ao sono e ao controle esfincteriano procurámos ver que dificuldades existiam nestas áreas vendo para isso os seguintes factores:

- Dificuldades no sono
- Autonomia a dormir
- Presença de enurese (e se esta é nocturna e/ou diurna)
- Presença de encoprese.

Quanto às dificuldades no dormir (insónia, pesadelos, terrores nocturnos, sonambulismo), obtivemos a seguinte distribuição:

QUADRO 33: Dificuldades no sono

DIFICULDADES NO SONO	N	%
Sim	8	28.6
Não	20	71.4
TOTAL	28	100.0

Verificamos que apenas 28.6% das crianças apresentam dificuldades no sono.

Observamos também a “autonomia a dormir”, ou seja, se dormem sós ou acompanhadas por adultos. Assim, dividimos as crianças em dois grupos: as que dormem sós ou no quarto com outras crianças (irmãos ou primos), ainda

que precisem da companhia de adultos para adormecer e as que dormem acompanhadas por adultos (na mesma cama ou no mesmo quarto).

QUADRO 34: Autonomia a dormir

AUTONOMIA A DORMIR	N	%
Dorme só ou com outras crianças	13	46.4
Dorme acompanhada por adultos	15	53.6
TOTAL	28	100.0

Constatamos que, apesar da maioria das crianças não ter dificuldades a dormir, mais de metade destas (53.6%) dorme acompanhada por adultos (habitualmente os pais).

Estes valores podem dever-se a vários factores, alguns deles já observados, como o facto de muitas das crianças viverem com família alargada, o que pode resultar em falta de espaço para todos; na grande percentagem de pais separados, o que pode levar a uma tendência de as mães manterem as crianças na sua cama, e ao número elevado de famílias disfuncionais, onde o espaço e os papéis de cada um não são tidos em consideração. Esta poderá inclusive ser uma solução encontrada pelos pais para evitarem o contacto um com o outro, para compensar os filhos pelas dificuldades do dia-a-dia, ou, no caso das crianças que “substituem” o pai na cama da mãe, uma forma destas repararem uma ferida narcísica de abandono. Em todas estas situações a criança parece surgir como tendo uma função reparadora e “anti-depressiva”, sendo-lhe “imposta” a entrada no mundo da intimidade dos adultos.

Esta falta de fronteiras entre o mundo dos adultos e o mundo das crianças pode originar confusão na percepção da diferença de gerações, falta de limites e censura, fantasias de onnipotência e recurso a mecanismos regressivos, sendo a criança impedida de viver o confronto com o seu rival edipiano. (T. Ferreira, 2002, p. 37)

Quanto ao controle esfinteriano, encontramos o seguinte:

QUADRO 35: Enurese

ENURESE	N	%
Só diurna	0	0
Só nocturna	12	42.9
Diurna e nocturna	0	0
Não se verifica	16	57.1
TOTAL	28	100.0

Podemos observar que não há nenhuma situação de enurese diurna, mas 42.9% das crianças da amostra têm enurese nocturna, o que podemos considerar um valor elevado. Podemos então pressupor que estas crianças possuem um atraso psicomotor, ou um sintoma regressivo reactivo à situação conflitual externa.

De acordo com João dos Santos (cit. por Branco, M.E.C. (2000)), na enurese nocturna existe o “recalcamento duma emoção relacionada com o erotismo genital infantil, estando, no caso da enurese nocturna, essa inibição relacionada com o que os psicanalistas chamam “cena primitiva” (p. 179) ou

seja, há um recalçamento do erotismo, relacionado com a vida íntima dos pais.

Isto parece estar de acordo com a hipótese posta anteriormente da confusão de espaços da criança e do adulto, que leva estas crianças a fazerem parte da vida íntima e privada dos pais, tanto por permanecerem no quarto com estes, como por substituírem o pai na sua ausência. Parece então que estas crianças com a sua presença frequente em situações sensuais e ansiogêneas, não conseguem mentalizar o que sentem, nem elaborar a sua intimidade, o que poderá dificultar o acesso a uma vida interna através do pensamento e da fantasia.

QUADRO 36: Encoprese

ENCOPRESE	N	%
Sim	4	14.3
Não	24	85.7
TOTAL	28	100.0

Verificamos que 14.3% das crianças da amostra têm encoprese. Apesar de ser um número relativamente baixo, podemos pensar em crianças que “agem” a sua agressividade através do sintoma. Isto pode expressar um conflito da criança com o meio e, se considerarmos a encoprese como tendo uma forte componente agressiva, esta seria uma forma de “canalizar” a agressividade que não encontra outra forma de expressão.

Relacionando estas variáveis com o grau de agressividade, não obtivemos resultados significativos, pelo que não podemos concluir que estas variáveis estejam associadas.

Resumo:

Em relação a estes factores, podemos salientar que um grande número destas crianças dorme acompanhada por adultos, factor este que pode estar relacionado com a ausência do pai e/ou com a presença de elementos pertencentes à família alargada, o que pode originar falta de espaço físico. Há também um grande número de crianças com enurese nocturna e 4 crianças com encoprese.

Estes resultados podem levantar a hipótese que estas crianças podem ter uma função reparadora na vida dos pais, com falta de limites quanto ao mundo de intimidade dos adultos, o que pode levar à negação das diferenças de gerações, recurso a mecanismos de onnipotência, dificuldades em elaborar a sua própria intimidade, espaço e ausência de confronto com o rival edipiano. A agressividade teria então uma função anti-objectal, de tentativa de escapar a uma ligação sentida como perigosa porque demasiado sexualizada, logo, culpabilizante. Poderia ser também uma forma de "chamamento" ao pai, mostrando que precisa de um terceiro forte e activo que facilite a separação, que o proteja dos perigos e que sirva de modelo de identificação.

Factores Escolares

A nível escolar debruçámo-nos sobre os seguintes factores:

- Nível de escolaridade em que se encontram estas crianças
- Grau de aproveitamento escolar
- Idade de entrada para a creche/ jardim-de-infância / pré-escolar
- Adaptação à creche/ jardim-de-infância / pré-escolar
- Relações sociais estabelecidas com os colegas.

QUADRO 37: Nível de escolaridade

NÍVEL ESCOLARIDADE	N	%
Pré-escolar	1	3.6
1º	10	35.7
2º	11	39.3
3º	2	7.1
4º	3	10.7
5º	1	3.6
TOTAL	28	100.0

Podemos observar que a maioria das crianças encontram-se no 1º e 2º ano do 1º Ciclo do Ensino Básico, o que está de acordo com as idades observadas. Apenas 3.6% das crianças ainda frequentam o pré-escolar, o mesmo acontecendo com o 5º ano de escolaridade, ou seja, a maioria das crianças da amostra frequenta o 1º Ciclo do Ensino Básico.

Em relação ao “grau de aproveitamento escolar”, este foi obtido através do item 92 do questionário preenchido pelos professores “Teachers Report Form” (TRF) de Achenbach (1991). Observamos que a distribuição é homogénea nos três grupos, o que significa que não há um padrão de aproveitamento escolar nestas crianças (ver quadro 3 anexo 3)

Verificámos também se existia uma associação entre as variáveis “Grau de agressividade” e “Aproveitamento escolar” tendo-se concluído que esta não é significativa.

Quanto à idade de entrada para a creche / jardim-de-infância /pré-escolar os resultados obtidos foram os seguintes:

QUADRO 38: Idade de entrada para a creche / jardim-de-infância / pré-escolar

IDADE DE ENTRADA	N	%
Menos 1 ano	1	3.6
1 ano	0	0
2 anos	3	10.7
3 anos	4	14.3
4 anos	5	17.9
5 anos	6	21.4
Não temos informação	9	32.1
TOTAL	28	100.0

Verificamos que a maioria das crianças entrou para a escola aos 5 anos (21.4%) e aos 4 anos (17.9%), ou seja, entraram directamente para o pré-escolar. Este dado pode ser significativo de dificuldades de socialização com os pares, por terem tido pouco contacto com crianças da mesma idade antes do pré-escolar, dificuldade em autonomizar-se da mãe, funcionando esta quase como único objecto até os 4/5 anos e, tendo em conta a grande percentagem de famílias disfuncionais, a convivência única com esses elementos durante a 1ª infância.

Este factor pode ser demonstrativo da dificuldade que estas famílias (em especial a mãe) têm em separar-se da criança, fomentar a sua autonomia e incluir terceiros na relação. A escola poderia funcionar para estas crianças como um elemento “separador” da díade mãe/filho, impondo novas regras e limites, fazendo uma “ponte” entre a família e a sociedade, ou seja, representando um papel paterno. Vemos assim como o exercício deste papel é dificultado.

No que diz respeito à adaptação, tanto à creche / jardim-de-infância / pré-escolar como ao 1º ano do 1º Ciclo do Ensino Básico, os resultados obtidos foram homogéneos nos três grupos (boa; média e má), parecendo então não haver um comportamento de adaptação à escola específico neste grupo de crianças (ver quadros 4 e 5 do Anexo 3).

O mesmo aconteceu na categoria “socialização”, havendo uma distribuição homogénea nos três grupos (boa; média e má), mostrando que estas crianças não possuem nenhum padrão de socialização específico (ver quadro 6 anexo 3)

Resumo:

Em relação aos factores escolares, verifica-se que estas crianças situam-se na sua maioria no nível adequado à sua idade, não se salientando nenhum factor específico relacionado com o aproveitamento escolar, adaptação escolar e socialização.

Assim, o único dado que parece salientar-se a este nível é a entrada “tardia” destas crianças na escola, tendo a maioria entrado directamente para o ensino pré-escolar, o que nos faz pensar numa relação única e simbiótica com a figura materna, exposição prolongada às situações directamente relacionadas com a disfunção familiar característica nestas crianças, e atraso na aquisição de competências sociais com os pares.

Este resultado pode também apontar para a dificuldade que as mães parecem ter em aceitar a autonomização do filho e incluir “terceiros” na relação, fomentando assim a relação dual. Isto vai de encontro à percentagem elevada de mães consideradas superprotectoras na relação estabelecida com os filhos (ver quadro 32) e à hipótese levantada destas mães não facilitarem a “entrada” de terceiros na relação (o pai, a professora, etc.)

Observação Clínica

Em relação à observação clínica, procurámos descrever alguns factores que nos pareceram pertinentes para compreender o tipo de relações estabelecidas pelos pais e pelas crianças com os outros (neste caso, com a psicóloga, que surge como uma figura estranha e representante de alguma autoridade). Assim, os parâmetros foram os seguintes:

- Relação estabelecida entre o adulto que acompanhou a criança à consulta e a psicóloga
- Relação estabelecida entre a criança e a psicóloga
- Comportamentos agressivos/provocatórios da criança tanto na presença dos pais como quando se encontravam a sós com a psicóloga.

Como foi explicado anteriormente, a primeira entrevista foi realizada com o adulto que acompanhou a criança e sempre na presença desta. As sessões de avaliação psicológica, por sua vez, foram realizadas apenas com a criança presente, tendo sido feito no final uma sessão de devolução da avaliação psicológica novamente com o adulto e a criança presentes (na maioria das vezes este adulto foi o mesmo que trouxe a criança à primeira entrevista, excepto num caso em que na primeira entrevista só compareceu a mãe e a criança e na devolução da avaliação psicológica estiveram presentes a mãe e o pai).

Tendo em conta que apenas uma criança foi acompanhada por um adulto considerado "outros" (neste caso, a madrasta), esta não foi considerada na estatística, o mesmo acontecendo com as avós, devido igualmente ao reduzido número destas que acompanharam as crianças (três).

Assim, foram realizados dois períodos de observação da criança com o adulto que a acompanhou e dois ou três períodos da criança sozinha. Todas as sessões tiveram a duração aproximada de uma hora.

Na relação do adulto que acompanhou a criança e a psicóloga, tendo em conta que apenas dois pais acompanharam a crianças à consulta, os valores obtidos na observação da relação que este estabeleceu com a psicóloga não nos pareceu significativo. Assim sendo, iremos debruçar-nos unicamente na relação estabelecida entre a mãe e a psicóloga.

QUADRO 39: Mãe na relação com a psicóloga

MÃE NA RELAÇÃO COM PSICÓLOGA	n	%
Adequada	9	32.1
Ansiosa	3	10.7
Dependente / Submissa	6	21.4
Deprimida / Culpabilizada	4	14.3
Distante / Rejeitante	1	3.6
Intrusiva / Manipulativa	0	0
Não foi observado	5	17.9
TOTAL	28	100.0

Das 23 mães observadas, a maioria estabeleceu uma relação “adequada” com a psicóloga (32.1%), seguindo-se de 21.4% consideradas “dependentes / submissas” e “deprimidas / culpabilizadas” com 14.3%.

Podemos por a hipótese destas mães “dependentes /submissas” e “deprimidas / culpabilizadas” terem dificuldade em impor regras, sendo pouco consistentes na sua actuação e dificuldade em defender a criança perante elementos agressivos e violentos da família. Talvez possamos por a hipótese das mães de ambos estes grupos possuírem traços depressivos mais ou menos acentuados.

Através da observação da relação que a criança estabeleceu com a psicóloga, foram elaboradas categorias, tendo-se obtido os seguintes resultados:

QUADRO 40: Criança na relação com a psicóloga

CRIANÇA NA RELAÇÃO COM PSICÓLOGA	n	%
Adequada	7	25.0
Inibida / Ansiosa	11	39.3
Sedução / Submissão	3	10.7
Excessivamente fácil	2	7.1
Agressiva / provocatória	5	17.9
TOTAL	28	100.0

Das 28 crianças observadas, a maioria estabeleceu uma relação com a psicóloga considerada “inibida / ansiosa” (39.3%). Parecem então ter uma atitude de “desconfiança” quando conhecem o outro, levando-as a tomar uma atitude de reserva. Podemos então pensar que os comportamentos apresentados por estas crianças têm como função defenderem-se de um mundo que não lhes inspira confiança, o que nos leva a pensar em ansiedades do tipo persecutório nestas crianças.

25.0% das crianças estabeleceram uma relação com a psicóloga considerada adequada e 17.9% apresentaram comportamentos agressivos/provocatórios com esta.

Tanto na presença dos pais e da psicóloga, como a sós com esta, algumas crianças apresentaram comportamentos agressivos e/ou provocatórios, tendo-se obtido a seguinte distribuição:

QUADRO 41: Comportamentos agressivos/provocatórios na presença dos pais

COMPORTAMENTOS AGRESSIVOS/PROVOCATÓRIOS NA PRESENÇA DOS PAIS	N	%
Presentes	8	28.6
Ausentes	20	71.4
TOTAL	28	100.0

Nos dois momentos em que a família esteve reunida com a psicóloga, 28.6% das crianças demonstraram comportamentos agressivos/provocatórios. Estas crianças talvez apresentem uma maior necessidade de “desafiar” e provocar tanto os pais como os adultos em geral, o que pode acontecer por estarem numa situação estranha e que provoque alguma ansiedade.

QUADRO 42: Comportamentos agressivos/provocatórios com a psicóloga

COMPORTAMENTOS AGRESSIVOS/PROVOCATÓRIOS COM A PSICÓLOGA	N	%
Presentes	5	17.9
Ausentes	23	82.1
TOTAL	28	100.0

Apesar do valor ser ligeiramente inferior, 17.9% das crianças nas sessões de avaliação psicológica apresentaram comportamentos agressivos /provocatórios com a psicóloga, o que pode significar uma necessidade de desafiar a autoridade dos adultos, mesmo sendo este relativamente “estranho”, ou uma necessidade de defenderem-se e afastar o “outro”, por talvez o verem como possível agressor.

Resumo:

Os dados obtidos através da observação clínica às mães das crianças da amostra leva-nos a pôr a hipótese destas terem dificuldade em impor-se perante os outros (tanto perante os filhos como perante outros adultos). Isto pode levar a uma dificuldade em estabelecer regras e limites, favorecendo as “fantasias de onnipotência” dos filhos.

Se tivermos em conta que a maioria destas crianças vive com elementos da família alargada e provém de famílias disfuncionais, estas mães podem ter dificuldade em exercer o seu papel, submetendo-se aos outros elementos.

Este factor pode dar à criança a ideia de uma mãe frágil, submissa e pouco protectora. Estes factos podem agravar-se perante agressões físicas ou emocionais à criança por parte de outros, por se sentirem incapazes de proteger e defender o filho.

Em relação à relação estabelecida pelas crianças, estas parecem possuir de modo geral uma atitude de “reserva” em relação ao outro, mostrando inibição e ansiedade no contacto. Tanto nas crianças inibidas como nas que revelam comportamentos provocatórios, este comportamento pode significar que vêem os outros como possíveis agressores, tendo de proteger-se e defender-se dos possíveis ataques. Estes factores levam-nos a pensar em ansiedades do tipo persecutório nestas crianças. No caso das crianças com comportamentos inibidos este também pode ser uma forma de proteger o objecto da sua agressividade, estando assim a reagir contra ansiedades do tipo depressivo.

Provas de Avaliação Psicológica

Avaliação Cognitiva e Grafo-perceptiva

Na avaliação das capacidades cognitivas e grafo-perceptivas destas crianças utilizámos os seguintes instrumentos e metodologias:

- Matrizes Progressivas Coloridas de Raven (PM47)
- Prova grafo-perceptiva de Bender-Santucci
- Desenho da figura humana cotado através das normas de Goodenough
- Desenho do auto-retrato (já com um intuito mais projectivo) cotado também através das normas de Goodenough comparando-o com o desenho da figura humana.
- Para ambas as figuras vimos também a área ocupada na folha, para termos uma noção do tamanho da figura.

Nas Matrizes Progressivas Coloridas de Raven (PM47) obtiveram-se os seguintes valores:

QUADRO 43: Matrizes Progressivas Coloridas de Raven (PM47)

PM47	N	%	% acumulada
Muito superior à média	1	3.6	3.6
Superior à média	11	39.3	42.9
Média	9	32.1	75.0
Inferior à média	6	21.4	96.4
Deficiente	1	3.6	100.0
TOTAL	28	100.0	

Verifica-se que a maioria das crianças situam-se acima da média esperada para a sua faixa etária. Através das percentagens acumuladas verificamos que 75.0% das crianças encontram-se na média ou acima desta, logo, apenas 25.0% das crianças está abaixo da média, o que significa que a maioria destas crianças demonstram eficiência intelectual e boa capacidade de raciocínio.

Na prova grafo-perceptiva de Bender-Santucci obtiveram-se os seguintes valores:

QUADRO 44: Prova Grafo-perceptiva de Bender-Santucci

BENDER-SANTUCCI	N	%
Inferior à média	10	35.7
Média	12	42.9
Superior à média	6	21.4
TOTAL	28	100.0

A maioria das crianças situa-se na média esperada para a sua faixa etária (42.9%), mas, no entanto, 35.7% encontram-se abaixo da média. Apesar da maioria das crianças apresentarem valores na média e acima desta (64.3%), 35.7% apresentam dificuldades ao nível da organização grafo-perceptiva.

De forma a avaliarmos o nível de desenvolvimento mental foi utilizado o Teste da Figura Humana de Goodenough, tendo-se obtido os seguintes resultados:

QUADRO 45: Figura humana (Goodenough)

FIGURA HUMANA	N	%
Sobredotado	3	10.7
Normal	9	32.1
Inteligência lenta	6	21.4
Debilidade mental	10	35.7
Debilidade mental profunda		
TOTAL	28	100.0

A maioria das crianças situa-se ao nível da “debilidade mental” (35.7%), representando, naturalmente, um resultado muito baixo, o que, de acordo com os resultados obtidos nos testes anteriores, não parece corresponder ao nível real destas crianças. Podemos pôr a hipótese destes resultados terem sido influenciados negativamente pelo baixo investimento na tarefa, visível na forma como estas crianças executaram o desenho (de forma rápida e impulsiva), o que originou desenhos pobres, com poucos elementos e pouca atenção aos detalhes.

Este comportamento perante a tarefa pode ser revelador de um contacto “fóbico”, pouco investido, indo de encontro à atitude “inibida/ansiosa” exibida por estas crianças, mostrando essa “desconfiança” nas tarefas propostas. Por outro lado, a falta de detalhes pode simbolizar sentimentos de vazio e tendência ao retraimento, defendendo-se assim de um mundo tido como incerto, imprevisível e perigoso (Campos, D. 1969).

Estas figuras pequenas, pouco investidas, pode levar-nos a pensar na utilização de mecanismos de controlo obsessivo, de isolamento e inibição, que têm como função manter uma distância em relação ao mundo externo e defender-se das ansiedades persecutórias e depressivas (protegendo-se de possíveis ataques e protegendo os outros da sua própria agressividade).

Em seguida, procurámos comparar o desenho da figura humana com o desenho do auto-retrato (cotado igualmente segundo as normas de Goodenough) de forma a verificar se o investimento na tarefa varia consoante a tarefa é "neutra" como é o caso da figura humana ou mais projectiva, como é o caso do auto-retrato.

QUADRO 46: Auto-retrato (Goodenough)

AUTO-RETRATO	N	%
Sobredotado	2	7.1
Normal	7	25.0
Inteligência lenta	9	32.1
Debilidade mental	9	32.1
Debilidade mental profunda	1	3.6
TOTAL	28	100.0

Os resultados são ligeiramente inferiores aos encontrados no desenho da figura humana. Se somarmos os resultados que se encontram abaixo da média, verificamos que na figura humana este valor é de 57.1% e no auto-retrato é de 67.8%.

Podemos pensar num menor investimento no desenho de si próprio, o que pode ser revelador de uma baixa auto-estima e um auto-conceito pobre. Outra hipótese é a de que como esta tarefa é mais projectiva provocou mais ansiedade, logo, um menor investimento nesta.

Um outro factor que nos pareceu importante foi o tamanho da figura em relação ao espaço disponível, visto poder ser um indicador da relação entre o sujeito e o seu ambiente, entre o sujeito e as figuras parentais, ou ainda da forma como este reage à pressão ambiental (Campos, D. 1969). É ainda um indicador da auto-estima e auto-expansão. Para medirmos o tamanho da figura optámos por ver a área ocupada na folha, tendo-se obtido os seguintes valores:

QUADRO 47: Figura humana e auto-retrato – área ocupada

ÁREA OCUPADA	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio-padrão
Auto-retrato	28	0.3	272.0	37.105	59.876
Figura Humana	28	0.5	520.0	47.859	101.143

Verificamos que, em relação à média, o desenho da figura humana é maior do que o do auto-retrato. No entanto, notamos que o desvio-padrão na “figura humana” é muito superior ao do “auto-retrato”. Esta diferença pode ser devido à presença de um desenho da “figura humana” significativamente maior que os restantes (520.0 cm²), o que pode ter influenciado os resultados. Se considerarmos este valor como um “outlier”, podemos retirá-lo e ver se realmente influencia ou não os resultados.

QUADRO 48: Figura humana e auto-retrato – área ocupada (sem o “outlier”)

ÁREA OCUPADA	n	Mínimo	Máximo	Média	Desvio-padrão
Auto-retrato	28	0.3	272.0	37.105	59.876
Figura Humana	27	0.5	170.0	30.372	41.6199

Verificamos então que o valor “outlier” influenciava os resultados, pois a média do desenho da “figura humana” baixou, ficando inferior à média do “auto-retrato”.

Através do coeficiente de correlação de Pearson, verificamos que $r=0.725$, ou seja, há uma correlação forte, o que significa que a diferença entre os grupos é significativa.

Podemos então concluir que a média da área ocupada pelo “auto-retrato” é significativamente superior à média da área ocupada pela “figura humana”, logo as crianças desenharam-se a si próprias com figuras maiores do que quando desenharam uma figura neutra (apesar de menos investida, daí os resultados inferiores no auto-retrato). Podemos por a hipótese disto significar fantasias de onipotência, uma tentativa de negar a diferença de gerações, ou uma tendência supercompensatória dos sentimentos de inferioridade.

Resumo:

Através da análise destas provas, verificamos que na sua maioria, estas crianças não apresentam dificuldades a nível intelectual e a nível grafo-perceptivo havendo, no entanto, mais crianças com dificuldades a este nível, o que pode ser revelador de imaturidade a este nível. Notamos que em provas com características mais projectivas, investem pouco na tarefa, obtendo resultados abaixo das suas capacidades.

A comparação entre o desenho da Figura Humana e o auto-retrato leva-nos a por a hipótese destas crianças possuírem uma baixa auto-estima, com pouco investimento em si próprias, compensado por mecanismos maníacos de onnipotência.

Provas Projectivas

Os instrumentos projectivos utilizados foram o “Teste do Desenho da Família”, o Desenho Livre, o “Teste das relações familiares” e a prova projectiva para crianças “As Aventuras do Pata Negra”. Descreveremos em seguida os resultados obtidos através de cada um destes instrumentos.

Teste do Desenho da Família

No “Teste do Desenho da Família” os resultados focam os seguintes critérios:

- Qual a figura do desenho que a criança identificou como sendo a “mais simpática” e a “menos simpática”
- Presença/ausência de uma figura no desenho com quem a criança se identificasse de forma a vermos qual a sua localização no desenho e a sua idade em relação à idade real da criança
- Presença/ausência das figuras paterna e materna na figura, assim como dos irmãos e de elementos da família alargada.
- Noção de diferença de gerações e de sexos no desenho
- Quais as preferências da figura paterna, materna e do próprio.

Através da observação dos desenhos e das respostas dadas pela criança ao questionário sobre o mesmo, podemos observar o seguinte quanto à figura apontada como a mais simpática:

QUADRO 49: Figura mais simpática

FIGURA MAIS SIMPÁTICA	N	%
Figura paterna	1	3.6
Figura materna	1	3.6
Figura infantil	13	46.4
Ninguém	1	3.6
Todos	6	21.4
Não respondeu	6	21.4
TOTAL	28	100.0

Verificamos que a maioria das crianças indicou uma figura infantil. Se pensarmos que essa figura pode ser representativa do “próprio”, estamos perante um mecanismo semelhante ao observado na “área ocupada”, com valorização de si mesmo, demonstrando características de superioridade em relação aos outros.

Apenas 3.6% das crianças indicaram como figura mais simpática tanto a “figura paterna”, como a “figura materna” e “ninguém”. Podemos interpretar este baixo valor para com as figuras parentais como sinal de agressividade ou como uma imagem negativa e desvalorizada destas.

21.4% das crianças responderam que “todos” eram simpáticos, o que pode significar o uso de mecanismos de idealização, de forma a realizar o desejo de uma família unida, sem conflitos, apenas com sentimentos e características positivas, negando assim as dificuldades.

Às crianças que desenharam a família real, ou só desenharam uma figura, não foi feito o questionário. Este número corresponde a 21.4% das crianças.

Quando questionadas sobre quem seria a figura “menos simpática” do desenho, as respostas obtidas foram as seguintes:

QUADRO 50: Figura menos simpática

FIGURA MENOS SIMPÁTICA	N	%
Figura paterna	5	17.9
Figura materna	3	10.7
Figura infantil	8	28.6
Ninguém	6	21.4
Todos	0	0
Não respondeu	6	21.4
TOTAL	28	100.0

Curiosamente, observamos que quando questionadas sobre quem é a figura menos simpática, a maioria das crianças apontou igualmente uma “figura infantil”, o que nos leva a pensar que estas crianças oscilam entre uma imagem se si próprias grandiosa e desvalorizada. Outra hipótese é que isto seja sinal de rivalidade fraterna, dependendo se esta figura é representativa do próprio ou de um irmão.

Ao contrário do que observamos na “figura mais simpática” houve um maior número de respostas para as figuras parentais: 17.9% das crianças apontou o pai como a figura menos simpática; e 10.7% apontou a mãe. Estes valores indicam uma hostilidade manifesta para com os pais, vendo-os como figuras com características negativas. 21.4% das crianças responderam que “ninguém” é pouco simpático, o que parece indicar mais uma vez o uso da negação, de forma a idealizar a família.

Através da observação das figuras no desenho, procurámos observar a presença/ausência das várias figuras da família e sua localização na folha. Para percebermos qual a “situação” do próprio, procuramos ver qual a figura que parecia representá-lo, tanto através da idade atribuída, como do sexo, da situação na fratria e da resposta à questão “quem gostarias de ser?”. Em 21.4% dos casos não foi possível identificar qual a figura representativa do “próprio”, sendo por vezes difícil distingui-lo das restantes figuras. Os resultados obtidos em relação à figura do próprio foram os seguintes:

QUADRO 51: Figura infantil (o próprio)

FIGURA INFANTIL (O PRÓPRIO)	N	%
Ausente / Excluído	7	25.0
Entre o pai e a mãe	3	10.7
Junto à mãe	5	17.9
Junto ao pai	5	17.9
Próximo de outras figuras infantis e afastado dos adultos	2	7.1
Sem resposta	6	21.4
TOTAL	28	100.0

Notamos que a maioria das crianças excluiu-se do desenho (25.0%), o que nos leva a pensar num sentimento de exclusão e não-pertença ao núcleo familiar, ou talvez dúvidas quanto a qual o seu lugar na família e qual o seu papel. Esta exclusão faz-nos pensar numa desvalorização do próprio muito grande, que talvez ocorra devido a uma angústia de culpabilidade.

Assim, parece que estas crianças excluem-se e desvalorizam-se em relação à família, o que leva a que, para defenderem-se deste sentimento, recorram a mecanismos de onnipotência. Este desenho mostra-nos assim a visão que têm de si próprias e os mecanismos que usam perante essa imagem.

O mesmo número de crianças desenhou-se mais próximo da mãe e mais próximo do pai (17.9% respectivamente). Em ambas as situações, parece então estar expresso o desejo tanto de aproximação do progenitor do sexo oposto (a mãe), como o desejo de uma maior aproximação com o progenitor do mesmo sexo (o pai), podendo ser indicador de conflitos de ambivalência, com oscilação entre o desejo de regressão e maturação.

Em relação à idade atribuída à figura representativa do próprio, podemos observar o seguinte:

QUADRO 52: Figura infantil (o próprio) – idade

FIGURA INFANTIL (O PRÓPRIO) - IDADE	N	%
Mais novo que a realidade	10	35.7
Igual à realidade	6	21.4
Mais velho que a realidade	4	14.3
Sem resposta	8	28.6
TOTAL	28	100.0

Tal como no critério anterior, procurámos ver qual a figura representativa do próprio, e qual a idade que lhe era atribuída. Em 28.6% dos casos não foi possível chegarmos a uma conclusão.

A maioria das crianças atribui à figura representativa do próprio uma idade inferior à real, o que pode ser significativo de desejos regressivos, numa tentativa de permanecerem “pequenos”, cuidados e protegidos ou talvez de reaver a família que tinham numa idade inferior.

Quanto à presença/ausência da figura paterna no desenho, observamos o seguinte:

QUADRO 53: Figura paterna

FIGURA PATERNA	N	%
Ausente	7	25.0
Presente	21	75.0
TOTAL	28	100.0

Verificamos que em 25% dos casos está ausente, o que vai de encontro ao esperado, tendo em conta a ausência real desta figura em muitas famílias. Este valor parece então significar que a figura paterna está ausente, não só no plano físico, mas também ao nível das representações familiares de algumas destas crianças.

Em relação à presença/ausência da figura materna no desenho, os resultados obtidos foram os seguintes:

QUADRO 54: Figura materna

FIGURA MATERNA	N	%
Ausente	9	32.1
Presente	19	67.9
TOTAL	28	100.0

Estes resultados indicam que a figura materna está ausente dos desenhos em 32.1% dos casos, ou seja, está mais vezes ausente que a figura paterna. Este valor é curioso, tendo em conta que esta encontra-se “fisicamente presente” na maioria das famílias destas crianças. Isto permite-nos levantar várias hipóteses: uma delas é que, apesar de estarem fisicamente mais presentes que os pais, emocionalmente estejam mais ausentes, não sendo percebidas pela criança como figuras de apoio. Há assim uma ausência de referências parentais como figuras significativas. Outra hipótese é que esta exclusão da figura materna seja devida a sentimentos de culpa sentidos pela criança pela relação dual com a mãe, funcionando como tentativa de negar a relação simbiótica dando uma imagem de independência e autonomia, ou expressar esse desejo.

Pensámos ser importante averiguar se há alguma relação entre a ausência do pai e da mãe no desenho, tendo-se obtido os seguintes valores:

QUADRO 55: Relação entre presença/ausência da figura paterna e materna

		FIGURA MATERNA	
		Ausente	Presente
FIGURA PATERNA	Ausente	6 21.4%	1 3.6%
	Presente	3 10.7%	18 64.3%

Apesar dos valores obtidos na associação não serem significativos, a distribuição obtida pareceu-nos interessante no sentido de mostrar como ambas as figuras estão representadas nos desenhos no que diz respeito à sua ausência/presença.

Verificamos que em 64.3% dos desenhos, ambos os progenitores estão presentes e em 21.4% dos casos, ambos estão ausentes, logo, não há perspectiva triádica, nuclear de família. Isto mostra-nos um valor relativamente elevado de casos em que não estão representados nenhum dos progenitores, indo de encontro à hipótese colocada anteriormente de haver uma ausência de referências parentais como figuras privilegiadas.

Quanto às ausências de apenas um dos progenitores, verificamos que em 10.7% dos casos a mãe está ausente e o pai presente e apenas em 3.6% dos casos acontece o oposto (pai ausente e mãe presente).

É curioso verificar que a situação real mais comum, a mãe presente e o pai ausente só está representada em 3.6% dos casos, o que nos leva a pensar que esta situação é difícil para a criança representar, logo, ou elimina ambos, ou coloca-os aos dois no desenho. Seria então mais fácil para as crianças eliminar a mãe, mas continuar a colocar o pai (hipótese que implica menos culpabilidade edipiana), do que o inverso, o que talvez seja significativo da sua necessidade de ter a figura paterna mais presente, de forma a facilitar a independência da mãe e a servir como figura protectora e de identificação. Outra hipótese é a de que a ausência da mãe do desenho simbolize o desejo da criança em autonomizar-se, sair da relação simbiótica dual em que está inserida.

Quanto à presença/ausência dos irmãos no desenho, verificamos o seguinte:

QUADRO 56: Irmãos

IRMÃOS	N	%
Ausentes	14	50.0
Presentes	14	50.0
TOTAL	28	100.0

Os irmãos estão representados em 50.0% dos casos. Através dos dados familiares obtidos, verificamos que apenas 35.7% das crianças não têm irmãos, o que nos leva a concluir que 14.3% das crianças não representaram os irmãos no desenho, apesar de tê-los. Este dado pode ser significativo de rivalidade fraterna, tentando assim excluí-los da família.

Para além da família nuclear, por vezes outras figuras estão representadas, como podemos ver no quadro seguinte:

QUADRO 57: Outros familiares

OUTROS FAMILIARES	N	%	% acumulada
Inclui tios e primos	3	10.7	10.7
Inclui avós	3	10.7	21.4
Inclui figuras sem laços parentesco	1	3.6	25.0
Não inclui outros familiares	21	75.0	100.0
TOTAL	28	100.0	

Podemos então observar que em 25% dos desenhos estão representados outros familiares, sendo estes maioritariamente tios, primos e avós, com 10.7% respectivamente. Isto pode estar relacionado com o facto de muitas destas crianças viverem com família alargada, sendo que estes podem assumir, por vezes, papéis de figuras privilegiadas, ou até ocupar o lugar das figuras parentais.

No entanto, tendo em conta que 64.3% das crianças vivem com elementos da família alargada, este valor nem é muito elevado, o que pode significar que mesmo vivendo com a família alargada, estas figuras não aparecem como “relevantes” na sua estruturação familiar.

Quanto à noção de diferença de gerações, esta foi vista nos desenhos através de diferenças na representação dos adultos e das crianças, procurando indicadores de diferenciação entre a geração dos adultos e das crianças. Foi dado assim relevância ao tamanho das figuras, e sua aparência geral.

QUADRO 58: Noção de diferença de gerações

DIFERENÇA DE GERAÇÕES	N	%
Presente	8	28.6
Ausente	15	53.6
Sem elementos suficientes	5	17.9
TOTAL	28	100.0

Verificamos que na maioria dos casos (53.6%) não há qualquer indício de noção de diferença de gerações, ou seja, as gerações dos adultos confundem-se com as gerações das crianças. Tendo em conta que em 17.9% dos casos não há elementos suficientes para chegar a uma conclusão (por só estar representada uma geração), temos que em apenas 28.6% dos casos aparecem representadas as duas gerações.

Este é um dado importante, que nos leva a pensar que um grande número destas crianças não adquiriu esta noção básica, essencial ao desenvolvimento emocional. Isto vai de encontro à hipótese colocada anteriormente, que para além de haver uma confusão de papéis familiares, não há diferenças ao nível da hierarquia, assumindo a criança a noção que entre eles e as figuras adultas não há diferenças: há uma confusão de gerações.

Esta dificuldade em reconhecer as diferenças de gerações leva-nos a pensar mais uma vez no recurso a mecanismos maníacos de onnipotência, negando a sua “inferioridade” em relação aos adultos, levando-as talvez a ter a ilusão de que substituem o pai no seio da família.

Outra noção importante é a da diferença dos sexos, onde foram obtidos os seguintes resultados:

QUADRO 59: Noção de diferença dos sexos

DIFERENÇA DOS SEXOS	N	%
Presente	14	50.0
Ausente	14	50.0
TOTAL	28	100.0

Neste caso, 50.0% das crianças não reconhece, ou não representa, diferenças entre os sexos, parecendo mais uma vez não haver diferenciação entre os diferentes elementos. As diferenças básicas entre os elementos da família parecem então não estar ainda interiorizadas num grande número destas crianças, o que é sinal de imaturidade emocional. Talvez esta noção não tenha sido adquirida por falta de um modelo masculino de identificação, que leve a dar-lhes uma noção das diferenças entre os sexos.

Foi perguntado à criança para cada uma das figuras, com quem é que esta se dava melhor, apontando assim as preferências de cada elemento representado. Os resultados obtidos foram os seguintes:

QUADRO 60: Preferências da figura paterna

PREFERÊNCIAS DA FIGURA PATERNA	N	%
Mãe	6	21.4
Filho (o próprio)	4	14.3
Filho (outro)	2	7.1
Todos	5	17.9
Nenhum	0	0
Não respondeu	11	39.3
TOTAL	28	100.0

Quando questionados sobre “com quem é que o pai se dá melhor”, a maioria das crianças respondeu a “mãe” (21.4%), seguindo-se de “todos” (17.9%). A escolha da mãe como figura preferida do pai, parece revelar a noção de uma relação triangular, com sentimentos de exclusão do próprio. Assim, as respostas “todos” parecem negar essa exclusão, pondo todos no mesmo plano, negando qualquer diferença.

14.3% das crianças sentem-se a figura preferida do pai, podendo estar assim a expressar o desejo de uma relação próxima com este.

As crianças que não responderam, não o fizeram ou porque se recusaram a responder ou porque haviam desenhado a família real, logo, não lhes foi aplicado o questionário sobre a mesma.

QUADRO 61: Preferências da figura materna

PEFERÊNCIAS DA FIGURA MATERNA	N	%
Pai	7	25.0
Filho (o próprio)	4	14.3
Filho (outro)	2	7.1
Todos	4	14.3
Nenhum	0	0
Não respondeu	11	39.3
TOTAL	28	100.0

Quando questionados sobre “com quem é que a mãe se dá melhor”, a maioria das crianças respondeu o “pai” (25.0%), relevando mais uma vez a noção de relação triangular, com sentimentos de exclusão.

Mais uma vez verificamos que 14.3% das crianças responderam que a mãe dá-se melhor com “todos”, utilizando mais uma vez o mecanismo de negação, ignorando assim relações privilegiadas desta. O mesmo valor encontra-se para “o próprio”, salientando assim uma relação dual com a mãe, em que não há inclusão de um terceiro.

Como anteriormente houve um grande número de crianças que não respondeu, pelos motivos já apontados.

QUADRO 62: Preferências do “próprio”

PREFERÊNCIAS DO “PRÓPRIO”	N	%
Pai	7	25.0
Mãe	5	17.9
Irmão	1	3.6
Todos	2	7.1
Nenhum	2	7.1
Não respondeu	11	39.3
TOTAL	28	100.0

Quando questionados sobre com é que a figura que parece representar o “próprio” se dá melhor, 25.0% das crianças respondeu “o pai” seguindo-se de 17.9% que apontaram a mãe. Estes dados podem apontar para um desejo de estabelecer uma relação privilegiada com a figura paterna.

7.1% das crianças respondeu respectivamente “todos” e “nenhum”, o que pode indicar o uso de mecanismos como a negação, negando diferenças no tipo de relacionamento com os diferentes elementos, ou formação reactiva, adoptando unicamente sentimentos bons para com os outros.

Resumo:

Através da análise dos desenhos da família imaginada, verificámos que, na sua maioria, estas crianças recorrem ao uso de mecanismos de defesa como a negação e a regressão.

Em relação à imagem de si próprios, oscilam entre uma imagem desvalorizada com sentimentos de exclusão e não pertença à família e uma imagem grandiosa de si próprios, que talvez sirva para negar esta última. Este mecanismo compensatório parece semelhante ao encontrado no desenho do auto-retrato, em que um investimento fraco em si próprio é compensado por uma imagem compensada através do tamanho.

Em relação aos restantes membros da família, aparecem sinais de imagens desvalorizadas dos pais e agressividade contra estes, paralelamente com um desejo de aproximação da figura paterna. Parece haver então uma ausência de bons objectos e de figuras privilegiadas, compensada muitas vezes por um investimento em figuras pertencentes à família alargada. Encontramos também indícios de rivalidade fraterna.

São notórios os sinais de imaturidade emocional, visíveis no não reconhecimento da diferença de gerações e de sexos, presentes numa grande percentagem de crianças, o que nos faz levantar a hipótese que estas crianças recorrem a mecanismos de onipotência, negando a diferença de gerações, e, por não terem um modelo masculino de identificação apresentam dificuldades a este nível.

Podemos por então a hipótese que os comportamentos apresentados por estas crianças podem ter como função exprimir o mal-estar na relação com os pais (através do mecanismo de deslocamento da agressividade para os pares), ou que seja uma forma de agir a culpabilidade edipiana (acentuada devido aos mecanismos de onipotência utilizados, dando-lhes a ilusão de que não há diferença de gerações) e quebrar os laços simbióticos com o objecto (exclusão da mãe do desenho mais frequente que a exclusão do

pai), através de uma falsa ideia de independência e autonomia do objecto ou ainda uma forma de expressar a necessidade de uma figura protectora, que contenha as suas ansiedades e que sirva de modelo de identificação que exerça as funções paternas.

Desenho Livre

Nesta fase, procurou-se categorizar não a maturidade intelectual (que já foi vista anteriormente), mas os conteúdos mais projectivos do desenho livre. Assim, o desenho livre será analisado através dos seguintes factores:

- Riqueza/pobreza do desenho
- Capacidade para imaginar uma narrativa sobre o mesmo
- Organização dos elementos na folha
- Temática apresentada.

Em relação à pobreza/riqueza do desenho, obtivemos a seguinte distribuição:

QUADRO 63: Riqueza do desenho

RIQUEZA	N	%
Rico / muitos elementos	2	7.1
Médio	7	25.0
Pobre / poucos elementos	19	67.9
TOTAL	28	100.0

pai), através de uma falsa ideia de independência e autonomia do objecto ou ainda uma forma de expressar a necessidade de uma figura protectora, que contenha as suas ansiedades e que sirva de modelo de identificação que exerça as funções paternas.

Desenho Livre

Nesta fase, procurou-se categorizar não a maturidade intelectual (que já foi vista anteriormente), mas os conteúdos mais projectivos do desenho livre. Assim, o desenho livre será analisado através dos seguintes factores:

- Riqueza/pobreza do desenho
- Capacidade para imaginar uma narrativa sobre o mesmo
- Organização dos elementos na folha
- Temática apresentada.

Em relação à pobreza/riqueza do desenho, obtivemos a seguinte distribuição:

QUADRO 63: Riqueza do desenho

RIQUEZA	N	%
Rico / muitos elementos	2	7.1
Médio	7	25.0
Pobre / poucos elementos	19	67.9
TOTAL	28	100.0

Podemos observar que a maioria das crianças realizou produções pobres, com poucos elementos, originando assim desenhos extremamente simples, pouco simbólicos, vazios, com muitos espaços em branco. Podemos pensar nesta característica como sendo semelhante às observadas no desenho da figura humana e no auto-retrato, significando então sentimentos de vazio, defesas por retraimento funcionando assim como uma defesa contra o caos externo ou interno.

Foi pedido às crianças que contassem uma história sobre o desenho realizado, tendo também sido feitas perguntas sobre esta, a fim de ajudar na compreensão do conteúdo. Desta forma pretendíamos averiguar a capacidade da criança para recorrer à fantasia e à imaginação, tendo-se obtido os seguintes resultados:

Em relação ao conteúdo/imaginação revelado pelas crianças os resultados foram os seguintes:

QUADRO 64: Conteúdo/imaginação

CONTEÚDO/IMAGINAÇÃO	N	%
Rico	5	17.9
Médio	6	21.4
Pobre	17	60.7
TOTAL	28	100.0

Quanto ao conteúdo/imaginação, verificamos que a produção da maioria das crianças foi considerada “pobre” (60.7%), ou seja, demonstraram dificuldade

em imaginar uma história sobre o desenho feito, sendo esta extremamente simples, normalmente apenas a descrição dos elementos.

Podemos então pensar nestas crianças como tendo dificuldade em aceder ao simbolismo, prendendo-se excessivamente aos elementos concretos.

Quanto à organização dos elementos do desenho, pretendíamos ver se os diversos elementos estavam dispostos de forma coerente, dando ao desenho uma aparência organizada e harmoniosa, ou, pelo contrário, se os elementos estavam dispostos de forma caótica, desorganizada, sem ligação lógica entre si. Assim, obtiveram-se os seguintes resultados:

QUADRO 65: Organização

ORGANIZAÇÃO	N	%
Organizado	18	64.3
Médio	7	25.0
Desorganizado	3	10.7
TOTAL	28	100.0

Verificamos então que a maioria dos desenhos foram considerados organizados (64.3%), sendo que apenas 10.7% destes tinham aparência desorganizada. Parece então que nesta área as dificuldades não são significativas.

Quanto à temática do desenho, foram consideradas cinco categorias, tendo em conta não só os elementos figurativos no desenho como a narrativa feita sobre o mesmo.

QUADRO 66: Temática

TEMÁTICA	N	%
Tema alegre/harmonioso	3	10.7
Tema triste/trágico	2	7.1
Tema agressivo	8	28.6
Tema caótico	1	3.6
Tema neutro	14	50.0
TOTAL	28	100.0

Verificamos que a maioria dos desenhos tem um tema neutro (50.0%), sendo habitualmente apenas descritivos, sem qualquer colorido emocional. Este valor vai de encontro ao encontrado no “conteúdo/imaginação”, demonstrando que a maioria destas crianças têm dificuldades na área da fantasia e simbolização, sendo predominantemente descritivos. Parece então haver uma predominância de mecanismos de controlo obsessivo como o isolamento, originando desenhos empobrecidos, imóveis e despersonalizados.

Seguem-se os temas agressivos, com 28.6%, parecendo então que estas crianças defendem-se menos que as anteriores, projectando mais facilmente os seus conteúdos internos.

Resumo:

Em relação ao desenho livre, verificamos que estas crianças têm tendência para realizar desenhos organizados graficamente, mas pobres ao nível do conteúdo, do tema e dos elementos representados.

Podemos pôr então a hipótese que estas crianças têm dificuldades ao nível da simbolização e da fantasia, recorrendo a mecanismos de controlo onipotente (actuando contra contenção do caos), de isolamento (que consiste na dissociação primária entre os vínculos de amor e os vínculos agressivos, pois tal união significaria a desorganização do ego. Assim mantém a distância e a anestesia afectiva) e mecanismos de inibição (defendendo-se perante angústias persecutórias e depressivas, evitando assim ataques retaliatórios e protegendo o objecto da sua própria agressividade).

Assim, parece que recorrem às descargas motoras e à acção pelo comportamento por não encontrarem uma forma simbólica para expressar as emoções.

Teste das Relações Familiares (FRT)

A partir deste teste procurámos perceber como a criança encara a família e quais os sentimentos associados a cada um dos elementos da mesma.

Tendo em conta que a criança pode escolher quais os elementos da família que quer representar no teste, e tendo ainda em conta a grande diversidade de pessoas pertencentes à família alargada (avós, tios, primos, padrinhos, etc.) estes foram incluídos numa categoria denominada “outros”.

Os resultados neste teste foram categorizados da seguinte forma:

- Qual a figura com a qual a criança se mostra mais e menos envolvida emocionalmente
- Com qual dos pais há um maior envolvimento emocional
- “Outgoing positive” (sentimentos positivos dirigidos pela criança aos outros)
- “Outgoing negative” (sentimentos negativos dirigidos pela criança aos outros)
- “Incoming positive” (sentimentos positivos que a criança sente receber dos outros)
- “Incoming negative” (sentimentos negativos que a criança sente receber dos outros)
- “Superprotecção materna”
- “Indulgência excessiva” do pai e da mãe.

Quanto ao elemento com o qual a criança sente ter um maior envolvimento emocional, este é medido pela personagem que tem um maior número de respostas atribuídas (independentemente destas serem positivas ou negativas). No quadro seguinte podemos observar como se distribuem as figuras em relação a este critério:

QUADRO 67: Maior envolvimento

MAIOR ENVOLVIMENTO	N	%
Ninguém	10	35.7
Pai	3	10.7
Mãe	4	14.3
Irmão/irmã (+ velho)	1	3.6
Irmão/irmã (+ novo)	0	0
Outros	8	28.6
Teste inválido	1	3,6
TOTAL	28	100.0

Verificamos que o maior número de respostas foi atribuído à personagem “ninguém” em 35.7% dos casos, seguindo-se de personagens considerados “outros”, ou seja, pertencentes à família alargada.

Estes resultados podem demonstrar o uso excessivo de defesas como a negação (atribuindo um grande número de respostas à figura “ninguém”) e deslocamento (reduzindo o investimento nas figuras próximas, e colocando-as em figuras periféricas: “outros”). Outra explicação para o grande número de respostas em “outros” é a realidade social em que estão inseridas estas crianças, que, como já vimos anteriormente, habitam muitas vezes com família alargada, acabando então por haver uma dispersão quanto às figuras próximas e privilegiadas, podendo haver outros elementos que desempenhem esse papel.

Curiosamente, o número de crianças que revela possuir um maior envolvimento emocional com os pais é reduzido (14.3% para a mãe e 10.7% para o pai). Estes valores podem explicar-se pelo uso das defesas descritas anteriormente, ou, podem demonstrar uma realidade, em que os pais não se apresentam como figuras envolventes, próximas e privilegiadas.

Um dos testes foi considerado inválido, pois a criança atribuiu todos os cartões à mesma figura, o que nos pareceu uma forma de “boicotar” a aplicação do mesmo, logo, o resultado não foi considerado para a amostra.

Quanto à figura a quem é atribuída um menor envolvimento emocional (figura à qual foi atribuída um menor número de itens) os resultados foram os seguintes:

QUADRO 68: Menor envolvimento

MENOR ENVOLVIMENTO	N	%
Ninguém	2	7.1
Pai	6	21.4
Mãe	1	3.6
Irmão/irmã (+ velho)	3	10.7
Irmão/irmã (+ novo)	3	10.7
Outros	11	39.3
Teste inválido	1	3.6
TOTAL	28	100.0

Como seria de esperar, foram as figuras “periféricas” que obtiveram resultados mais elevados nesta categoria, sendo então com estas que a criança demonstra um menor envolvimento emocional (39.3%).

A figura paterna foi considerada por 21.4% das crianças como sendo aquela com menor envolvimento emocional. Este valor parece ir de encontro aos resultados observados anteriormente que demonstram um grande número de famílias cujo pai não só está ausente fisicamente como emocionalmente.

Os irmãos também obtiveram um valor elevado (10.7% para os irmãos mais novos e mais velhos, respectivamente), o que pode ser um indicador de rivalidade fraterna. Se tivermos em conta que um grande número de crianças da amostra são filhos únicos, o facto de 21.4% das crianças apontarem os irmãos como figuras que têm com elas um baixo envolvimento emocional, parece apontar para um dado significativo.

Tendo em conta que através dos dados obtidos até agora, não é claro qual a diferença no envolvimento com os ambos os pais, comparámos entre o pai e a mãe, qual deles tinha obtido maior pontuação, logo, com qual deles a criança se sentia mais envolvida emocionalmente.

QUADRO 69: Comparação do envolvimento com os pais

COMPARAÇÃO	N	%
ENVOLVIMENTO COM OS PAIS		
Pai > Mãe	10	35.7
Pai = Mãe	1	3.6
Pai < Mãe	16	57.1
Teste inválido	1	3.6
TOTAL	28	100.0

Os resultados obtidos demonstram que em 57.1% dos casos, a criança demonstra um maior envolvimento afectivo com a mãe, sendo que, em 35.7% acontece o contrário, ou seja, a criança demonstra maior envolvimento afectivo com o pai do que com a mãe.

O maior envolvimento afectivo com a mãe era esperado, tendo em conta que muitas destas crianças têm o pai ausente. No que diz respeito às crianças que revelam um maior envolvimento com o pai, este valor pode ter várias interpretações: pode referir-se realmente a um maior envolvimento com a figura paterna, pode referir-se a situações onde o envolvimento com a figura materna é tão baixo que salienta-se a figura paterna, pode expressar o desejo de ter o pai mais próximo e como figura mais activa nas suas vidas ou pode ainda negar a relação demasiado próxima e culpabilizante com as mães.

Quanto aos sentimentos positivos dirigidos pela criança aos outros (outgoing positive), verifica-se a seguinte distribuição:

QUADRO 70: Outgoing positive

OUTGOING POSITIVE	N	%
Ninguém	2	7.1
Pai	5	17.9
Mãe	8	28.6
Irmão/irmã (+ velho)	0	0
Irmão/irmã (+ novo)	1	3.6
Outros	10	35.7
Teste inválido	1	3.6
TOTAL	28	100.0

Podemos observar que a maioria das crianças considera que “dá” mais sentimentos positivos aos “outros” (35.7%), seguindo-se da mãe com 28.6% e do pai com 17.9%.

Mais uma vez podemos pôr várias hipóteses quanto ao grande número de respostas atribuídas aos “outros”: o uso do deslocamento (atribuindo sentimentos a figuras “periféricas”) ou o facto destas crianças terem um relacionamento mais próximo, e neste caso, mais “positivo” com figuras pertencentes à família alargada. Se esta segunda hipótese se verificar, isto aponta não só para relações privilegiadas com estes familiares, como talvez, um sentimento de rejeição por parte dos pais, que leva estas crianças a procurarem apoio fora do núcleo familiar.

Assim, talvez estas crianças sintam-se rejeitadas pelos pais, sem “espaço” dentro deles, tanto pela sua ausência física (como é o caso do pai ausente em muitas famílias) como pela ausência emocional (que no caso das mães pode ser devido a dificuldades desta para estabelecerem com os filhos relações seguras e laços fortes). Assim, as crianças parecem virar-se para o exterior, procurando outras figuras substitutas, pelo que aqui demonstram que é a estas que “dirigem” os seus sentimentos positivos.

Outra hipótese é que o uso do deslocamento sirva para atenuar a culpabilidade de sentirem o relacionamento com a mãe como demasiado próximo, negando assim essa realidade. Esta hipótese vai de encontro às teorias que dizem que a agressividade surge como defesa contra desejos incestuosos edipianos: “quanto mais forte é a ligação edipiana, mais poderosas terão de ser as forças que o Eu lhes vai opor; se a forma de defesa adoptada é a inversão do afecto, a agressividade será maciça” (Coimbra de Matos, 2002, p.57).

Quanto aos sentimentos negativos que a criança dirige aos outros, obtivemos a seguinte distribuição:

QUADRO 71: Outgoing negative

OUTGOING NEGATIVE	N	%
Ninguém	11	39.3
Pai	1	3.6
Mãe	4	14.3
Irmão/irmã (+ velho)	1	3.6
Irmão/irmã (+ novo)	3	10.7
Outros	6	21.4
Teste inválido	1	3.6
TOTAL	28	100.0

Verificamos que a maioria das crianças dirige os seus sentimentos negativos a “ninguém” (39.3%), seguindo-se de “outros” (21.4%). Quanto aos elementos da família nuclear, estes são dirigidos à mãe em 14.3% dos casos, a um irmão mais velho em 10.7%, ao pai e a um irmão mais novo em 3.6%.

Estes dados podem apontar mais uma vez para o uso da negação, atribuindo os seus sentimentos negativos à figura “ninguém”, ou do deslocamento, associando-os a figuras secundárias. Estas crianças podem recorrer a estes mecanismos por culpabilidade, por negarem em si próprios sentimentos negativos (projectando-os nos outros) ou dificuldade em reconhecer emoções.

O número baixo de respostas à figura paterna, tendo em conta que este é muitas vezes uma figura abandonica e maltratante, leva-nos a pensar na culpabilidade, negação por medo de retaliação ou medo de os afastar ainda mais se expressarem a sua raiva.

Em 17.9% dos casos, é expressa claramente a agressividade dirigida aos pais, sendo estes os maiores “alvos” dos sentimentos negativos. Nestes casos aparece claramente o descontentamento com estas figuras, e o reconhecimento da necessidade de “atacá-las”.

Quanto aos sentimentos positivos que a criança sente receber dos outros (incoming positive), estes distribuem-se da seguinte forma:

QUADRO 72: Incoming positive

INCOMING POSITIVE	N	%
Ninguém	2	7.1
Pai	5	17.9
Mãe	8	28.6
Irmão/irmã (+ velho)	0	0
Irmão/irmã (+ novo)	1	3.6
Outros	10	35.7
Teste inválido	1	3.6
TOTAL	28	100.0

Tendo em conta que esta categoria depende da experiência de vida das crianças e das suas defesas, encontramos aqui duas realidades: as emoções actuais das pessoas em relação a estas e a realidade psicológica

das emoções percebidas pela criança ou como ela desejaria que fossem.

A maioria das crianças sente que são dos “outros” que mais recebem sentimentos positivos (35.7%), seguindo-se da mãe com 28.6% e do pai com 17.9%. 7.1% das crianças sente não receber de ninguém sentimentos positivos.

Este valor elevado na categoria “outros” sugere as mesmas hipóteses apontadas anteriormente no “outgoing positive”. Para além disso, estes resultados são muito semelhantes aos dessa mesma categoria, o que sugere que as crianças sentem que os seus sentimentos positivos são recíprocos. Estes valores levam-nos a pensar num sentimento de carência afectiva nestas crianças. Porque sentem que os pais revelam poucos afectos positivos em relação a elas, não se sentem objecto de amor por parte deles.

Quanto aos sentimentos negativos que a criança sente receber dos outros, distribuem-se da seguinte forma:

QUADRO 73: Incoming negative

INCOMING NEGATIVE	N	%
Ninguém	9	32.1
Pai	2	7.1
Mãe	4	14.3
Irmão/irmã (+ velho)	2	7.1
Irmão/irmã (+ novo)	2	7.1
Outros	8	28.6
Teste inválido	1	3.6
TOTAL	28	100.0

Nesta categoria, podemos observar que a maioria das respostas situam-se no personagem “ninguém” com 32.1% dos resultados, seguindo-se de “outros” com 28.6%. Podemos estar, mais uma vez, perante o uso da negação, realizando assim o desejo que ninguém lhes dirija emoções negativas, convencendo-se que vivem rodeados por pessoas que só têm por eles sentimentos positivos.

Mais uma vez, parece importante salientar que 21.4% das crianças vê os pais como as figuras que mais lhes dirigem sentimentos negativos, o que pode ser significativo de dificuldades nas relações com estes, pois parecem senti-los como figuras negativas.

Quanto às categorias de superprotecção materna e indulgência excessiva do pai e da mãe, os resultados foram os seguintes:

QUADRO 74: Superprotecção materna

SUPERPROTECÇÃO	N	%
MATERNA		
Ninguém	0	0
O próprio	12	42.9
Pai	1	3.6
Mãe	1	3.6
Irmão/irmã (+ velho)	1	3.6
Irmão/irmã (+ novo)	5	17.9
Outros	1	3.6
Não conclusivo	6	21.4
Teste inválido	1	3.6
TOTAL	28	100.0

Nesta categoria, verificamos que a criança sente que a superprotecção materna dirige-se para o próprio em 42.9% dos casos, seguindo-se de um irmão mais novo, em 17.9% dos casos, o que vai de encontro com os dados obtidos através da entrevista clínica.

21.4% dos casos foram considerados “não conclusivos”, pois os valores “empatarem” entre várias figuras.

QUADRO 75: Indulgência excessiva do pai

INDULGÊNCIA EXCESSIVA DO PAI	N	%
Ninguém	1	3.6
O próprio	10	35.7
Pai	1	3.6
Mãe	4	14.3
Irmão/irmã (+ velho)	0	0
Irmão/irmã (+ novo)	2	7.1
Outros	5	17.9
Não conclusivo	4	14.3
Teste inválido	1	3.6
TOTAL	28	100.0

Quanto à “indulgência excessiva do pai”, a maioria também aponta-se a si próprio como figura com a qual o pai é mais indulgente (35.7%). Se tivermos em conta que a maioria dos pais estão ausentes, este resultado pode exprimir um desejo ou negar a realidade.

QUADRO 76: Indulgência excessiva da mãe

INDULGÊNCIA EXCESSIVA DA MÃE	N	%
Ninguém	0	0
O próprio	13	46.4
Pai	1	3.6
Mãe	0	0
Irmão/irmã (+ velho)	0	0
Irmão/irmã (+ novo)	6	21.4
Outros	3	10.7
Não conclusivo	4	14.3
Teste inválido	1	3.6
TOTAL	28	100.0

Quanto à “indulgência excessiva da mãe”, mais uma vez, é o “próprio” que obtém um resultado mais elevado (46.4%), seguindo-se do irmão mais novo com 21.4%. tendo em conta que muitas crianças são filhas únicas e que, segundo as hipóteses colocadas, mantêm uma relação dual com a mãe, estes resultados parecem confirmar essas hipóteses.

Resumo:

Na análise das respostas a este teste verificamos mais uma vez dificuldades na relação com os pais, marcadas por ausência de envolvimento emocional com estes, sentimentos de falta e carência afectiva, rejeição e falta de investimento por parte destes. Parece haver uma ausência de trocas afectivas (tanto positivas como negativas) entre ambas as partes, levando-nos a pensar em relações pautadas pela indiferença e afastamento emocional.

Parecem então procurar nos elementos da família alargada apoio e compensação pela falta sentida, mecanismo este menos marcado no Teste do Desenho da Família em que encontramos poucos elementos da família alargada representados. No entanto, parece que os laços estabelecidos com esses elementos não são suficientemente fortes, nem conseguem compensar a carência afectiva, o que nos leva a pensar que a família alargada é pouco contentora das ansiedades.

Apesar de sentirem que as figuras parentais não lhes dão afectos positivos, a maioria das crianças apontam para um grande número de respostas em “superprotecção materna” e “indulgência excessiva materna e paterna” em relação a si próprias. Isto parece apontar para, ou relações mais “funcionais”, ou seja, com poucas trocas afectivas mas eficientes no funcionamento, ou para o facto que relações de superprotecção ou demasiado próximas são sentidas como pouco afectivas, talvez por as crianças sentirem que funcionam como um prolongamento narcísico dos pais.

Os resultados encontrados em relação à figura materna apontam então para acentuada superprotecção e indulgência excessiva a par de pouco envolvimento emocional e poucas trocas afectivas positivas. Para além das hipóteses colocadas em cima, estes resultados podem também apontar para

a hipótese posta anteriormente de culpabilidade na relação edipiana, negando a proximidade mãe/filho e procura de uma maior autonomia em relação ao objecto materno, porque este se apresenta demasiado próximo.

Em relação à figura paterna, encontramos dificuldade em expressar sentimentos negativos em relação a esta, que pode revelar desejo de uma maior proximidade (daí a idealização) ou medo de retaliação devido à culpabilidade edipiana.

De modo geral, pareceu-nos haver uma prevalência de sentimentos negativos associados à figura “ninguém” e de sentimentos positivos associados a figuras periféricas. Em relação às respostas “negativas” podemos pensar que estas crianças têm dificuldade em reconhecer e si próprios sentimentos negativos. Por outro lado, também negam que os outros possam nutrir por eles sentimentos igualmente negativos, parecendo que tanto eles como as pessoas da sua família possuem unicamente sentimentos positivos. Isto pode ser significativo do uso de mecanismos de idealização e de negação, mostrando não haver espaço nestas crianças para “pensar” as emoções negativas.

Em relação aos sentimentos positivos associados maioritariamente a figuras periféricas podemos pôr várias hipóteses: a de que estas crianças têm realmente relações afectivas mais próximas com elementos da família alargada, que possuem um sentimento de serem “rejeitadas” pelos pais, logo têm de procurar outras figuras afectivas, ou pode significar que, através de mecanismos de deslocamento, atenuem a culpabilidade de uma relação demasiado próxima com a mãe.

Prova Projectiva “As Aventuras do Pata Negra”

Este teste é composto pelo “frontispício” (1º cartão a ser apresentado), pelo cartão “fada” (último cartão a ser apresentado) e por 16 cartões figurativos. Para classificar as respostas dadas por cada criança, dividimos cada cartão pelos temas possíveis (com base no manual do teste) de forma a perceber os conflitos reactivados em cada um e as possíveis personagens de identificação, de forma a investigar o eixo identidade-identificação. Em alguns cartões foram acrescentadas categorias, não mencionadas no manual, mas que nos pareceram pertinentes para o estudo em questão.

Começamos então por apresentar a nível geral o grau de organização das histórias contadas pelas crianças e qual a concepção do mundo que estas crianças parecem ter. Em seguida, através dos elementos descritos no cartão “frontispício” descrevemos o sexo do “herói”, a idade deste por comparação à idade real da criança e o reconhecimento das figuras parentais e dos irmãos na figura.

Para uma maior clareza nos resultados, os dados obtidos através da análise dos cartões temáticos serão apresentados da seguinte forma:

- Caracterização geral das histórias em termos de organização/desorganização.
- Concepção do mundo percebida através das várias histórias.
- Elementos do cartão “frontispício”
- Conteúdos apresentados nos vários cartões agrupados segundo as várias temáticas, e analisados tendo em conta os temas a que se referem, os factores concordantes e discordantes encontrados entre eles e a comparação com os resultados “típicos” encontrados no manual do teste.
- Caracterização das “imagos” materna e paterna nestas crianças a partir da análise dos vários cartões.

- Caracterização do “herói” (figura de identificação) e como percebem a capacidade dos outros para as ajudar, a partir das várias histórias contadas.

Quanto à organização das histórias, estas foram classificadas segundo três categorias: “segue o tema/organizadas”, “média” e “não segue o tema/desorganizadas”, avaliando assim a qualidade das narrativas, a ligação dos afectos e das representações e a capacidade de ligar as representações entre si, tendo-se obtido a seguinte distribuição:

QUADRO 77: Histórias

HISTÓRIAS	N	%
Segue o tema/ organizadas	19	67.9
Média	7	25.0
Não segue o tema/ desorganizadas	2	7.1
TOTAL	28	100.0

Verificamos que a maioria das crianças elabora narrativas organizadas, seguindo o tema representado (67.9%), ou seja, a maioria das crianças possui capacidade para organizar histórias que obedecem a um desenrolar sequencial claro, estabelecendo ligações adequadas entre as representações e os afectos. Apenas 7.1% das crianças não possuem essa capacidade, elaborando narrativas desorganizadas, com os conteúdos sem

ligação com os elementos representados. 25% das crianças situam-se na categoria intermédia.

A partir do conteúdo das histórias, procurámos perceber que concepções tinham estas crianças do mundo que as rodeia, dividindo-o em três categorias: “ameaçador e hostil”, “limitado e pobre” e “feliz e harmonioso”.

QUADRO 78: Concepção do mundo

CONCEPÇÃO DO MUNDO	N	%
Ameaçador e hostil	18	64.3
Limitado e pobre	8	28.6
Feliz e harmonioso	2	7.1
TOTAL	28	100.0

Para a maioria das crianças, o mundo parece surgir como “ameaçador e hostil” (64.3%), ou seja, parecem ter dificuldade em encontrar figuras protectoras, não sabendo em quem confiar ou de onde pode surgir o perigo. Esta sensação de estarem rodeados de “perigos escondidos”, que ameaçam surgir a qualquer momento, parecem indicar a presença de angústias persecutórias nestas crianças.

Em 28.6% dos casos o mundo é percebido como “limitado e pobre”, sem grandes possibilidades de actuação, “neutro”, ou seja, sem manifestações positivas ou negativas claras. Esta falta de colorido parece apontar para um empobrecimento da realidade e para sentimentos depressivos nestas crianças.

Apenas 7.1% das crianças vê mundo como “feliz e harmonioso”, sem conflitos, sem perigos, sentindo todas as relações como estáveis, positivas e confiáveis. Esta ausência de conflitos parece apontar para a utilização de defesas maniformes.

No que diz respeito ao cartão “frontispício” foi pedido às crianças que identificassem as personagens e lhes atribuisse uma idade e um grau de parentesco. As respostas obtidas nestas categorias foram as seguintes:

QUADRO 79: “Frontispício”/Sexo

FRONTISPÍCIO/SEXO	N	%
Masculino	23	82.1
Feminino	5	17.9
TOTAL	28	100.0

Quanto ao sexo do “herói” (Pata Negra), 82.1% das crianças descreveu-o como sendo do sexo masculino, contra 17.9% das crianças que o descreveram como sendo do sexo feminino. Segundo Corman (1974), este pode ser um sinal indicador de transtorno na evolução edípica.

QUADRO 80: “Frontispício”/Idade

FRONTISPÍCIO/IDADE	N	%
Mais novo que o próprio	19	67.9
Igual à idade do próprio	4	14.3
Mais velho que o próprio	5	17.9
TOTAL	28	100.0

Comparando a idade associada ao “Pata Negra” com a idade real da criança, verificamos que a maioria descreve o “herói” como mais novo (67.9%). Apenas 14.3% associa a sua própria idade à idade do personagem, e 17.9% descreve-o como mais velho que o próprio.

Segundo o manual do teste, quando a criança dá ao personagem a mesma idade que ela própria, assinala claramente a sua identificação com o herói. Por outro lado, associar ao PN uma idade inferior, pode significar que a criança cria no teste uma família que responde aos seus desejos, ou seja, neste caso, corresponde a desejos regressivos e à procura do paraíso perdido da sua infância.

Em relação ao reconhecimento das figuras parentais, verificou-se a seguinte distribuição:

QUADRO 81: “Frontispício”/Pais

FRONTISPÍCIO/PAIS	N	%
Vê figuras correctas	15	53.6
Vê figuras inversas	9	32.1
Não reconhece pai	1	3.6
Não reconhece mãe	0	0
Não reconhece ambas as figuras	3	10.7
TOTAL	28	100.0

Quanto à percepção das figuras parentais, verificamos que a maioria das crianças vê as figuras correctamente (53.6%). No entanto, podemos observar que 32.1% das crianças vê as figuras inversas (descreve a mãe no lugar do pai e vice-versa); 3.6% das crianças não reconhece o pai, associando-lhe a identidade de outra personagem; e 10.7% não reconhece ambas as figuras, ou seja, exclui os pais da cena familiar.

No caso das crianças que inverteram as figuras, ambas estão presentes, mas estão trocadas. Segundo Corman (1974) isto pode ser sinal do “pai nutriente”, ou seja, associar a figura paterna às funções maternas. Neste caso podemos pensar no desejo de uma maior proximidade do pai, de forma a que ele esteja mais presente no dia-a-dia.

Nas situações em que um ou ambos os pais estão excluídos, revela sentimentos hostis e agressivos, ou dificuldades na relação com a figura excluída. Neste caso, em 10.7% dos casos, ambos os pais foram excluídos, logo, isto demonstra ou sentimentos hostis contra os mesmos, ou relata a realidade de pais ausentes internamente, não sendo percebidos como figuras centrais.

QUADRO 82: “Frontispício”/Irmãos

FRONTISPÍCIO/IRMÃOS	n	%
Reconhece irmãos	22	78.3
Não reconhece irmãos	6	21.4
TOTAL	28	100.0

Quanto à presença/ausência dos irmãos, verificamos que a maioria das crianças reconhece-os (78.3%), contra 21.4% que associa-os a outras personagens. Segundo o manual do teste a exclusão dos irmãos pode revelar o desejo da criança em ser único, logo, é um indicador de rivalidade fraterna.

Passando agora à análise dos cartões temáticos, procurámos observar não só a escolha dos temas mas também a figura com quem a criança se identifica. Tendo em conta que o manual apresenta a percentagem de respostas dadas para cada hipótese, tentámos, sempre que possível, comparar os dados obtidos com os do manual, de forma a percebermos se o resultado é ou não típico.

De forma a obtermos uma visão mais clara dos resultados encontrados, iremos focar apenas os cartões que parecem ter reactivado uma problemática específica na maioria das crianças da amostra (os restantes cartões encontram-se em anexo). Iremos também agrupar a análise dos cartões pelos grandes temas focados no teste.

Assim, através da análise das histórias apresentadas, os temas que pareceram desencadear maiores conflitos foram os relacionados com a sexualidade, com a agressividade, com a dependência/independência e com o tema do “pai nutriente”. Iremos focar cada um deles, agrupando assim os cartões de acordo com a temática representada.

- Tema da sexualidade

Em relação aos cartões que remetem para a temática da sexualidade, mais particularmente para a problemática edipiana, encontramos no cartão “beijo” (tema edipiano) um grande número de crianças que ignoraram o tema ou viram-no como desagradável ou agressivo.

QUADRO 83: “Beijo”/Temas

BEIJO/TEMAS	N	%
Tema visto como agradável	7	25.0
Tema visto como desagradável/rejeição	6	21.4
Tema ignorado	12	42.9
Tema agressivo	3	10.7
TOTAL	28	100.0

De acordo com o manual do teste, o tema é reconhecido em 72% dos casos e ignorado em apenas 28%. No nosso caso, é reconhecido em 46.4% (25%+21.4%) e ignorado em 42.9%, o que revela uma diferença acentuada. Em 10.7% das crianças da amostra a cena é descrita como agressiva. Podemos então pensar que o facto das crianças da amostra negarem a acção é significativo de conflitos nesta área. Estes dados vão de encontro à

hipótese posta em relação à enurese, de que estas crianças têm um recalçamento do erotismo relacionado com a vida íntima dos pais.

No cartão “noite” (tema edipiano com voyerismo do quarto dos pais) encontramos também um grande número de crianças que evitaram o tema (28.6%) (ver quadro 7 do anexo 3). No entanto, este resultado está de acordo com o manual, que refere um grande número de crianças que recorrem a este mecanismo (25%), sendo mais comum o evitamento do tema neste cartão do que no cartão “beijo” que habitualmente é apreciado pelas crianças. Não deixa então de ser curioso que para as crianças da amostra o cartão “beijo” pareça mais difícil de reconhecer e aceitar que o cartão “noite”, tendo em conta que este último reaviva os fantasmas da cena primitiva e a curiosidade sexual. Parece que para estas crianças quanto mais visível a cena, mais difícil é para elas reconhecê-la.

Em relação às identificações feitas, no cartão “beijo” 25% das crianças da amostra gostariam de ser o “pai” (no manual, este valor é inferior (14%)), o mesmo acontecendo no cartão “noite” que 32% das crianças da amostra gostariam de ser os “porcos adultos”, enquanto no manual este valor é igualmente de 14%.

QUADRO 84: “Beijo”/Identificação

BEIJO/IDENTIFICAÇÃO	N	%
Pai	7	25.0
Mãe	2	7.1
Branco	16	57.1
Ninguém/outros	3	10.7
TOTAL	28	100.0

QUADRO 85: "Noite"/Identificação

NOITE/IDENTIFICAÇÃO	N	%
Adultos	9	32.1
Branco que vê	13	46.4
Branco que dorme	2	7.1
Ninguém/outros	4	14.3
TOTAL	28	100.0

Estes valores parecem apontar para uma dificuldade em aceitar a exclusão e reconhecer as diferenças de gerações, logo, dificuldade em aceder à triangulação edipiana, com tentativa de ocupar o lugar paterno. Esta dificuldade pode estar relacionada com a ausência frequente do pai de casa e com a grande percentagem de crianças que dorme com a mãe.

Em relação ao cartão "Sonho Mãe" (tema de amor objectal no caso dos rapazes) encontramos 28.6% das crianças que identificam a figura materna como sendo o "pai" (no manual este valor é de 19%) e 17.9% das crianças que vêem o sonho como algo desagradável. Estes valores podem ser indicadores de culpabilidade edipiana e uso de mecanismos de censura. Esta "troca" de papéis pode também simbolizar o desejo de aproximação do pai, e que, finalmente, este possa funcionar como um objecto estável e seguro, logo, presente na mente e no pensamento.

QUADRO 86: “Sonho M”/Temas

SONHO M/TEMAS	N	%
Tema do sonho visto como agradável	12	42.9
Tema do sonho visto como desagradável	5	17.9
Adulto visto como pai	8	28.6
Presença efectiva da mãe	2	7.1
Tema ignorado	1	3.6
TOTAL	28	100.0

Em relação à identificação nos cartões “mamada 1” (tema oral num contexto de relação privilegiada mãe/filho), “mamada 2” (tema oral com rivalidade fraterna) e “Sonho Mãe”, encontramos os seguintes resultados em relação à figura de identificação:

QUADRO 87: “Mamada1”/Identificação

MAMADA1/IDENTIFICAÇÃO	n	%
PN	19	67.9
Mãe	8	28.6
Ninguém/outros	1	3.6
TOTAL	28	100.0

QUADRO 88: "Mamada2"/Identificação

MAMADA2/IDENTIFICAÇÃO	n	%
PN	13	46.4
Mãe	8	28.6
Branços	5	17.9
Ninguém/outros	2	7.1
TOTAL	28	100.0

QUADRO 89: "Sonho M"/Identificação

SONHO IDENTIFICAÇÃO	M/ N	%
PN	21	75.0
Mãe	5	17.9
Ninguém/outros	2	7.1
TOTAL	28	100.0

Verificamos então que algumas crianças que se identificam à figura materna, respectivamente, 28.6%; 28.6% e 17.9%, o que, de acordo com o Corman pode ser um sinal de transtorno nas relações edípicas. No caso destas crianças podemos pensar que a falta de uma figura masculina de identificação provoca nestas crianças dificuldades a este nível, visíveis através de identificações com a figura materna.

Neste caso, podemos pensar em dificuldades na identificação com uma figura masculina, devido à ausência desta na vida da maioria das crianças da amostra. Esta hipótese vai de encontro com vários estudos que indicam que a maior agressividade em crianças do sexo masculino provenientes de lares onde há ausência paterna pode ser explicada por uma reacção contra a identificação feminina (Parsons, 1947, cit. por Malpique, C. 1990). A agressividade seria então sinal de uma identidade mal definida por ausência do pai.

- Temas de agressividade

Em relação aos cartões que remetem para a temática da agressividade contra os pais, como o “bebedouro” (tema de sadismo uretral) e “jogos sujos” (tema sádico-anal), obtivemos a seguinte distribuição quanto aos temas descritos:

QUADRO 90: “Bebedouro”/Temas

BEBEDOURO/TEMAS			N	%
Tema visto	sem	7	25.0	
intenção	agressiva			
contra os pais				
Tema visto	com	11	39.3	
intenção	agressiva			
contra os pais				
Tema evitado		10	35.7	
TOTAL			28	100.0

Verificamos que 39.3% das crianças reconhece as intenções agressivas contra os pais, contra 25% que descrevem a cena, mas não reconhecem a cena como agressiva. Há também um grande número de crianças que não reconheceram a cena (35.7%) o que pode ser revelador da ansiedade causada por esta.

De acordo com o manual, apenas 29% das crianças manifestam as intenções agressivas contra os pais, logo, um valor inferior ao encontrado neste caso. O número de crianças da amostra que reconhecem as intenções agressivas contra os pais é superior aos valores apresentados no manual. De acordo com Boekholt (1993) “qualquer problemática é estruturante se ocorrer onde é esperada, em quantidades que possam ser geridas pela linguagem e através de uma ligação adequada entre as representações e os afectos” (p.195), logo, estas crianças não têm dificuldade em exprimir a agressividade contra os pais, parecendo vê-la com naturalidade e pouca culpabilidade, permitindo que encenem os conflitos numa narrativa organizada, o que nos leva a pensar que esta problemática é estruturante para estas crianças. Estas crianças parecem então reconhecer e aceitar a agressividade nas relações.

Ao contrário do que aconteceu nos cartões que remetiam para a problemática edipiana que pareceram suscitar grande culpabilidade, neste caso isso não parece acontecer. Assim, podemos pensar que em temáticas mais edipianas, estas crianças reagem com culpabilidade, enquanto que as temáticas relacionadas com a agressividade manifesta, são mais facilmente aceites, sendo inclusive estruturantes para estas crianças.

No entanto, não podemos esquecer que para um grande número de crianças isto não acontece, sendo difícil reconhecer a agressividade contra os pais, vendo o cartão como não agressivo ou evitando o tema. Assim, parece que estas crianças dividem-se em dois grandes grupos no que diz respeito ao reconhecimento dos desejos de agressão aos pais: umas reconhecem-na,

aceitam-na, sendo este cartão estruturante para elas, outras vêem-na com culpabilidade, rejeitando-a e censurando essa tendência (talvez estas últimas recorram mais a mecanismos de deslocamento).

Resultados semelhantes são encontrados no cartão “Jogos sujos”:

QUADRO 91: “Jogos sujos”/Temas

JOGOS SUJOS/TEMAS	N	%
Tema de prazer simples	3	10.7
Tema de agressividade contra o pai	19	67.9
Tema de agressividade contra a mãe	5	17.9
Tema evitado	1	3.6
TOTAL	28	100.0

Tal como no cartão anterior, verificamos um grande número de crianças que reconhece a agressividade contra os pais. Mais uma vez, este valor é superior ao descrito no manual (que aponta para 19% de crianças que descrevem agressividade contra o pai e 14% contra a mãe no caso dos rapazes). Este valor está de acordo com o encontrado no cartão anterior, que nos leva a pensar no reconhecimento da tendência agressiva, podendo ser estruturante para estas crianças.

Podemos observar que o valor das crianças que reconheceram a agressividade contra o pai é muito superior aos restantes, mostrando facilidade em reconhecer e aceitar este sentimento contra a figura paterna, talvez até por identificação à mãe em famílias cujos pais têm relações conflituosas. Note-se que no “Teste das Relações Familiares” obtivemos resultados opostos, ou seja, dificuldade em reconhecer sentimentos negativos em relação ao pai. Isto talvez aconteça por o “Teste das Relações Familiares” remeter para a família real, logo, pode inibir este tipo de respostas.

Neste caso, são poucas as crianças que evitam o tema ou o vêem sem agressividade, parecendo então terem mais facilidade em reconhecer a agressividade nesta situação, talvez pela imagem mais “lúdica” do cartão, ou por referir-se a uma figura em particular, neste caso, o pai.

Em relação às identificações dominantes, obtivemos a seguinte distribuição:

QUADRO 92: “Bebedouro”/Identificação

BEBEDOURO/IDENTIFICAÇÃO	N	%
PN	13	46.4
Branco	6	21.4
Adultos	8	28.6
Ninguém/outros	1	3.6
TOTAL	28	100.0

QUADRO 93: “Jogos sujos”/Identificação

JOGOS IDENTIFICAÇÃO	SUJOS/ N	%
Adulto	6	21.4
Porco que atira lama	7	25.0
Porco que brinca na lama	2	7.1
Porco que vê	11	39.3
Ninguém/outros	2	7.1
TOTAL	28	100.0

Verificamos então que no cartão “bebedouro”, cuja agressão manifesta-se contra toda a família, a maioria das crianças da amostra identificou-se com o agressor. De acordo com o manual do teste é mais comum a identificação a outras personagens. No entanto, no cartão “jogos sujos” que remete a uma cena de agressividade contra um personagem reconhecido pela maioria das crianças como sendo o pai, a maioria identificou-se com a personagem que observa a cena. Isto pode levar-nos a pensar que apesar de haver um reconhecimento da agressividade contra os progenitores (principalmente contra o pai), a agressividade direccionada especificamente contra este gera maior culpabilidade, talvez por culpabilidade sentida quanto à saída do pai de casa ou medo de mostrar a sua agressividade e que este se afaste mais ou que retalie.

Assim, parece que apesar de haver um maior reconhecimento e aceitação em relação à agressividade contra a figura paterna, esta é geradora de mais culpabilidade, o que talvez leve a que esta seja deslocada para outros elementos (como os colegas e professores).

Em relação à agressividade contra a fratria, visível no cartão “batalha” (tema sádico-oral de rivalidade fraterna), obtivemos a seguinte distribuição quanto aos temas:

QUADRO 94: “Batalha”/Temas

BATALHA/TEMAS	N	%
Tema visto como luta não proibida	4	14.3
Tema visto como luta que será punida	22	78.6
Tema evitado	2	7.1
TOTAL	28	100.0

A maioria das crianças da amostra vê a luta como um acto que será punido (78.6%), e apenas 14.3% das crianças vêem-na como luta não proibida. No manual estes valores são de 32% e 46% respectivamente. Parece-nos então que no tema da rivalidade fraterna, estas crianças revelam culpabilidade e medo de punição.

Assim, parece que estas crianças reconhecem a rivalidade fraterna como algo negativa, no entanto, a agressividade contra os irmãos gera mais culpabilidade do que a agressividade contra os pais. Este facto é visível quando comparamos nos três cartões a forma como a criança espera que seja a resposta dos adultos:

QUADRO 95: "Bebedouro"/Resposta dos outros

BEBEDOURO/RESPOSTA DOS OUTROS	N	%
Permissivos/Passivos	17	60.7
Punitivos/Censura	10	35.7
Retaliatória/Agressiva	1	3.6
TOTAL	28	100.0

QUADRO 96: "Jogos sujos"/Resposta dos outros

JOGOS SUJOS/RESPOSTA DOS OUTROS	N	%
Permissivos/Passivos	12	42.9
Punitivos/Censura	13	46.4
Retaliatória/Agressiva	2	7.1
Tema evitado	1	3.6
TOTAL	28	100.0

QUADRO 97: "Batalha"/Resposta dos outros

BATALHA/ RESPOSTA	N	%
DOS OUTROS		
Permissivos/Passivos	8	28.6
Punitivos/Censura	18	64.3
Retaliatória agressiva	2	7.1
TOTAL	28	100.0

Verificamos que no cartão "bebedouro" apenas 35.7% das crianças descrevem uma resposta punitiva por parte dos outros, no cartão "jogos sujos" este valor é de 46.4%, enquanto que no cartão "batalha" este número aumenta para 64.3%.

Parece então que sentem a agressividade contra os irmãos como algo mais grave e mais merecedor de punição do que a agressividade contra os pais. Isto pode ser visto como positivo se pensarmos que ao reconhecerem a agressividade contra os adultos estão a expressar um mal estar na relação e a pedir que estes reparem a situação, sendo então a agressividade sentida como "justa", sendo que possivelmente em relação aos irmãos não sentem motivo para tal agressividade, logo, tal expressão seria "errar o alvo".

No entanto, pode também significar que existe realmente uma excessiva culpabilidade na demonstração de sentimentos negativos pelos irmãos, talvez por não lhes terem sido dadas oportunidades de expressarem estes sentimentos, ou estes não serem aceites pelos pais. Esta culpabilidade em relação à rivalidade fraterna pode também ser observada no cartão "mamada 2" em que a maioria das crianças não descreve sentimentos de rivalidade fraterna, o que pode ser devido à actuação da censura e de mecanismos como a formação reactiva, já que o manual refere que a

percentagem de crianças que reconhece a rivalidade fraterna é superior à das crianças que não reconhece. Neste caso, podíamos pensar que a agressividade contra os colegas é um deslocamento da agressividade sentida em relação aos irmãos.

- Tema do “pai nutriente”

Outra temática que pareceu salientar-se pelo número de respostas “atípicas” foi a do “pai nutriente”, pois nos cartões que remetem para temas orais observámos várias crianças que descrevem a figura paterna como a que “nutre”, havendo então uma inversão de papéis entre o pai e a mãe. Assim, no cartão “mamada 1” (ver quadro 99) este tema aparece em 21.4% das crianças da amostra, no cartão “mamada 2” (ver quadro 100) aparece em 14.3%, no cartão “nascimento” (ver quadro 101) aparece em 10.7% e no cartão “Sonho Pai” (ver quadro 102) em 25% dos casos.

QUADRO 98: “Mamada 1”/ Temas

MAMADA1/TEMAS	N	%
Tema de oralidade feliz	17	60.7
Tema de oralidade frustrada ou ignorada	5	17.9
Tema agressivo	0	0
Tema do “pai nutriente”	6	21.4
TOTAL	28	100.0

QUADRO 99: “Mamada2”/Temas

MAMADA2/TEMAS	N	%
Tema de oralidade feliz sem rivalidade fraterna	15	53.6
Tema de oralidade feliz com rivalidade fraterna	6	21.4
Tema de oralidade frustrada, agressiva ou ignorada	2	7.1
Tema do “pai nutriente”	4	14.3
Tema ignorado	1	3.6
TOTAL	28	100.0

QUADRO 100: “Nascimento”/Temas

NASCIMENTO/TEMAS	N	%
Tema nascimento sem rivalidade fraterna	3	10.7
Tema nascimento com rivalidade fraterna	15	53.6
Tema de agressividade contra a mãe	1	3.6
Tema ignorado	6	21.4
Tema do “pai nutriente”	3	10.7
TOTAL	20	100

QUADRO 101: "Sonho Pai"/Temas

"SONHO PAI"/TEMAS	N	%
Tema do sonho visto como agradável	11	39.3
Tema do sonho visto como desagradável	3	10.7
Tema do ideal do Eu	3	10.7
Tema do "pai nutriente"	7	25.0
Presença efectiva do pai	3	10.7
Tema ignorado	1	3.6
TOTAL	28	100

Esta situação levanta várias hipóteses: a da relação primária com a mãe ter sido frustrante o que origina que a criança fantasie com uma figura que preencha as frustrações vividas com mãe. Neste caso, o facto de muitos pais estarem totalmente ausentes da vida dos filhos, pode levá-los a idealizar uma figura que preencha todas as suas necessidades. Outra hipótese é a do "pai nutriente" ser um equivalente à "mãe fálica", ou, de caso isso não acontecer na realidade, a criança ter uma imagem materna que inclui essas duas possibilidades: a da personagem nutriente e da personagem viril. Assim, a figura paterna seria um "duplo" da mãe. Uma terceira hipótese vai no sentido do tema desencadear uma forte culpabilidade da relação dual com a mãe, logo, a criança fazer um deslocamento da figura.

- Tema da Dependência/Independência

Nos cartões que remetem para a problemática da dependência /independência, como é o caso do cartão “Partida” (relação de dependência e angústia de separação) e do cartão “Buraco” (tema de solidão, exclusão e punição), observamos que são poucas as crianças da amostra que descrevem situações “felizes”. Assim, no cartão “partida”, isto só acontece em 32.1% dos casos e no cartão “buraco” em 7.1%. Comparativamente com o manual do teste estes valores são de 45% e 23% respectivamente, logo, superiores aos valores encontrados. Parece então que estas crianças têm dificuldade em perceber a independência e autonomia como algo positivo.

QUADRO102 : “Partida”/Temas

PARTIDA/TEMAS	N	%
Tema de partida feliz	9	32.1
Tema de partida feliz com consequências negativas	2	7.1
Tema de partida infeliz	9	32.1
Tema de fuga	8	28.6
TOTAL	28	100.0

No caso do cartão “Partida”, 32.1% das crianças da amostra vêem uma situação positiva, sendo que 32.1% descrevem uma situação negativa, sentindo o facto do PN estar sozinho como uma separação negativa ou abandono. “8.6% vêem a situação como uma fuga, ou seja, desejo de autonomia e liberdade conquistada “à força”.

Estes resultados parecem apontar para dificuldades ao nível da autonomização, sendo esta sentida pela maioria das crianças como algo negativo. Assim, parece que a independência é sentida como um abandono, havendo então uma relação de dependência marcada nestas crianças.

Por outro lado, em algumas crianças sentimos o desejo de uma independência “a todo o custo”, parecendo nestes casos que o desejo de autonomia destas crianças não é facilitado pelos pais, tendo então de ser conquistada à força. Podemos pensar nestas crianças como filhas de famílias superprotectoras, sufocantes, onde há pouco espaço para a diferença e para a autonomia.

No caso das famílias monoparentais, isto pode acontecer em situações em que a criança vivendo unicamente com a mãe, formam um “bloco”, não havendo espaço para novos investimentos, tendo a criança uma função reparadora da mãe.

QUADRO103 : “Buraco”/Temas

BURACO/TEMAS	N	%
Tema feliz	2	7.1
Tema infeliz	15	53.6
Tema de culpabilidade e punição	7	25.0
Tema de autonomia e fuga	3	10.7
Não vê tema	1	3.6
TOTAL	28	100.0

No cartão “Buraco”, 53.6% das crianças descrevem uma situação infeliz (abandono, exposição a perigos, incapacidade de ultrapassar a situação, etc.) e 25% descrevem a situação como sendo um castigo por uma falta cometida, revelando assim culpabilidade acentuada e um superego severo.

No que diz respeito à relação da criança com os pais, pareceram-nos importantes os resultados obtidos no cartão “hesitação” (tema de ambivalência, rivalidade fraterna ou exclusão, que pode remeter para o conflito entre regressão e maturação no contexto de escolha do objecto privilegiado (Boekholt, 1993)).

Em relação aos resultados obtidos no cartão “hesitação” podemos observar a seguinte distribuição em relação aos temas descritos:

QUADRO 104: “Hesitação”/Temas

HESITAÇÃO/TEMAS	N	%
Tema de exclusão	16	57.1
Tema de evitamento	10	35.7
Não vê tema	2	7.1
TOTAL	28	100.0

A maioria das crianças da amostra (57.1%) descrevem o tema como sendo um tema de exclusão. No manual do teste este valor é de 32%, logo, inferior, o que nos leva a pensar que estas crianças sentem-se excluídas do seio familiar, logo, pouco amadas e pouco envolvidas. Isto pode ser significativo de rivalidade fraterna (sentindo-se postos de parte perante os irmãos), sentimentos de serem pouco amados pelos pais e angústias mais ou menos marcadas de abandono.

Quando lhes foi perguntado com qual dos progenitores o “Pata Negra” gostaria de comer, as respostas dadas tiveram a seguinte distribuição:

QUADRO 105: “Hesitação”/Desejo de aproximação

HESITAÇÃO/ DESEJO DE APROXIMAÇÃO	N	%
Pai	13	46.4
Mãe	7	25.0
Ambivalência	6	21.4
Ninguém/outros	1	3.6
Não responde	1	3.6
TOTAL	28	100.0

Verificamos então que a maioria das crianças escolheu o “pai”, o que pode significar desejo de aproximação deste, com desejo de maturação e “corte” da relação simbiótica dual. Isto vai de encontro à hipótese dos comportamentos agressivos destas crianças terem como função “chamar” uma figura paterna que exerça as suas funções.

25% das crianças descreveram o desejo regressivo de aproximação à mãe e 21.4% não se conseguem decidir, oscilando entre o desejo de regressão e de maturação com mudança de objecto de identificação.

Em relação à identificação com as personagens do cartão, obtivemos os seguintes resultados:

QUADRO 106: “Hesitação”/Identificação

HESITAÇÃO/IDENTIFICAÇÃO	N	%
PN	12	42.9
Pai	9	32.1
Mãe	1	3.6
Branco com pai	2	7.1
Branco com mãe	3	10.7
Ninguém/outros	1	3.6
TOTAL	28	100.0

Verificamos que o número de crianças que identifica-se com o porquinho que mama da mãe é superior ao número de crianças que identifica-se com o porquinho que come com o pai. Estes valores parecem contrariar os resultados obtidos no quadro anterior, o que nos leva a pensar que estas crianças apesar da vontade de maturação e de identificação com o pai, sentem-se presas na relação dual com a mãe, talvez devido à ausência paterna vivendo presas neste sentimento de ambivalência. Parece então que estas crianças oscilam entre o desejo de maturação e de regressão, talvez devido à falta de uma figura masculina que “separe” a criança da mãe ou de relações satisfatórias que lhes dê segurança no crescimento.

- Imagos parentais

Em relação à “imagem materna” e “imagem paterna” os resultados foram obtidos através da análise dos vários cartões, tendo-se obtido as seguintes distribuições:

QUADRO 107: Imago materna

IMAGO MATERNA	N	%
Satisfatória	1	3.6
Passiva/Submissa	12	42.9
Ausente	10	35.7
Agressiva/Persecutória	2	7.1
Ambivalente	3	10.7
TOTAL	28	100.0

Nas “imagos maternas” estas são sentidas maioritariamente como “passivas/submissas” (42.8%) e “ausentes” (35.7%). Verificamos então que,

apesar de estarem fisicamente mais presentes que os pais, a sua passividade (que pode estar ligada em muitos casos a patologias como a depressão) e a sua superprotecção, são sentidas pelas crianças como um “vazio”, uma “ausência” (note-se que há uma maior número de mães consideradas ausentes(35.7%) do que pais (17.9%), quando na realidade verifica-se o contrário, o que pode significar que a ausência emocional das mães é mais sentida como sentimento de “falta”.

QUADRO 108: Imago Paterna

IMAGO PATERNA	N	%
Satisfatório	1	3.6
Passivo/Desvalorizado	11	39.3
Ausente	5	17.9
Abandónico	1	3.6
“Maternalizado”	3	10.7
Agressivo/Persecutório	3	10.7
Ambivalente	4	14.2
TOTAL	28	100.0

Quando observamos as “imagos paternas” verificamos que a maioria são sentidas como “passivos/desvalorizados” (39.7%) e como “ausentes” (17.9%). Apesar de através dos dados da entrevista muitos pais terem sido descritos como agressivos, para as crianças parece que prevalece o sentimento de vazio, descrito tanto pela passividade como pela ausência.

Se tivermos em conta que o pai, mesmo estando “fisicamente” ausente da vida das crianças pode estar presente internamente, através, por exemplo, da imagem representada no psiquismo da mãe e transmitida por esta, parece que no caso destas crianças o pai está ausente tanto na realidade

como internamente, não havendo uma “representação simbólica” deste e da sua função.

Parece então que, para as crianças da amostra, as figuras parentais são sentidas basicamente como frágeis, ausentes, pouco investidas, passivas, o que nos leva a pensar que estas crianças têm objectos internos pouco interiorizados, sentem-se desprotegidas e pouco amadas pelos pais, logo, podem manifestar através do comportamento a revolta de se sentirem pouco contidas, incompreendidas e desprotegidas.

Em relação à forma geral como o herói é visto pela criança ao longo da prova, obtivemos os seguintes resultados:

QUADRO 109: Pata Negra

PATA NEGRA	N	%
Adequado	3	10.7
Herói/mais forte	4	14.3
Vítima/submisso	14	50.0
Perseguidor/destruidor	4	14.3
Excluído da família	3	10.7
TOTAL	28	100.0

Verificamos que a maioria das crianças descreve o herói como “vítima/submisso”, podendo isso significar que têm uma visão de si próprias como vitimas, o que vai de encontro à sensação de carência afectiva encontrada anteriormente. Assim, podemos pensar que o comportamento apresentado por estas crianças é uma forma de reclamar justiça e expressar revolta perante uma ameaça, um abandono, um quadro de carência afectiva,

uma frustração ou falha sentida que anseia ser reparada. Podemos pensar na presença de angústias do tipo depressivo e persecutório nestas crianças.

O quadro seguinte vai de encontro a esta hipótese. Através de cartões que expressam aflição ou que o herói necessita de ajuda, a maioria das crianças não vê os que a rodeiam como capazes de prestar auxílio, acabando o herói na maioria das vezes por ter de resolver sozinho as dificuldades ou deixar-se sucumbir a elas. Vemos assim o sentimento de falta de apoio dos outros que estas crianças sentem, aumentando a sua carência e sensação de falha na prestação de cuidados que lhes são prestados.

QUADRO 110: Ajuda dos outros

AJUDA DOS OUTROS	N	%
Ajudam	10	35.7
Não ajudam	18	64.3
TOTAL	28	100.0

Resumo:

Através da análise das pranchas deste teste podemos observar que a maioria destas crianças possui uma visão do mundo como sendo “ameaçador e hostil”, com dificuldade em encontrar figuras protectoras e com a percepção dos outros que as rodeiam como sendo incapazes de as ajudar em situações de perigo. Estes dados levam-nos a pensar na presença de angústias persecutórias nestas crianças, com a sensação que têm de estar constantemente a proteger-se de perigos difusos que podem aparecer de qualquer lado e de não poder confiar em ninguém para as ajudar, nem para as proteger.

Estas crianças revelam conflitos que remetem para a problemática edipiana, com recalcamento do erotismo, tendo dificuldade em aceitar a exclusão e a diferença de gerações, dificuldades estas a que reagem através de mecanismos de onnipotência com “ilusão” que ocupam o lugar paterno. A par desta situação surgem sentimentos de culpabilidade edipiana, com uso de mecanismos de negação, como forma de negar a relação simbiótica dual.

Estas dificuldades podem ser acentuadas devido à ausência do pai, pois não há o confronto com o rival, nem objecto de identificação, originando por um lado, desejo de maturação, mas por outro, uma sensação de estar “preso” numa relação dual, da qual a separação e autonomia se afiguram como algo temido e inacessível. Estas crianças parecem estar então na subfase de reaproximação (Mahler), oscilando entre a segurança da relação dual e o desejo de crescer e autonomizar-se. A dificuldade em ultrapassar esta fase pode dever-se à falta de um terceiro elemento que triângule a relação e que sirva como objecto de identificação.

Em relação à agressividade, estas crianças apresentam culpabilidade acentuada em relação à agressividade contra a fratria, vivendo estes sentimentos com medo de punição. Em relação à agressividade contra os pais, estas crianças parecem dividir-se em dois grandes grupos: as que assumem sem culpabilidade esta agressividade, parecendo funcionar como

elemento estruturante, e as que a vivem com culpabilidade acentuada, negando-a (e talvez deslocando-a para outras figuras). Parecem no entanto apresentar maior culpabilidade quando a agressividade manifesta-se directamente contra o pai (apesar de a assumir), talvez por culpabilidade edipiana, medo de o afastar mais ou medo de retaliação. Esta reacção faz-nos pensar novamente nos conflitos edipianos, com desejo de atacar o “rival” com consequente culpabilidade e medo de retaliação.

Nos cartões que remetem para temas de oralidade e relação dual mãe/filho, observámos a descrição por parte de algumas crianças do tema do “pai nutriente”, ou seja, descrevem um pai com características maternas. Isto leva-nos a pensar na hipótese posta anteriormente destas crianças manifestarem, através do comportamento, a necessidade de uma figura paterna, apesar de neste caso, parecerem não estar muito certas de quais as suas funções, talvez pela falta ser tal, que não sabem qual seria o papel de um pai, caso este estivesse presente.

Em relação às “imagos” maternas e paternas, as mães parecem ser sentidas pelas crianças como sendo “passivas/submissas” e “ausentes” (apesar de anteriormente na categoria “Mãe na relação com o filho” a maioria ter sido descrita pela psicóloga como “superprotectoras”, o que nos leva a pensar mais uma vez que a superprotecção é sentida por estas crianças como uma ausência, talvez por haver uma desadequação entre os cuidados prestados e as necessidades sentidas) e os pais sentidos como “passivos/desvalorizados” e “ausentes”.

Assim, parece-nos que a agressividade surge nestas crianças como forma de reclamar uma injustiça e expressar sentimentos de revolta perante a falta de protecção e carência sentida, contra objectos sentidos como ausentes, passivos, negligentes, projectando no mundo externo a raiva e frustração sentida.

Questionários: “Child Behavior Checklist” (CBCL) e “Teacher’s Report Form ” (TRF)

Começaremos por apresentar os resultados obtidos no questionário entregue aos pais (CBCL), seguindo-se dos resultados dos questionários entregues aos professores (TRF).

O questionário foi entregue a todos os pais da amostra, sendo que 6 não o devolveram preenchido. Assim, através da análise das respostas aos questionários entregues pudemos observar a seguinte distribuição no que diz respeito ao comportamento das crianças:

QUADRO 111: CBCL / Escalas de problemas totais, internalização e externalização

ESCALAS		MÉDIA
Escala	problemas	66.55
totais		
Escala	internalização	66.27
Escala	externalização	68.18

As médias encontradas devem ser comparadas com os valores descritos no manual do teste, que variam entre 50 e 100. Verificamos então que a “Escala de externalização” tem resultados mais elevados que a “Escala de

introversão”, o que seria de esperar, tendo em conta o comportamento apresentado por estas crianças, que através do comportamento exteriorizam as suas dificuldades.

Em relação aos problemas de comportamento, obtivemos a seguinte distribuição:

QUADRO 112: “CBCL / Problemas de comportamento

ESCALAS	NÃO CLÍNICA	BORDERLINE	CLÍNICA
Introversão	13 46.4%	4 14.3%	5 17.9%
Queixas somáticas	15 53.6%	5 17.9%	2 7.1%
Ansiedade/depressão	11 39.3%	5 17.9%	6 21.4%
Socialização	12 42.9%	4 14.3%	6 21.4%
Problemas de pensamento	20 71.4%	2 7.1%	0 0%
Problemas de atenção	8 28.6%	6 21.4%	8 28.6%
Comportamento delinquente	9 32.1%	7 25.0%	6 21.4%
Comportamento agressivo	10 35.7%	1 3.6%	11 39.3%
Não entregaram questionário	6 21.4%	6 21.4%	6 21.4%

Como havíamos descrito anteriormente, os resultados obtidos no teste podem ser agrupados em três classes de acordo com a gravidade do

sintoma apresentado, sendo que os comportamentos considerados “não clínicos” são aqueles que não apresentam níveis considerados preocupantes, sendo que os comportamentos considerados “clínicos” apresentam já características patológicas clinicamente reconhecidas e o grau intermédio, “borderline” situa-se entre os comportamentos considerados “normais” e “clínicos”.

Verificamos que os resultados que se salientam como tendo uma maior percentagem de crianças no grupo “borderline” e “clínica” do que no grupo “não clínica” são os “problemas de atenção”, o “comportamento agressivo” e o “comportamento delinquente”, sendo que os problemas de “ansiedade/depressão” têm o mesmo valor nas escalas “não clínica” e na soma das escalas “clínica” e “borderline”.

Os resultados nos “comportamento agressivo” e “comportamento delinquente” vão de acordo com os resultados elevados na “escala de externalização” e com a facilidade com que estas crianças manifestam as suas dificuldades através do “agir”.

Os resultados obtidos nos problemas de atenção” leva-nos a pensar que muitas destas crianças têm dificuldade em “pensar”, elaborar, ou seja, perante um problema este é exteriorizado através do comportamento em vez de ser pensado.

Os resultados na escala de problemas de “ansiedade/depressão” vão de encontro às classificações encontradas através do CID-10, em que algumas crianças, para além dos problemas de comportamento, manifestam dificuldades emocionais, particularmente ao nível da depressão e da ansiedade. Assim, podemos pensar que o comportamento destas crianças surge também como uma forma de “agir” essas problemáticas.

Observámos também que 21.4% dos pais não entregaram o questionário, o que pode significar desinteresse em relação aos problemas dos filhos, ou

uma forma de negarem as dificuldades destes. Outra hipótese é a de não se quererem implicar no tratamento destes.

Em relação ao questionário entregue aos professores, obtivemos os seguintes valores:

QUADRO 113: TRF / Escalas de problemas totais, internalização e externalização

ESCALAS		MÉDIA
Escala problemas totais		59.89
Escala internalização		57.11
Escala externalização		65.22

Em relação às escalas de “internalização” e de “externalização” verificamos novamente um valor mais elevado na escala de externalização. Apesar da média de ambos os valores serem inferiores no TRF, a diferença encontrada entre ambas as escalas é superior. Observamos então que os pais referiram valores nas escalas de “internalização” mais elevados, o que fez com que a diferença entre ambas as escalas diminuísse. Se tivermos em conta a “escala de internalização” corresponde aos comportamentos de “introversão”, “queixas somáticas” e “ansiedade/depressão”, podemos concluir que estão mais presentes em casa do que na escola, ou que os pais estão mais “atentos” a esses sinais.

Se compararmos os valores obtidos na escala de “problemas totais” este valor será esperado, pois os pais descrevem maior número de problemas que os professores. Este facto pode dever-se aos pais conhecerem melhor os filhos, e terem mais oportunidade de observá-los, ou à escola ser mais “organizadora” para estas crianças, sendo que os problemas manifestam-se mais em casa.

QUADRO 114: TRF / Problemas de comportamento

ESCALAS	NÃO CLÍNICA	BORDERLINE	CLÍNICA
Introversão	16 57.1%	2 7.1%	0 0%
Queixas somáticas	16 57.1%	2 7.1%	0 0%
Ansiedade/depressão	14 50.0%	3 10.7%	1 3.6%
Socialização	16 57.1%	1 3.6%	1 3.6%
Problemas de pensamento	18 64.3%	0 0%	0 0%
Problemas de atenção	15 53.6%	3 10.7%	0 0%
Comportamento delinquente	11 39.3%	5 17.9%	2 7.1%
Comportamento agressivo	10 35.7%	2 7.1%	6 21.4%
Não entregaram questionário	10 35.7%	10 35.7%	10 35.7%

No caso do questionário aplicado aos professores, verificamos novamente resultados mais elevados nas escalas “borderline e “clínica” ao nível do comportamento agressivo e delinquente. Verificamos no entanto que estes valores são inferiores aos obtidos no questionário aplicado aos pais, o que revela que os pais descrevem mais comportamentos deste tipo que os professores.

Em relação aos “problemas de atenção”, verificamos também uma diferença acentuada entre a opinião dos pais e dos professores, sendo que os primeiros referem mais problemas nesta área.

Mais uma vez encontramos um grande número de casos em que os questionários não foram devolvidos. Podemos pôr a hipótese das diferenças de resultados resultarem deste factor. Não podemos deixar também de pensar na hipótese dos professores não se quererem implicar no processo, ou dos próprios pais não lhes terem entregue o questionário, mais uma vez como forma de negar a gravidade das dificuldades dos filhos.

Procurámos ver se havia alguma associação entre o resultado de ambas as escalas, mas os resultados não foram significativos, talvez devido ao baixo número de questionários entregues.

Resumo:

Através da observação e comparação dos questionários aplicados aos pais e aos professores, verificamos que tanto uns como outros descrevem um predomínio de comportamentos de externalização nestas crianças, o que vem confirmar a hipótese posta anteriormente de que estas têm tendência para exteriorizar os conflitos, “agindo” as suas dificuldades através de comportamentos agressivos, delinquentes.

Comparando a descrição dos comportamentos efectuada pelos pais e pelos professores, podemos verificar que os pais descrevem um grande número de crianças com níveis “patológicos” de comportamento agressivo, delinquente, problemas ao nível da atenção e da ansiedade/depressão, sendo estes valores mais elevados do que os apontados pelos professores.

Esta diferença pode dever-se ao facto dos pais conhecerem melhor os filhos e terem mais oportunidade para observá-los, ou ao facto da escola ser mais “organizadora” para estas crianças. Isto confirma a hipótese que as dificuldades destas crianças situam-se mais a nível familiar do que escolar.

Outra hipótese explicativa do facto dos pais associarem aos filhos mais aspectos “negativos”, descrevendo-os como mais “problemáticos”, pode se a de os pais terem expectativas demasiado altas em relação aos filhos ou uma atitude de negativismo e decepção para com estes. Estas atitudes podem ser indicadoras de falta de empatia e pouca capacidade para compreender, aceitar e integrar os comportamentos dos filhos.

Um dado em que tanto os pais como os professores “concordam” é que muitas destas crianças apresentam comportamentos de “ansiedade/depressão”, o que nos leva a pensar na existência de um fundo depressivo nestas crianças, em que o comportamento intimidante surge como forma de “agir” a depressão.

DISCUSSÃO

Nos últimos anos temos vindo a observar um aumento dos comportamentos violentos nas escolas, muitos deles com projecção mediática devido à gravidade dos actos em questão, tendo esta problemática vindo a preocupar cada vez mais os jovens, a escola, as famílias e a comunidade em geral. Sendo a escola o palco destes actos, há uma preocupação acrescida ligada ao o sentimento de insegurança e instabilidade que estes comportamentos podem provocar. Surge então a necessidade de compreender melhor o fenómeno, compreender o que se “esconde” por detrás deste comportamento, para pensar e adequar melhor as intervenções com estas criança.

Este problema parece afectar não só as crianças e a escola no presente, mas também, como mostram vários estudos longitudinais, parece haver uma ligação importante entre as condutas agressivas precoces e as condutas violentas na adolescência e na idade adulta. Assim, a intervenção precoce com estas crianças pode também prevenir o agravamento da situação no futuro.

No presente trabalho debruçamo-nos particularmente sobre os “intimidantes” procurando compreender melhor o fenómeno a partir destes. As várias teorias existentes consideram, no seu quadro explicativo, um conjunto de factores de risco que englobam, entre outros, os factores individuais, biológicos, ambientais e familiares, as práticas disciplinares e a relação entre os pares. Procurámos conhecer melhor a realidade destas crianças e reflectir sobre alguns aspectos dos factores acima mencionados de forma a que, através de um maior conhecimento da sua realidade externa e interna

possamos encontrar melhores estratégias para lidar com o fenómeno e preparar uma intervenção eficaz.

Para tal utilizámos diferentes metodologias de investigação, com o objectivo de obter uma panorâmica global destas crianças e verificar quais os factores que convergem e apoiam-se entre si. Neste capítulo tentaremos assim apresentar de forma resumida os resultados encontrados, quais os factores que nos pareceram mais pertinentes e apresentar uma proposta de intervenção com estas crianças.

A amostra foi constituída por 28 crianças do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 5 e os 11 anos, havendo no entanto uma prevalência de crianças com 7 anos de idade, que recorreram à consulta de psicologia num Centro de Saúde do Concelho Funchal. O facto de terem recorrido nesta altura pode estar relacionado com a entrada para o 1º Ciclo do Ensino Básico, onde o aumento de exigência em termos do comportamento e do cumprimento de regras de socialização pode levar a que o comportamento apresentado por estas crianças seja menos aceite e visto como mais “problemático”, o que leva a que nesta altura estas crianças sejam encaminhadas para a consulta de psicologia.

A nossa reflexão baseia-se nos dados obtidos através de uma primeira entrevista clínica e na observação realizada pela psicóloga. Em seguida recorreremos à aplicação de provas psicológicas que nos permitem obter dados acerca das capacidades intelectuais, grafo-perceptivas e de personalidade e ainda a questionários acerca do comportamento da criança entregues aos pais e professores de forma a obtermos uma visão do comportamento da crianças em casa e na escola.

As provas aplicadas foram o desenho livre, o “Teste do Desenho da Figura Humana” de H. Goodenough, o desenho do auto-retrato, o “Teste do Desenho da Família”, as “Matrizes Progressivas Coloridas de Raven – PM47”, o “Teste de Bender”, o “Teste das Relações Familiares de Bene-Anthony”, a prova projectiva para crianças “As Aventuras do Pata Negra”, o

questionário sobre o comportamento da criança para pais: "Child Behavior Checklist – CBCL" e para professores: "Teacher's Report Form – TRF", de Achenbach.

Focaremos em seguida os resultados que nos pareceram mais relevantes através das várias metodologias.

- ENTREVISTA CLÍNICA

Através da entrevista clínica realizada com o adulto que acompanhou a criança à consulta (na maioria dos casos, a mãe), obtivemos a descrição do comportamento agressivo, as características ambientais, familiares e escolares e os dados do desenvolvimento da criança. Iremos em seguida descrever os dados que nos pareceram mais relevantes.

- CARACTERIZAÇÃO DO COMPORTAMENTO AGRESSIVO

Em relação à caracterização do comportamento agressivo, encontramos uma prevalência de crianças com comportamentos considerados "pouco agressivos" e "moderadamente agressivos", havendo menos crianças consideradas "muito agressivas". A maioria apresenta agressividade física para com os colegas da escola, sendo que apenas três manifestam esse comportamento unicamente em casa.

Segundo a Classificação Diagnostica CID-10, a maioria das crianças foram inseridas na categoria "Transtorno de Conduta Socializado" (32.1%), seguindo-se de 17.9% classificadas com "Transtorno Desafiador de Oposição". Em seguida encontramos crianças com "Transtorno de Conduta restrito ao contexto familiar" e com "Transtorno de ajustamento com

perturbação mista de emoções e conduta” com 10.7% cada. Encontramos em menor número crianças com “Transtorno de Conduta Não Socializado”, “Transtorno Depressivo de Conduta”, “Outros transtornos mistos de Condutas e Emoções”, “Transtorno de ajustamento com perturbação mista de emoções e conduta” e “Transtornos específicos mistos do desenvolvimento”. Todos estes “transtornos” têm em comum a existência de um padrão repetitivo e persistente de conduta anti-social, agressiva ou desafiadora, revelando estruturas internas conflituosas com actuação afirmativa, impulsiva e violenta.

A agressividade física é mais frequente do que a agressividade verbal, o que demonstra a facilidade que estas crianças têm na “passagem ao acto” através de descargas motoras e faz-nos pensar que não encontram, através da expressão verbal ou de outra elaboração mental, forma de expressar as suas ansiedades e angustias. Há então nestas crianças uma exteriorização dos conflitos, sendo que a linguagem é um modo menos investido de expressão que o comportamento.

Os comportamentos intimidantes são descritos como tendo início em média aos 6 anos de idade (idade que coincide com a entrada para o 1º Ciclo do Ensino Básico) e são na maioria das vezes associados pelos pais a dificuldades ao nível familiar (ou seja, a família parece reconhecer que o comportamento apresentado na escola é desencadeado por dificuldades familiares, particularmente a presença de violência na família).

O facto de ser nesta fase que os comportamentos das crianças parecem tornar-se mais “preocupantes”, pode ser devido a que só nessa altura, com o aumento de regras e de obrigações, estes comportamentos passem a ser vistos como “problemáticos”, ou que estas crianças reajam mal ao aumento de regras e de responsabilidades inerentes a este nível escolar. Podemos também pensar que as educadoras têm um papel mais “maternal” e afectivo, logo, talvez consigam ser mais contentoras da agressividade, suprimindo algumas carências afectivas. Com a entrada no 1º Ciclo, o papel dos professores altera-se com a maior necessidade de cumprimento de tarefas e

regras, havendo por vezes um contacto que passa menos pelo afecto. Pode ser que essa mudança tenha causado nestas crianças um maior sentimento de desprotecção e uma maior necessidade de serem “contidas” e cuidadas.

Em relação à agressividade contra os adultos, ela é mais frequente com elementos da família, demonstrando assim uma maior contenção a nível escolar e que a escola é mais “organizadora” para estas crianças. Pode também demonstrar que o ambiente em casa é mais conflituoso, gerando por isso mais comportamentos negativos.

Estes dados fazem-nos levantar a hipótese de haver um desejo reprimido de agressão à família como forma de expressar o mal-estar sentido nas relações, sentimentos de carência ou revolta e um deslocamento dessa agressividade para com os colegas da escola (daí, as queixas de agressividade contra os colegas), ou destas crianças procurarem na escola a “contenção” que não encontram na família, exigindo então que esta tenha uma função “reparadora”.

- FAMÍLIA

Através dos dados fornecidos na entrevista clínica acerca do funcionamento familiar, salientámos alguns aspectos que nos pareceram pertinentes, como a disfuncionalidade presente em muitas destas famílias, a ausência do pai tanto física como emocionalmente na vida destas crianças, a presença frequente de elementos da família alargada a coabitar a mesma casa e o facto da maioria das crianças serem filhos únicos ou os mais velhos da fratria. Em seguida iremos analisar cada um destes factores separadamente, procurando hipóteses explicativas que os relacionem ao comportamento apresentado por estas crianças.

Verificámos que a maioria destas crianças vivem em famílias consideradas “disfuncionais” e “muito disfuncionais”, o que nos faz levantar a hipótese

destas crianças terem dificuldade de identificação com modelos saudáveis, do uso da violência como forma de comunicação ser comum no seu meio familiar e delas próprias serem vítimas ou observadoras de cenas de violência física, sendo interiorizados padrões de relação disfuncionais, recorrendo então ao uso do mecanismo de identificação com o agressor ou identificação adesiva (imitação de modelos).

Assim, podemos pôr a hipótese de que estas crianças tornaram-se agressivas porque integraram e introjectaram a violência parental como modo de funcionamento e comunicação, exteriorizando desta forma o mal-estar e as emoções que não podem ser pensadas e elaboradas, logo, só podem ser agidas. Reproduzem então aquilo a que foram submetidas, ou seja, a violência que projectam pode ser o reflexo daquela que lhes foi dirigida.

Estes resultados vão ao encontro de vários estudos realizados por Ramirez, F. (2001), que descreve as famílias das crianças agressivas como incluindo atitudes negativas entre pais e filhos e entre os pais, problemas conjugais, alcoolismo, carência de afecto, agressões familiares, entre outros.

Se tivermos em consideração que as crianças provenientes de famílias disfuncionais estão expostas a várias experiências traumáticas, sem terem habitualmente alguém que as “contenha” e “transforme”, estas ficam “acumuladas” no seu interior, logo, pouco acessíveis à elaboração mental. A agressividade seria então uma forma de “escape” das tensões, ansiedades e medos.

Segundo Winnicott (2002) este tipo de comportamentos anti-sociais são indicadores de esperança em crianças que sofreram privações ao lhes faltar certas condições essenciais da vida familiar e que tentam assim procurar outro quadro de referência fora do lar, que lhes dê estabilidade externa. Esta seria então uma forma de, perante um ambiente de “privação”, de perda de algo de bom que anteriormente tinham, pedir controle, apoio e aceitação a pessoas fortes e securizantes (neste caso, a escola).

Através dos dados fornecidos na entrevista, ambos os pais foram “classificados”, na relação que estabeleciam com os filhos, em diversas categorias, onde podemos observar que a maioria destas crianças possuem pais considerados “ausentes” (35.7%), “passivos/desvalorizados” (28.6%) e “agressivos” (25%).

É notória a ausência do pai nestas famílias, tanto física como emocional, o que nos leva a pensar em dificuldades na identificação com a figura paterna, no acesso à triangulação edipiana e na manutenção de uma relação do tipo dual com a mãe. A separação física é na maioria precoce (a média das idades aquando a separação dos pais é de 2.7 anos) o que nos leva a pensar num maior risco de quebra do vínculo pai/filho.

A figura paterna funciona como elemento de ligação entre o sistema familiar e a sociedade. Surgindo como terceiro elemento, faz ver à criança a impossibilidade da relação fusional com a mãe, dando-lhe à criança a oportunidade de conhecer novas relações, apresentando-lhe novas possibilidades de crescimento. A sua função de impor a frustração, a lei e a autoridade, permite à criança construir outras realidades, conhecer os limites de si própria e dos outros, aceitando assim as leis sociais. Assim, podemos pôr a hipótese de que a sua ausência dificulta o confronto da criança com a realidade, com os limites, com a lei e com a autoridade.

Tendo em conta que, na maioria dos casos, foi a mãe que acompanhou a criança à consulta e que nem sempre observámos o pai, a “classificação” deste na relação com o filho foi-nos transmitida pelas descrições da mãe. Assim, vemos que esta imagem é veiculada pela mãe, transmitindo-nos uma imagem negativa e desvalorizada da figura paterna.

Se pensarmos que a função paterna é veiculada por ambos os pais, logo, não é exclusivamente paterna vemos que a mãe é um elemento activo nesta tarefa, pois a presença do pai passa pelo psiquismo materno: “a mãe “carrega” no seu interior psíquico as representações do pai do seu filho, do

seu parceiro, bem como as representações do próprio pai” (Lebovici, 2004), desta forma, o pai, mesmo estando ausente, pode (e deve) estar presente na memória, no desejo e no agir da mãe, podendo então estar simbolicamente presente. Parece então que, no caso destas crianças, as mães não conseguem cumprir essa função, talvez por a relação que tiveram com o pai das crianças ter causado nelas sentimentos de abandono e amargura, levando-as a transmitir uma imagem “vazia” ou desvalorizada deste, fazendo então com que o valor simbólico da função paterna desapareça e não se oferecendo elas próprias como modelo de identificação.

Isto leva-nos a pensar que estas mães podem não transmitir unicamente uma imagem negativa da figura paterna, mas dos homens em geral, havendo uma projecção das emoções no filho do sexo masculino, levando a uma desvalorização fálica nas crianças, à denegação da importância do pai e a uma identificação com um modelo de referência negativo. Assim, estas crianças deparam-se não só com a falta de um modelo masculino de identificação, como com o facto que a identificação a este, ou o crescimento no sentido de se tornarem “homens”, desagrade a mãe. Tanto uma situação como a outra vão dificultar a ascensão a uma posição masculina heterossexual.

Outra situação é o facto do pai estar tão ausente no psiquismo da mãe, ou esta estar tão necessitada de ser reparada narcisicamente pelo abandono e maus tratos sofridos, que seja dada à criança a “função” de substituto paterno, ocupando o lugar “privilegiado” de “homem da casa”, favorecendo relações demasiado próximas e parcialmente sexualizadas (como é o caso da partilha da cama com a mãe), favorecendo mecanismos de onipotência, relações confusas e distorcidas, que acarretam angústias de castração e culpabilidade na criança.

Podemos então pensar que esta ausência do pai (tanto real como simbólica) pode favorecer a emergência de uma reactivação pulsional edipiana, provocando assim uma desordem interna e um conflito psíquico

inconsciente. A criança identifica-se com o pai ausente e a mãe torna-se um objecto demasiadamente libidinizado logo, perigoso. Assim, a mãe não funciona como um objecto protector, mas como um objecto superexcitante.

Outro factor importante é que a criança inserida numa família monoparental, neste caso, matriarcal, tem apenas um modelo de identificação à disposição. Não havendo o necessário confronto com o pai edipiano, é dificultado o processo de identificação com este. Não pode haver então mudança de objecto pois é através da figura paterna que a criança reconhece que os seus desejos incestuosos não se podem realizar, afastando-se assim da mãe e aproximando-se do pai como objecto de identificação: “A identificação deixa de ser com o objecto de desejo, para fazer-se com aquele que possui o objecto” (Lacan, cit. por Malpique, C. 1990).

Podemos pensar que estas crianças possam ter dificuldades na identificação com uma figura masculina, sendo que podemos pôr a hipótese dos comportamentos apresentados por estas crianças terem como função “chamar” o pai, para que este venha exercer a sua função paterna. Esta falta de uma figura masculina de identificação, a par dos sentimentos de que os outros não são capazes de conter as suas angústias, parecem apontar para o uso dos comportamentos agressivos como forma de apelo a um “pai” que o retire do colo materno, que cumpra as suas funções de figura protectora, - frustradora, que imponha as leis e a distância e que sirva como modelo de identificação masculina. A agressividade nestes casos teria então uma função de “chamamento”.

Bowlby (1998) descreve que as reacções mais violentas partem de crianças que não só sofreram repetidas separações, como são expostas a constantes ameaças de abandono. O autor cita Wolfenstein (1969) e Parkes (1970) que descrevem que a raiva liga-se à esperança de recuperar a pessoa perdida. Refere ainda que a raiva pode ter duas funções: auxiliar na remoção de possíveis obstáculos ao reencontro e desencorajar a pessoa a afastar-se novamente.

Winnicott (2002) refere que a criança com condutas anti-sociais mostra a necessidade de ter um pai rigoroso, severo e forte de forma a poder assim recuperar os seus impulsos primitivos de amor.

Através dos dados da entrevista e da observação clínica, as mães foram consideradas “superprotectoras” (42.9%) e “passivas/submissas” (21.4%). Podemos pensar que tanto as mães passivas como as superprotectoras podem ter dificuldades em impor a distância adequada e conter as ansiedades e angústias dos filhos, as primeiras por apatia e falta de envolvimento, as ultimas por não suportarem a separação e autonomização dos filhos.

No caso das mães consideradas “passivas/submissas” estas parecem surgir como figuras apagadas, frágeis, favorecendo os comportamentos onnipotentes dos filhos pela dificuldades que têm em se impor e em ditar regras e limites. A sua submissão perante os outros pode também levar a que não consigam impor-se e defender os filhos de possíveis agressores ou situações de risco. Esta imagem de fragilidade pode transmitir também a imagem de um mundo hostil, perante o qual não há defesa possível nem forma de o enfrentar.

No caso das mães consideradas “superprotectoras”, podemos por a hipótese que estas evitam frustrar os filhos, antecipando-se a todas as necessidades destes, incapacitando-os de pensar e reforçando excessivamente a sua onnipotência na vigência do “princípio do prazer”.

Bowlby (1998) descreve os sentimentos de desagrado, medo e desespero expressos por algumas crianças superdependentes em relação às mães, focando igualmente situações em que há uma inversão dos papéis normais de pais e filhos, sendo exigido às crianças que cuidem dos pais. Neste caso, seriam os pais os superdependentes. No caso destas crianças, este mecanismo pode ser favorecido pela ausência do pai ou pela má relação deste com a mãe, originando sentimentos de carência e abandono nas mães, passando a criança a ter um papel equilibrante e protector perante os

conflitos. Assim, as mães tornam-se “superdependentes” dos filhos levando-os a ter uma função reparadora.

A agressividade poderia então funcionar como tentativa de separação da mãe, sendo uma forma de estas crianças mostrarem que são “fortes” e autônomas, capazes de se defenderem sozinhas do perigo. Seria uma forma de através da força, quebrarem ou negarem o laço simbiótico que as une às mães.

Podemos então pensar que tanto as mães “passivas” como as “superprotectoras” estabelecem com os filhos relações narcísicas, sentindo-os como posse sua e induzindo-os a funcionar como um complemento narcísico delas próprias. Assim, por um lado não compreendem as necessidades afectivas dos filhos e por outro não suportam os seus movimentos de autonomia, fazendo com que estes desempenhem uma função reparadora ou que sejam transformados em objectos de satisfação erótica e afirmação fálica da mãe. Este mecanismo pode ser favorecido pela dificuldade que podem ter em construir (ou reconstruir) a sua vida conjugal e dificuldade em fazer novos investimentos noutras áreas, fomentando este tipo de relacionamento simbiótico com os filhos, fazendo-os preencher as suas próprias necessidades.

Outro aspecto, é que ambas podem ter dificuldades não só em fomentar o crescimento e autonomização dos filhos, como também em reforça-los narcisicamente, na sua necessidade de se afirmarem como rapazes, valorizando-os no seu crescimento, com as características de poder e afirmação necessárias ao reforço da sua identidade. Fruto de investimentos narcísicos, estas crianças parecem sentir que lhes é dado um papel que não é o seu, com uma função de reparação ou de suplemento narcísico da mãe.

Para Philippe Jeammet (cit. por Tyrode, Y.; Bourcet, S., 2002) a violência é uma resposta a uma ameaça sobre a identidade do sujeito. A necessidade do objecto faz-se sentir tanto quanto a necessidade de se afastar dele, sendo que a violência tem então como função negar ou destruir o laço com o

objecto. Desta forma, a violência permite salvar a imagem do sujeito, aniquilando o laço com o objecto. Mostra então pela violência que pode separar-se, ser diferente do outro e que consegue controlar o rumo dos acontecimentos.

Para Coimbra de Matos a agressividade pode funcionar como “um mecanismo de defesa contra os impulsos incestuosos (...). Quanto mais forte é a ligação edipiana, mais poderosas terão de ser as forças que o Eu lhes vai opor (...)” (2002, p. 57)

As passagens ao acto podem ter assim como função escapar do paradoxo de precisar dos objectos, mas precisar ao mesmo tempo pô-los à distância por serem demasiado sexuais (Tyrode, Y.; Bourcet, S., 2002) ou demasiado frustrantes. Estas crianças parecem ter dificuldades em encontrar uma distância adequada com as mães, sendo as relações sentidas ou como demasiado próximas ou como distantes, oscilando assim entre movimentos de autonomia e de regressão.

Os resultados mostraram que as crianças com maior grau de agressividade têm maioritariamente mães “superprotectoras” e as crianças com grau de agressividade média têm maioritariamente mães “ausentes”. Assim, apesar da ausência materna poder provocar maior carência afectiva e maior sofrimento, talvez estas crianças reajam a esta falta de outras maneiras que não o aumento da agressividade, parecendo então que é no caso das crianças filhas de mães “superprotectoras” que surge a maior “necessidade” de recorrer a condutas agressivas mais graves, o que está de acordo com a hipótese destes comportamentos terem função de separação materna ou surgirem como forma de negar essa mesma dependência.

Os resultados apontam também para o facto dos pais “ausentes” estarem associados a mães “superprotectoras” e dos pais “passivos/desvalorizados” estarem associados a mães “ausentes” ou “passivas/desvalorizadas”. Podemos dividir então as crianças em dois grupos: um primeiro em que a ausência do pai (real e simbólica) favoreceu a relação dual mãe/filho

originando uma relação de superprotecção materna e exclusão da figura paterna ou até porque as próprias mães possam ter procurado essa situação, não deixando “espaço” para uma figura paterna; e um segundo grupo pautado pela falta de relações emocionais e figuras parentais “apagadas” e pouco presentes na vida emocional destas crianças, talvez por estarem mais voltados para outras dificuldades.

Muitas destas crianças vivem com a mãe e com a família alargada, ou com ambos os pais e a família alargada, sendo então a sua presença relevante na estruturação familiar destas crianças. Este factor poderia ser “organizador”, na medida em que há mais figuras masculinas que poderiam compensar a ausência do pai, e mais figuras de referência e/ou protectoras, mas isso parece não acontecer, pois na avaliação psicológica (Teste do Desenho da Figura Humana, Teste das Relações Familiares e nas “Aventuras do Pata Negra”) domina a ausência de contenção, de distância entre gerações, de diferença entre os sexos e dificuldades no estabelecimento de estatutos e papéis. Assim, parece-nos que a família alargada não é suficientemente “contentora”, “organizadora”, nem consegue compensar as faltas sentidas.

O nível de dependência dos pais à família de origem pode também traduzir a necessidade de dependência destas mães, que pode estender-se à relação que estabelecem com os filhos, dificultando o seu processo de autonomia.

Em relação à fratria, estas crianças são predominantemente filhos únicos ou filhos mais velhos. Podemos pensar que estes tenham mais tendência para adoptar comportamentos de onipotência e agressividade, pois talvez envolvem-se mais nos conflitos familiares, sendo-lhes dado mais frequentemente um “papel” de reparador e/ou conciliador e defensor da mãe em caso de conflitos. Nos casos em que o pai está ausente ou apresenta-se como uma figura desvitalizada e desvalorizada pela mãe, estas crianças podem tender a comportar-se (ou serem levadas a comportar-se) como o “homem da casa”, preenchendo um papel que não é o seu.

Outra hipótese explicativa é a de que, em relação aos filhos mais velhos, sentimentos de rivalidade fraterna estejam a ser deslocados para os pares. Em relação aos filhos únicos, se tivermos em conta a grande percentagem de casais separados na amostra e de relações conflituosas, talvez estes envolvam-se numa relação mais próxima com os pais, sem o contrapeso equilibrante dos irmãos, o que leva a que sejam “sobrecarregados” com os sentimentos positivos e negativos dos progenitores, funcionando como elementos “estabilizadores” nos conflitos.

Estes dados levam-nos a pensar na instabilidade dos papéis e representações familiares que acentuam a ambivalência, com implicação precoce das crianças na vida dos adultos, criando alianças com um dos membros do casal (normalmente com as mães), gerando dificuldade em reconhecer os diferentes papéis, gerações e sexos.

- SONO E CONTROLE ESFINTERIANO

Em relação a estes factores, salienta-se o grande número de crianças que dormem acompanhadas por adultos (53.6%) e a presença frequente de enurese nocturna (42.9%).

Em relação ao dormir acompanhado, podemos pensar que muitos partilham o quarto com os pais ou, tendo em conta a ausência frequente do pai, muitas destas crianças dormem acompanhadas com a mãe na cama. Ambas as situações podem funcionar como soluções encontradas pelos pais para “compensar” os filhos pelas dificuldades diárias, uma forma de lidar com os conflitos conjugais ou uma forma das mães superarem a ferida narcísica de abandono “substituindo” o marido pelo filho no leito conjugal. Estas situações parecem então apontar para uma função reparadora e “anti-depressiva” das crianças.

Outro factor que pode conduzir a este fenómeno é a coabitação na mesma casa de muitas pessoas, originando falta de espaço físico sendo a solução encontrada a partilha da cama com os progenitores.

De acordo com T. Ferreira (2002), esta “confusão de espaços”, a ausência de um “espaço privado reservado à construção de um íntimo” origina confusão de gerações, falta de limites e censuras, perturbações no pensamento e regressão do Eu, levando ao predomínio de “fantasias de onipotência”, de poder e controlo sobre os pais, negando a sua pequenez face à idealização do adulto. Diz ainda que “a criança que ocupa o espaço de um dos pais na cama do casal não vive o confronto com o seu rival edipiano” (p. 37)

Desta forma, os comportamentos agressivos apresentados podem ser uma reacção a estas ligações sexualizadas e culpabilizantes, procurando alguém que se interponha e imponha a “distância” adequada (normalmente, uma figura paterna).

No que diz respeito à enurese nocturna, de acordo João dos Santos (cit. por Branco, M.E.C. (2000)), há um recalque do erotismo, relacionado com a cena primitiva. Assim, podemos pensar que nestas crianças não há uma fronteira nítida entre a sua vida íntima e a dos adultos, tanto por partilharem o quarto com estes, como pela sensação que têm de substituir o pai na sua ausência. Há aspectos ligados ao erotismo que não conseguem elaborar, dificultando o acesso a uma vida interna através do pensamento e da fantasia, recorrendo assim a sintomas como a enurese e a agressividade.

Segundo Schmit (in Houzel, D., Emmanuelli, M. & Moggio, F. 2004) a aprendizagem da limpeza implica a criança renunciar a certos prazeres. Esta renúncia pode ser ao desejo de crescer, a uma imagem valorizada de si própria, à rivalidade fraterna ou à identificação com o pai. No caso destas crianças, a ausência do pai e a relação próxima com a mãe pode levar à permanência de desejos regressivos de ser cuidado pela mãe (em que o asseio tem um papel importante) e à noção que crescer significa ser

“homem”, identificando-se com o pai, logo, devido ao excesso de proximidade com a mãe, “ocupar” o lugar deste, tornando-se seu rival. Esta relação pode trazer consigo culpabilidade e medo de retaliação, podendo as tendências regressivas servir para evita-la.

Isto leva-nos a pensar que estas crianças oscilam entre o desejo de crescer e de afirmar a sua genitalidade, mostrando através do seu comportamento que são “independentes”, “fortes”, “poderosos” e “temíveis”, capazes de enfrentar os rivais, e o desejo de conservar prazeres regressivos e continuar a serem cuidados pela mãe, evitando assim os “perigos” a que o crescimento os expõe.

Para Corman (1961), a permanência prolongada no quarto dos pais pode ser responsável pela persistência da enurese noturna, representando um equivalente inconsciente do acto sexual.

Parece então que estas crianças têm uma função reparadora na vida dos pais, havendo falta de limites entre o mundo dos adultos e o mundo das crianças. Assim, parecem ter dificuldade em reconhecer os limites, recorrendo a fantasias de onnipotência para ter a ilusão que não há diferença de gerações, logo, tendo uma função de “substituto paterno”, função esta que pode ser estimulada pela mãe, de forma a superar a sua ferida narcísica de abandono. Esta relação erotizada parece provocar sentimentos de culpabilidade e medo de retaliação, havendo então um recalçamento do erotismo e recurso a mecanismos regressivos. O comportamento intimidante pode, neste caso, servir para mostrar que é independente e autónomo, negando a relação dual.

Apesar dos casos de encoprese aparecerem em menor número (14.3%), podemos pensar que tanto a enurese e a encoprese têm como função uma descarga agressiva, que não encontra uma forma de se expressar sem ser através do corpo.

- FACTORES ESCOLARES

Em relação aos factores escolares, verificamos que estas crianças situam-se na sua maioria no nível adequado à sua idade, não se salientando nenhum factor específico relacionado com o aproveitamento escolar, adaptação escolar e socialização. Assim, o único dado que parece salientar-se a este nível é a entrada “tardia” destas crianças na escola, tendo a maioria entrado directamente para o ensino pré-escolar, o que nos faz pensar numa relação única e simbiótica com a figura materna, exposição prolongada às situações directamente relacionadas com a disfunção familiar característica nestas crianças, e atraso na aquisição de competências sociais com os pares.

Esta entrada “tardia” para a escola (no fundo, para o meio social, para uma maior independência da família e novos investimentos) vem reforçar a ideia de dificuldade na promoção da autonomia das crianças por parte das famílias (especialmente das mães), sendo fomentada uma relação simbiótica dual, visto que a escola poderia servir como um meio simbólico de triangulação da relação, através de um investimento em novas relações, submissão às regras sociais, confronto com as necessidades dos outros, fazendo-os assim renunciar à onnipotência.

- OBSERVAÇÃO CLÍNICA

Ao longo da primeira entrevista, bem como das sessões de avaliação e devolução da mesma, tivemos oportunidade de observar tanto a criança como o adulto que a acompanhou. Assim, procurámos perceber como se relacionavam com a psicóloga, parecendo-nos ser um bom indicador do tipo de relação que estabeleciam com os outros.

Procurámos então ver como era a relação que o adulto que acompanhava a criança estabelecia com a psicóloga. No entanto, como a maioria das crianças foi à consulta de psicologia acompanhada pelas mães, iremos nos debruçar apenas sobre o tipo de relação que estas estabeleceram com a mesma. O facto de não observarmos o pai originou uma “lacuna” na visão global da família, parecendo-nos que teria sido importante a sua maior participação no processo.

Assim, a maioria das mães estabeleceram uma relação considerada “adequada” (32.1%), seguindo-se uma relação considerada “dependente/submissa” (21.4%) e “deprimida/culpabilizada” (14.3%). Podemos então pensar em mães com dificuldade em impor-se (tanto perante os filhos como com outros adultos). Se tivermos em conta o número de famílias disfuncionais da amostra, podemos pensar que estas mães não conseguem impor-se para defender a criança perante elementos agressivos e violentos, preferindo submeter-se aos outros mesmo que isso implique expor a criança a perigos. Se pensarmos que a maioria vive com família alargada, estas mães podem ter dificuldade em impor o seu papel, talvez deixando que outros tomem as decisões e submetendo-se facilmente a elas. Transmitem então uma imagem de fragilidade, submissão e imaturidade.

Estas mães parecem igualmente possuir traços depressivos mais ou menos acentuados, o que pode levar a que favoreçam uma função reparadora nos filhos havendo uma inversão de papéis (o filho surgiria como cuidador e protector da mãe), e/ou fazendo com que estes ocupem o lugar de “chefe da casa”, fomentando assim o sentimento de onipotência com sensação de ocuparem o lugar paterno. Estes mecanismos favorecem a confusão de papéis, de diferenças de gerações e de sexos.

Do ponto de vista da relação que as crianças estabeleceram com a psicóloga, a maioria foi considerada “inibida/ansiosa” (39.3%) seguindo-se de “adequada” (25%). O número de crianças que apresentaram comportamentos agressivos/ provocatórios com esta foi reduzido, o que mostra que a modalidade dominante em relação ao outro é feita por uma

reserva mais ou menos distante. Esta forma de relação pode demonstrar que sentem o mundo exterior e os novos contextos como causadores de ansiedade, sendo que a agressividade pode ser uma forma de lidarem com essa mesma ansiedade. O outro não parece surgir para estas crianças como alguém "confiável", causando uma sensação de desconfiança e desconforto.

Estes dados parecem apontar para ansiedades do tipo persecutório e depressivas nestas crianças, optando por uma atitude de inibição para evitar ataques do exterior e para proteger o objecto da sua agressividade.

- AVALIAÇÃO COGNITIVA E GRAFO-PERCEPTIVA

Para avaliar as competências cognitivas e grafo-perceptivas destas crianças, utilizámos as Matrizes Progressivas Coloridas de Raven, o Teste de Bender, o Teste do Desenho da Figura Humana e o desenho auto-retrato (cotado segundo as normas de Goodenough).

Verificamos que na sua maioria, estas crianças não apresentam dificuldades a nível intelectual e a nível grafo-perceptivo. No entanto, em provas com características mais projectivas, como o desenho, investem pouco na tarefa, obtendo resultados abaixo das suas capacidades. Assim, o Teste do Desenho da Figura Humana não pareceu medir as capacidades reais destas crianças, tendo o seu desempenho talvez sido afectado pela ansiedade que causou.

A comparação entre o Desenho da Figura Humana e o Auto-retrato mostrou-nos um menor investimento neste último, o que nos leva a pensar numa baixa auto-estima, pouco investimento em si próprios. Por outro lado, as figuras representadas no auto-retrato são maiores, o que nos leva a pensar que estas dificuldades são compensadas por mecanismos maníacos de onnipotência.

Estas figuras pequenas, pouco investidas, pode levar-nos a pensar na utilização de mecanismos de controle obsessivo (actuando como contenção da confusão e da desintegração), de isolamento (mantendo uma distância extrema em relação ao mundo externo e anestesia afectiva) e inibição (defendendo-se assim das ansiedades persecutórias e depressivas).

- PROVAS PROJECTIVAS

Nas provas projectivas damos especial ênfase às relações familiares, utilizando para isso vários instrumentos: temos por um lado as provas projectivas propriamente ditas, como o Desenho da Família Imaginada e “As Aventuras do Pata Negra” e por outro lado temos o “Teste das Relações familiares de Bene-Anthony” que é uma prova mais “objectiva” e quantificável, que se debruça sobre a família real da criança. Procuramos com estes três instrumentos verificar se os vários resultados obtidos convergem e perceber como a família é percebida por estas crianças e como são as vivências e as relações no interior da mesma.

- TESTE DO DESENHO DA FAMÍLIA

A análise dos desenhos da família imaginada revela imaturidade emocional, com dificuldade no reconhecimento da diferença entre os sexos e as gerações por um grande número de crianças. A hipótese destas crianças terem dificuldade em reconhecer a diferença de gerações já tinha sido posta anteriormente, quando perante a grande percentagem de crianças que dormiam acompanhadas por adultos, pensamos no facto de terem um papel de substituto paterno, havendo então uma negação da diferença de gerações, e um recurso a mecanismos de onipotência, como defesa contra os sentimentos de exclusão.

Isto pode significar que estão numa fase anterior do desenvolvimento, com dificuldades em aceder à triangulação edipiana, o que por sua vez vai dificultar o acesso à noção de diferenças entre os sexos e as gerações. Outra hipótese é a de que estas crianças estejam, através do seu comportamento, à procura de uma figura com características mais primitivas, sendo que esta preocupação pode impedir o acesso a preocupações mais edipianas.

Notamos mais uma vez a utilização de mecanismos de onipotência quando observamos a imagem de si próprios no desenho da família, onde parecem oscilar entre uma imagem desvalorizada e uma imagem grandiosa, mostrando assim o uso de mecanismos de onipotência para compensar uma sensação de inferioridade e sentimentos de exclusão. Este mecanismo compensatório foi já observado no desenho do auto-retrato, em que um investimento fraco em si próprio é compensado por uma imagem compensada através do tamanho.

Salienta-se também o uso de mecanismos de defesa como a negação (das dificuldades, servindo para manter uma visão da família idealizada) e a regressão (procurando talvez regressar a uma fase menos conflituosa e mais protegida).

Em relação aos restantes elementos da família, notamos uma desvalorização das figuras parentais, parecendo indicar uma ausência de bons objectos e de figuras privilegiadas. Podemos pôr então a hipótese que o comportamento agressivo pode ter como função exprimir o mal-estar na relação com os pais (e que esta manifesta-se através do mecanismo de deslocamento na agressividade contra os pares).

Paralelamente, encontramos um desejo de aproximação à figura paterna, o que nos leva a pensar mais uma vez na função de "chamamento" dos comportamentos agressivos, mostrando assim a necessidade de uma figura

masculina que proteja, contenha as ansiedades e sirva de modelo de identificação.

O maior número de desenhos em que a figura materna está excluída e a figura paterna está presente, faz-nos pensar também na necessidade que estas crianças têm de negar a dependência e a relação dual que têm com a mãe, talvez devido à culpabilidade que esta relação acarreta e como tentativa de afirmação. Assim, os comportamentos intimidantes poderão ser também uma forma de agir a culpabilidade edipiana e afirmarem-se como seres independentes. Parece então que oscilam entre o desejo de uma figura paterna e uma forte ligação à mãe vivida com culpabilidade.

A exclusão de si próprio do desenho (visível em 25% dos casos) vai de encontro à hipótese posta anteriormente, de haver confusão de papéis, lugares pouco definidos, parecendo que estas crianças não conseguem encontrar o seu lugar dentro da família, ou então esta ser mais uma manifestação da culpabilidade sentida, preferindo excluir-se.

Apesar da maioria das crianças viver com elementos da família alargada, estes só surgem em 25% dos desenhos, o que nos remete para a hipótese levantada anteriormente que estes elementos não surgem como figuras contentoras, securizantes e privilegiadas na vida destas crianças.

Encontramos também indício de rivalidade fraterna, o que vai de encontro à hipótese posta anteriormente de que a agressão contra os pares é um deslocamento de sentimentos negativos mais culpabilizantes (como é caso dos pais e irmãos). Talvez por os pais não terem aceite os sentimentos de rivalidade e ciúmes "normais" contra os irmãos, estes tenham sido "redireccionados" para os pares.

- DESENHO LIVRE

Em relação ao desenho livre, é notória a dificuldade que estas crianças têm ao nível da simbolização e da fantasia, realizando desenhos organizados graficamente, mas pobres ao nível do conteúdo, do tema e dos elementos representados. A maioria dos desenhos remete para uma temática considerada “neutra” (50%). Parecem recorrer assim a mecanismos de retraimento ou isolamento para defenderem-se dos sentimentos de vazio ou do caos externo e interno, numa tentativa de controlo do mundo que as rodeia.

Tal como já tínhamos visto no “Teste do Desenho da Figura Humana”, estas crianças parecem ter tendência para produções empobrecidas, vazias, frias, sem expressão de afecto ainda que organizados em termos gráficos. Podemos aqui pensar na utilização de defesas de controlo onipotente e isolamento, mecanismos estes que servem para conter a confusão e o caos, mantendo a necessidade de distância em relação ao mundo externo e a anestesia afectiva. Estes mecanismos teriam então por finalidade preservar o objecto da própria agressão e o ego do sofrimento que implica aceitar a ambivalência (dissociando assim o vínculo do amor e o vínculo agressivo).

Podemos também pensar em mecanismos de inibição perante ansiedades persecutórias e depressivas, tendo assim como objectivo evitar ataques retaliatórios e proteger o objecto da agressividade. As actividades simbólicas destas crianças parecem ser então marcadas por inibição e isolamento, parecendo que para lidar com sentimentos de tristeza e ansiedade recorrem à distância afectiva. Nestas crianças não há distúrbios de pensamento visíveis, mas parece haver um empobrecimento deste, perceptível através da falta de criatividade e capacidade simbólica.

Esta dificuldade talvez explique a facilidade com que passam ao acto, não conseguindo então expressar emoções e sentimentos sem ser através da acção motora. Ao transformar o pensamento numa coisa concreta, não há espaço para a fantasia, não conseguem transformar e reorganizar as emoções, não encontrando assim outra forma de expressar a agressividade sem ser pela descarga motora.

Em 28.6% das crianças o desenho remete para um tema agressivo, o que nos leva a pensar que algumas conseguem projectar e representar emoções e o mal estar sentido, sendo então este mecanismo considerado mais saudável.

Winnicott (2002) diz que “uma opção mais madura para o comportamento agressivo é a criança sonhar” (2000, p. 106). Se estas crianças conseguissem através do sonho, do brincar ou de outra actividade criativa canalizar essas forças agressivas, talvez não precisassem de projectá-las no mundo externo, e conseguissem aproveitá-las para a “tarefa de viver, amar, brincar e (finalmente) trabalhar” (Winnicott, 2002, p. 108)

- TESTE DAS RELAÇÕES FAMILIARES

Este teste parece ter causado ansiedade a estas crianças, levando-as a recorrer a mecanismos de negação e de deslocamento. Isto talvez mostre que quando as tarefas são directamente relacionadas com a realidade, estas crianças têm dificuldade em aceita-la, recorrendo a mecanismos que lhes permitam “camuflar” essa mesma realidade. Na prova projectiva “As Aventuras do Pata Negra” não notamos tantas resistências, talvez por não remeter para uma situação “real”.

Os resultados da análise das respostas a este teste vão de encontro aos encontrados no Desenho da Família Imaginada e às hipóteses colocadas através dos dados fornecidos na entrevista clínica. Assim, encontramos mais

uma vez dificuldades na relação com os pais, originando sentimentos de carência afectiva e rejeição. As relações estabelecidas parecem pautadas por ausência de trocas afectivas (tanto positivas como negativas), falta de envolvimento emocional e indiferença. Demonstram então estabelecer vínculos emocionais fracos com os elementos da família e possuírem poucas identificações com estes. Parecem não ter incorporado bons objectos.

Parece haver a necessidade de uma figura paterna positiva. Encontramos então dificuldade em reconhecer afectos negativos pelo pai (se pensarmos que em muitas situações este está ausente e/ou é agressivo, tal seria de esperar) talvez por medo de o afastar mais, ou por medo de retaliação.

Encontramos também dados que nos fazem novamente pensar em sentimentos de culpabilidade na relação com a mãe, havendo dificuldade em reconhecer afectos positivos por ela. Talvez os resultados “pobres” em afectos para com a mãe tenham a ver com esta mesma culpabilidade, negando assim a existência de uma relação próxima com esta.

Há também por parte destas crianças dificuldade em aceitar os sentimentos negativos para com os outros, tentando dar uma imagem de que dentro deles não há afectos negativos. Assim, talvez projectem estes afectos para o exterior, associando-os aos outros.

Os resultados obtidos levam-nos a pensar em angústias depressivas, com sentimentos de não serem suficientemente amados pelos outros. Parece então que não dão afectos porque também não se sentem alvo dos afectos dos outros, levando-os a criar um “vazio relacional”.

Tal como já tínhamos observado, estas crianças parecem procurar nos elementos da família alargada apoio e compensação pela falta sentida. No entanto, parece que os laços estabelecidos com esses elementos não são suficientemente fortes, nem conseguem compensar a carência afectiva, parecendo então que a família alargada é pouco contentora das ansiedades.

A maioria das crianças aponta para um grande número de respostas em “superprotecção materna” e “indulgência excessiva materna e paterna” em relação a si próprias. Isto vai de encontro aos dados encontrados na entrevista clínica, na qual a maioria das mães foram consideradas “superprotectoras”. Em relação ao pai, não temos dados da entrevista que nos permitam ver se são excessivamente indulgentes, mas, tendo em conta que a maioria está ausente, este resultado pode apontar para um “desejo” das crianças. O excesso de indulgência pode também significar dificuldade em impor regras e limites.

Estes dados parecem mostrar que estas mães “investem” exageradamente em alguns aspectos, mas que não conseguem dar à criança a sensação de estarem envolvidas numa relação afectiva forte. Podemos pensar num investimento narcísico por parte destas mães, não conseguindo compensar assim as necessidades dos filhos.

- PROVA PROJECTIVA “AS AVENTURAS DO PATA NEGRA”

Na análise da prova projectiva “As Aventuras do Pata Negra” salientam-se vários factores que nos parecem importantes para compreender melhor o funcionamento interno destas crianças. Assim, denota-se uma visão do mundo como sendo “ameaçador e hostil”, sentindo que em caso de dificuldades não podem contar com ninguém por falta de capacidade dos adultos para os ajudar, logo, só podem contar consigo próprios. Têm então a percepção que vivem num mundo em que falha a confiança básica, com poucas expectativas de viverem experiências positivas e que têm de proteger-se constantemente de ataques e ameaças.

Isto parece ser um indicador de angústias depressivas, descritas através de sentimentos de exclusão, incompreensão, isolamento, desamparo e de

angústias persecutórias com a sensação que têm de estar constantemente a proteger-se de ameaças, sendo que o mundo externo afigura-se como perigoso. Esta atitude vai de encontro à que encontramos através da observação clínica, uma atitude inibida por parte destas crianças, como se conhecer o outro implicasse sempre uma certa “margem” de defesa.

Estas crianças revelaram conflitos nos temas que remetem para a sexualidade (problemática edipiana), com a identificação sexual e função paterna, com a autonomia/dependência e com a agressividade.

Em relação aos cartões que remetem para a problemática edipiana, encontramos recalçamento do erotismo e dificuldade em aceitar a exclusão e a diferença de gerações, logo, apresentam dificuldades em aceder à triangulação edipiana. Tal como já havíamos visto anteriormente no “Teste do Desenho da Figura Humana”, no “Desenho do Auto-retrato” e no “Teste do Desenho da Família”, recorrem ao uso de mecanismos de onipotência com sensação que ocupam o lugar paterno.

O uso deste mecanismo acaba por causar sentimentos de culpabilidade edipiana, recorrendo então à censura, como forma de negar a relação simbiótica dual (como já havíamos visto no “Teste do Desenho da Família”)

Estas hipóteses já haviam sido colocadas anteriormente, a partir dos dados da entrevista clínica, em que o facto da figura paterna estar muitas vezes ausente à partida permite-nos pensar que nestas crianças não há confronto com o rival edipiano, nem objecto de identificação, originando por um lado, a realização do desejo de “posse da mãe”, realização esta que acarreta culpabilidade. Por outro lado, a permanência numa relação dual impede o amadurecimento emocional e a identificação a um modelo masculino. Parecem então oscilar entre o desejo de uma relação dual e o desejo de amadurecimento, com maior autonomização e separação da mãe e aproximação do pai.

Encontramos indícios que nos levam a pensar em dificuldades de identificação com uma figura masculina (hipótese esta que já tinha sido levantada devido à ausência do pai) e confusão nos papéis sexuais, dificuldades estas visíveis na presença do tema do “pai nutriente”, e em identificações com a figura materna. Estas dificuldades podem surgir não só pelos motivos já indicados (ausência do pai real e simbólico, não presente também no psiquismo da mãe e falta de figuras masculinas de identificação) como também pelo facto da figura paterna ser vista como um “duplo” da mãe, sendo que esta representa este duplo papel de “mãe fálica”, detentora de todos os poderes, não havendo diferenciação entre os diferentes papéis.

Perante estas dificuldades de identificação com um modelo masculino, podemos pensar no comportamento intimidante como forma de reagir contra a identificação feminina, mostrando assim que são “homens”: fortes e poderosos.

Notamos que os movimentos de independência são sentidos com culpabilidade e como algo perigoso ou, por outro lado, como um mecanismo de fuga (logo, não aceite pelos adultos). Em relação aos sentimentos de culpabilidade, estes parecem provir da excessiva dependência da mãe e do tipo de relação estabelecida com esta, cumprindo os filhos uma função de complemento narcísico das mães. O facto das mães promoverem uma relação do tipo simbiótico, sem inclusão (real ou simbólica) de terceiros, leva a que seja fomentada esta dependência.

O facto da independência ser sentida como algo perigoso, remete para angústias persecutórias nestas crianças, pelas quais o mundo é visto como “ameaçador e hostil”, logo, sentem que o mundo fora da segurança da relação dual é algo perigoso. A não introjecção de uma relação satisfatória com a mãe (bom objecto interno) e o facto desta aparecer como “objecto único” faz com que permaneçam activas estas angústias.

Para algumas crianças a independência surge como uma forma de “fuga”, o que nos leva às hipóteses anteriormente colocadas destas crianças

sentirem-se “presas” nesta relação dual, sentindo necessidade de fugir, o que não significa autonomizar-se e separar-se, pois o vínculo com a mãe persiste, não conseguindo escapar aos movimentos regressivos.

Estes dados parecem mostrar as dificuldades que estas crianças sentem no crescimento e autonomização, o que nos leva a concluir que apresentam perturbações ao nível da separação/individualização (Mahler), mais precisamente na subfase de reaproximação, pois parecem oscilar entre o desejo de autonomia (defendida pela agressividade) e a ansiedade de separação (com desejo de união à mãe simbiótica).

Em relação à agressividade, estas crianças demonstram sentimentos de culpabilidade acentuada em relação à agressividade contra a fratria, vivendo estes sentimentos com medo de punição. Segundo Corman (1995), a rivalidade fraterna é menos culpabilizante que a rivalidade edípica, logo, apresenta-se no teste mais abertamente, funcionando por vezes como “cobertura” da rivalidade edipiana.

Quando esta agressividade é dirigida contra os pais, as respostas dividem as crianças em dois grupos: um primeiro grupo que a assume abertamente, sem culpabilidade, parecendo que esta funciona como estruturante, e um segundo grupo que nega-a ou desloca-a para outras figuras, demonstrando assim culpabilidade acentuada em relação à manifestação desta contra os pais e um maior recalcamento desta. Possivelmente as crianças deste segundo grupo são aquelas que só manifestam a agressividade na escola, utilizando então o mecanismo de deslocamento para os pares, enquanto os outros manifestam igualmente comportamentos agressivos em casa (logo, erram menos os “alvos”).

Em relação à culpabilidade apresentada perante reacções agressivas contra os pais, estas crianças parecem apresentar maior culpabilidade quando a agressividade manifesta-se directamente contra o pai, o que talvez aconteça por culpabilidade relacionada com sentimentos que tenham sido a causa de

afastamento deste ou por medo de o afastar mais com o seu comportamento.

Parece então que estas crianças reconhecem a agressividade contra o pai, (talvez por se identificarem à mãe na relação conflituosa com o pai), mas sentem-se culpados por esta mesma agressão, talvez por medo de retaliação ou medo de o afastar mais. No teste das relações familiares vimos que estas crianças tinham dificuldade em aceitar sentimentos negativos para com o pai. Aqui não acontece, talvez por não remeter directamente para a família real.

Parece no entanto, que a temática da agressividade é melhor aceite do que as temáticas ligadas à sexualidade e à relação edipiana, o que nos leva a pensar que a agressividade serve como forma mais aceite por estas crianças de expressar as dificuldades ligadas à sexualidade.

Em relação às “imagos” maternas e paternas, as mães parecem ser sentidas pelas crianças como sendo “passivas/submissas” (42.9%) e “ausente (35.7%)” e os pais sentidos como “passivos/desvalorizados” (39.3%) e “ausentes” (17.9%). Estes resultados parecem demonstrar a não existência de objectos internos suficientemente estáveis (a ausência e a passividade destes é notória), de objectos internos inconstantes, pouco investidos, sem capacidade de contenção, frágeis e passivos, o que pode provocar sentimentos de depressão, compensada pela agressividade e comportamentos de onipotência. Este vazio afectivo e falta de contenção das angústias e ansiedades leva-nos a pensar na agressividade como uma reacção à frustração, uma forma de expressar a sua revolta contra a desprotecção, carência e procura no ambiente externo de contenção.

Debruçando-nos sobre as “imagos maternas”, os resultados encontrados levam-nos a pôr a hipótese de que estas mães possuem pouca capacidade de “rêverie” (Bion), não conseguindo conter as angústias dos filhos, assim como os seus desejos, demandas e ataques agressivos, reagindo a estas com comportamentos retaliatórios ou sucumbindo à depressão, originando

na criança sentimentos de ódio decorrentes da frustração de não serem contidas e compreendidas, deixando-as imersas num sentimento de “terror sem nome”, tornando-se assim um objecto de identificação-rejeição projectiva, tornando a experiência do seu filho sem sentido.

É curioso observarmos que através dos dados da entrevista e da observação clínica, muitos pais são considerados “agressivos” e muitas mães consideradas “superprotectoras”. Parece então que para estas crianças estas características são “atenuadas” desaparecem por completo, sendo muito mais saliente no seu interior a ausência e a passividade destas figuras face às suas necessidades.

Parece-nos que estas crianças apresentam um quadro de carência afectiva, sentindo-se desamparadas, desprotegidas e vítimas constantes. Este factor é visível na visão que têm do “herói” do teste que é descrito como “vítima/submisso”, havendo assim uma clara identificação a esta personagem, e à percepção que os adultos que o rodeiam não o ajudam em caso de dificuldade. O comportamento apresentado por estas crianças parece ser uma forma de reagir à frustração de relações objectais sentidas como insatisfatórias, pedindo ao mundo externo que as contenha e repare, fugindo assim à depressão.

-“CHILD BEHAVIOR CHECKLIST” (CBCL) E “TEACHER’S REPORT FORM” (TRF) DE ACHENBACH

Através dos questionários sobre o comportamento das crianças confirmámos a hipótese posta anteriormente, que estas crianças têm tendência para exteriorizar os conflitos, reagindo a estes através de comportamentos agressivos, delinquentes e através de dificuldades de atenção. Tal como tínhamos visto através dos desenhos, a falta de capacidade simbólica destas crianças parece fazer com que “ajam” as suas dificuldades, exteriorizando-as.

Parece então que estas crianças não conseguem “guardar” dentro de si os sentimentos negativos, pensando e transformando-os. Há uma necessidade de “expulsa-los”, projectando-os para o mundo exterior, procurando assim alguém que os contenha e os transforme.

As diferenças encontradas entre as respostas dadas pelos pais e pelos professores, apesar de não serem significativas (talvez devido ao baixo número de questionários devolvidos), não deixam de ser curiosas. Assim, nos questionários aplicados aos pais (CBCL), encontramos um grande número de crianças com níveis “patológicos” de comportamento agressivo, delinquente, problemas ao nível da atenção e da ansiedade/depressão.

Comparando os resultados encontrados nos questionários, verificamos que os pais apontam mais crianças com níveis “patológicos” de comportamentos relacionados com a “ansiedade/ depressão”, “socialização”, “problemas de atenção”, “comportamento delinquente” e “comportamento agressivo”, sendo os números descritos pelos professores muito inferiores.”

Estas diferenças podem ter vários significados, entre eles o facto das crianças manifestarem mais comportamentos tidos como problemáticos em casa (sendo então a escola mais contentora das ansiedades e a família o principal “alvo” destes comportamentos). Também podemos pensar que perante um mesmo de comportamento, os pais associam mais aspectos negativos, vendo-o como mais problemático do que os restantes adultos, que talvez os aceitem como “normais”. Neste caso, estaríamos diante de expectativas demasiado altas dos pais em relação aos comportamentos dos filhos, “hipervalorizando” os aspectos negativos ou dando uma conotação negativa às suas atitudes, o que pode ser indicador de falta de empatia, negativismo e pouca capacidade de compreender, aceitar e integrar os comportamentos dos filhos.

Vemos que tanto os pais como os professores “concordam” que muitas destas crianças que apresentam comportamentos de “ansiedade/depressão” - o que vai de encontro aos dados obtidos através dos outros instrumentos - ou seja, apresentam um fundo depressivo, marcado por sentimentos de vazio, abandono e desprotecção. Como já tínhamos visto anteriormente, os seus comportamentos agressivos podem ser então uma reacção a esta sensação de “falta”, sendo uma forma de “agir” a depressão.

Discussão Geral

Podemos concluir que a maioria das crianças da amostra provêm de ambientes pautados por relações familiares perturbadas. Através da entrevista clínica verificamos a existência de famílias disfuncionais, tanto ao nível social (com casos de violência e alcoolismo, separações frequentes, abandono, coabitação de muitos elementos, etc.) como emocional.

Este envolvimento em relações violentas pode ser significativo de famílias que investem na demonstração de poder através da força física, havendo um reforço parental a este tipo de comportamentos. Estas crianças podem então não possuir modelos de resolução de conflitos sem ser através da força física e da manipulação. Sendo muitas delas vítimas deste tipo de comportamentos, podemos estar perante o mecanismo de identificação ao agressor. Nestas famílias pode também acontecer que a masculinidade esteja associada a características como a violência física e verbal e a intimidação dos outros por estes meios.

Perante a disfuncionalidade familiar, podemos pensar na exposição destas crianças a variados traumatismos impostos pelo mundo exterior, muitas vezes mantidos de forma continuada ao longo do seu desenvolvimento. Não possuindo defesas nem “instrumentos” eficazes para lidar com os mesmos, recorrem a saídas patológicas para lidar com o sofrimento.

Verificámos também que muitas destas crianças vivem em famílias numerosas, sendo frequente a presença de elementos da família alargada. Poderíamos pensar que perante esta realidade, a presença da família alargada poderia surgir como um factor “reparador” destas dificuldades. Verificamos no “Teste das Relações Familiares” que os elementos da família alargada estão presentes muitas vezes e é estabelecido com estas trocas afectivas. Apesar disso, não aparecem como figuras com maior envolvimento emocional com as crianças na maioria dos casos. Parece

então haver relações emocionais fracas com estas pessoas e falta de figuras privilegiadas na vida destas crianças.

Podemos também pensar que em famílias disfuncionais, a presença de elementos da família alargada pode funcionar como factor negativo, se pensarmos num aumento de figuras violentas, de conflitos entre os diferentes elementos e que a presença de muitos adultos pode causar uma maior inconsistência das regras, diluição de papéis e desresponsabilização dos diferentes elementos nos cuidados à criança.

Em relação à fratria, havíamos levantado a hipótese através da entrevista inicial, da existência de sentimentos de rivalidade fraterna, visto uma grande percentagem de crianças serem os mais velhos da fratria. Esta hipótese parece ser confirmada no “Teste do Desenho da Família”, e nas “Aventuras do Pata Negra”. O “Teste das Relações Familiares”, apesar de remeter para a família real, não surgiu como um bom indicador da relação entre os irmãos, indicando apenas que não há trocas afectivas relevantes (nem positivas, nem negativas) com os mesmos.

O facto destas crianças serem maioritariamente as mais velhas da fratria ou filhos únicos pode ser revelador de uma tendência para envolverem-se mais na patologia dos pais e nos conflitos do casal (inclusive, em casos de violência doméstica terem o papel de mediação do conflito) e em caso de ausência do pai, “ocuparem” mais facilmente o lugar deste, originando uma ligação mais erotizada com a mãe e consequentemente mais culpabilidade edipiana.

Encontrámos nestas crianças situações familiares diferentes, mas que acabam por ter pontos em comum. De forma a sistematizar os resultados encontrados no que respeita às relações familiares, dividimos estas crianças em três grandes grupos, como podemos observar no quadro abaixo:

QUADRO 114 : Divisão das crianças em grupos de acordo com as relações familiares

Pais e filhos com falta de envolvimento afectivo	Pais superprotectores	Pai ausente	Outros	TOTAL
14	4	7	3	28
50%	14.3%	25%	10.7%	100%

No grupo designado por “pais e filhos com falta de envolvimento afectivo” (14 crianças) situam-se as crianças cujas relações são caracterizadas por falta de envolvimento e distância emocional, tanto devido à passividade e indiferença dos pais, como a situações de disfuncionalidade familiar grave (alcoolismo, maus tratos, rejeição, abandono), independentemente dos pais estarem juntos ou separados. Este grupo apresenta assim uma patologia mais “pesada”, situada a um nível mais precoce do desenvolvimento, causando nas crianças a falta de bons objectos internos, sendo o seu mundo interno sentido como vazio, inseguro, imprevisível, com angústias de abandono e sentimentos de desamparo.

As experiências relacionais destas crianças são pobres, confusas ou distorcidas, logo, pouco gratificantes. Estas, por sua vez, sentem-se frequentemente indesejadas, ignoradas ou rejeitadas, não encontrando espaço nem no mundo interno nem externo dos pais.

Nestes casos, os pais não compreendem as necessidades afectivas dos filhos, não há introjecção de uma relação satisfatória (bom objecto interno), permanecendo activas angústias persecutórias. A criança continua assim muito dependente da figura materna, porque ainda não desenvolveu a

confiança necessária aos movimentos de autonomia, mantendo-se num estado de “desamparo”.

No grupo designado por “pais superprotectores” (4 crianças) encontramos as crianças provenientes de famílias em que ambos os pais controlam demasiado a criança, estimulam pouco a autonomia, sendo que a relação afectiva passa essencialmente pela extrema preocupação e prestação de cuidados e pela não frustração do desejo da criança. Nestas crianças os actos agressivos são muitas vezes desvalorizados pelos pais, havendo falta de regras e limites. Como estes pais vêem o filho como frágil e imaturo, culpam muitos vezes o exterior pelos acontecimentos (a escola, os colegas, a professora, etc.) desresponsabilizando-os dos actos, o que acaba por fomentar sentimentos de onipotência (esta desresponsabilização pode explicar o número inferior de crianças pertencentes a este grupo em relação às restantes, pois por culparem o exterior, não se implicam no problema).

Por outro lado, também não reconhecem nelas necessidades de crescimento e autonomização, nem facilitam o relacionamento com pessoas externas ao grupo restrito familiar. Oferecem-se assim como “figuras únicas”, procurando manter a criança dependente, transmitindo assim uma ideia de que as restantes relações são supérfluas ou desnecessárias.

A falta de frustração e submissão ao “princípio do prazer” faz com que não haja confronto com a autoridade, ou seja, não há um representante da lei e da ordem, simbolizada pelo papel do pai. Não havendo este “confronto de poderes” entre o desejo da criança e a “lei do pai”, evita-se o conflito, desviando-o do objecto principal. Isto leva a que por um lado, a criança não reconheça o conflito e desloque para outras figuras a violência reprimida, por outro lado, a falta de limites, referências e protecção face à sua vontade, leva a que não reconheça a vontade e o desejo dos outros (Olivier C., 2002).

Apesar da figura paterna estar presente na vida destas crianças, aparece “fundida” com a figura materna, havendo então nestas crianças, (tal como nas dos outros grupos), falta de uma figura que desempenhe as funções

paternas. Isto pode também acontecer por a mãe desejar estar sozinha nesta função, negando ou excluindo a função paterna, ou por o pai ser realmente uma figura frágil e submissa.

A superprotecção parece ser sentida pelas crianças como uma desvalorização e de certa forma um “desencaixe” entre as suas necessidades e os cuidados que lhes são fornecidos, sendo a criança um prolongamento narcísico dos pais, sem vida autónoma, logo, há uma desvalorização da sua identidade, tendo assim características comuns com os dois outros grupos.

De acordo com Olivier (2002), os pais que evitam qualquer conflito ou manifestação de raiva ou agressividade nos filhos, evitando assim frustrá-los, obrigam o recalcamento destes sentimentos, mantendo-os dentro de si próprios. Isso origina que por um lado a criança não compreenda a diferença de opiniões, mantendo-se num registo onipotente. Por outro lado, a criança que sente os pais como demasiado frágeis, não conseguindo encontrar espaço para o confronto saudável, vai redireccionar esta agressividade para outros alvos.

No grupo designado por “pai ausente” (7 crianças) encontramos as crianças provenientes de famílias em que a ausência paterna (tanto real como simbólica) favorece uma relação mãe/filho simbiótica. Podemos pensar que a ausência do pai origina várias dificuldades, entre elas a falta de um elemento que retire a criança do colo materno, favorecendo assim a relação dual, a falta de um modelo masculino de identificação e de uma figura de imponha regras e limites, favorecendo a autonomização e a entrada na vida social pautada por regras.

Nestes casos parece que a mãe não consegue incluir a função simbólica do pai na relação, porque apesar de poder estar ausente fisicamente, poderia estar presente no interior da mãe, funcionando esta como elemento activo na triangulação. Talvez devido à relação com o pai da criança ter causado na mãe sentimentos de abandono e/ou ressentimento, esta não consiga

transmitir uma imagem positiva deste aos filhos. A função simbólica do pai desaparece pois não consegue ser veiculada pela mãe, o que leva à permanência da relação dual. Assim, estas crianças parecem “presas” nesta relação com a mãe, havendo uma reactivação pulsional edipiana. Parecem identificar-se com o pai ausente sendo que a mãe torna-se um objecto demasiadamente libidinizado.

Este mecanismo é facilitado pela falta de limites que encontramos entre o mundo dos adultos e o mundo das crianças, havendo uma inserção da criança na intimidade dos pais e sendo-lhe muitas vezes atribuída uma função reparadora. Há falta de noção da diferença de gerações e reforço dos mecanismos de onnipotência da criança, dando-lhe a ilusão que funciona como substituto paterno. Esta situação acaba por originar uma forte culpabilidade edipiana e/ou culpabilidade relacionada com a saída do pai, com medo de retaliação.

No grupo designado por “outros” (3 crianças) não foi possível inserir as crianças em nenhum dos grupos anteriores.

As crianças destes três grupos possuem então características comuns, salientando-se a ausência do valor simbólico do pai, tanto por estar ausente física e/ou emocionalmente, como por estar ausente no psiquismo da mãe. Desta forma, a imagem que estas crianças têm da figura paterna é uma imagem desvalorizada e/ou negativa.

Assim, a função paterna de elemento frustrante, interditor, que impõe a lei e a ordem e triangula a relação, surgindo como modelo de identificação masculino, não é cumprida, nem é facilitada à criança outra figura que cumpra essa função (elemento da família alargada, padrasto, instituição, etc.).

No caso das crianças pertencentes ao grupo “pais e filhos com falta de envolvimento afectivo”, esta ausência acentua a inexistência de bons objectos, originando na criança sensação de “falta”, desamparo e ausência

de bases seguras de apoio. No caso das crianças dos outros dois grupos, a falta de uma figura paterna (que cumpra as suas funções), origina principalmente dificuldades ao nível do conflito edipiano e da identificação com um modelo masculino.

Não há assim rivalidade com o pai edipiano, pois mesmo nas famílias em que este está presente é visto como uma figura apagada e desvalorizada pela mãe e pela criança, logo, não surge como um terceiro elemento na relação mãe/filho. Desta forma, o conflito é reprimido por não se poder expressar (pela ausência do rival, ou por este ser demasiado frágil e “apagado”) e deslocado para outros objectos (como é o caso da escola). Devido à falta de limites e referências face à sua vontade, têm também dificuldade em reconhecer que os outros têm vontade própria, mantendo-se num registo onnipotente.

A ausência do pai facilita a manutenção de uma relação mãe/filho simbiótica. Estas crianças defendem-se então usando o comportamento intimidante como forma de negar a relação dual ou como forma a “alargar” os laços que as unem às mães, tentando então dar uma imagem que são “fortes” e “independentes”.

Por vezes parecem também recorrer a comportamentos regressivos, que também podem ter como função negar o conflito edipiano, levando-os a permanecer numa relação infantil de dependência dos cuidados maternos.

Parecem então oscilar entre o desejo de autonomia (que implicaria um modelo masculino e incentivo da mãe para a conquista da mesma), que lhes daria a sensação de serem “homens”, e a dependência à figura materna (com a ausência de conflitos daí inerente, mas conseguida à custa da desvalorização do papel do pai e da perda de autonomia). No caso das crianças do grupo “pais e filhos com falta de envolvimento afectivo” a dependência à figura materna afigura-se como uma forma de procurarem receber o afecto que lhes falta, para conseguirem as bases seguras necessárias à conquista da autonomia.

A falta de uma figura masculina de identificação faz com que a mãe afigure-se como único modelo de identificação disponível. Não há mudança de objecto de identificação, necessária à formação da identidade. Esta dificuldade é visível nas identificações à mãe no teste do “Pata Negra” e na falta de noção da diferença entre os sexos e gerações salientes no “desenho da família”. A figura paterna ao retirar a exclusividade da relação da criança com a mãe surge como elemento frustrante, fazendo com que a criança renuncie à posse do objecto. Isto leva a que a criança aceite a realidade, os limites e a lei social. É esta situação triangular que gera a diferença, consolidando a identidade sexual. Nestas crianças este processo está dificultado, havendo uma perturbação no processo de identificação e escolha objectal.

Estas crianças parecem ter como modelo de identificação masculino uma figura paterna agressiva ou “indistinta” da figura materna ou ainda uma figura ausente e desvalorizada. Assim, os comportamentos apresentados por estas crianças podem surgir como um modelo de identificação a uma figura violenta ou como rejeição a uma identificação feminina, mostrando assim que têm características associadas habitualmente ao sexo masculino.

Não só a ausência física ou psíquica do pai acarreta dificuldades ao nível da identidade e identificação masculina, como também a imagem negativa que as mães possivelmente transmitem aos filhos sobre o sexo masculino pode dificultar este processo. Assim, talvez devido a experiências pessoais dolorosas com os companheiros ou com outras figuras masculinas de referência, estas mães podem ter tendência a limitar, denegar ou denegrir a imagem do pai das crianças ou dos homens em geral, projectando nos filhos do sexo masculino essa imagem. Assim, não só faz com que as crianças se identifiquem a um modelo masculino exclusivamente negativo, como desvalorizam-nas narcisicamente na sua masculinidade, originando um “núcleo depressivo fálico” (Ferreira, T., 2002), ou seja, uma insuficiência do próprio valor ligada ao sexo.

No caso das mães, estas parecem ter em comum aspectos como a falta de função de “continência” (ou seja, dificuldade em acolher, transformar e devolver ao filho as identificações projectivas dele devidamente desintoxicadas). Em algumas, o excesso de passividade que revelam faz com que sejam introjectadas pela criança como uma figura frágil ou desvalorizada, podendo originar sentimentos de culpabilidade ou onnipotência (Zimerman, 1999).

No caso das crianças do grupo “pais e filhos com falta de envolvimento afectivo”, a indiferença das mães faz com que estas ignorem os sentimentos das crianças, logo, não os compreendem, nem contêm, deixando-as num estado de desamparo (Zimerman, 1999).

As mães das crianças pertencentes aos grupos dos “pais superprotectores” e do “pai ausente” podem, por um lado, ser ansiosas, manipulando exageradamente os filhos, devolvendo-lhes assim as ansiedades projectadas acrescidas às dela própria. Por outro lado, as mães com tendência a estabelecerem com os filhos relações narcísicas, para além de não conseguir ser continentes, trocam de papéis com os filhos, transformando-os em continentes delas próprias. As mães das crianças dos três grupos parecem ter também dificuldades em gerir a sua ausência e presença. Assim, as mães das crianças do grupo “pais e filhos com falta de envolvimento afectivo” podem ser consideradas demasiadamente ausentes, sendo que algumas das mães dos outros grupos estão demasiado presentes, ou seja, afiguram-se como “objectos únicos”.

Esta situação está relacionada com o facto das mães destas crianças terem dificuldade em aceitar a autonomia e independência dos filhos, não facilitando a entrada de “terceiros” na relação, particularmente a entrada de um pai valorizado, fomentando assim uma relação dual.

As dificuldades na capacidade de “rêverie” geram falta de empatia pelas necessidades dos filhos o que, na situação acima descrita, pode significar um não reconhecimento das necessidades de autonomização dos filhos.

Esta falta de empatia pode também manifestar-se no não reconhecimento das necessidades básicas de afecto da criança e na incompreensão do seu comportamento, não o vendo como uma forma de comunicação.

Esta falta de empatia pode, em alguns casos, estar relacionada com uma relação estabelecida do tipo narcísico, em que as mães sentem os filhos como “uma posse sua, dentro do seu projecto inconsciente de “gestação interna”. Pode acontecer, portanto, que a mãe tenha uma necessidade vital do seu filho e o induza a funcionar como sendo o seu complemento sexual e narcísico, ou ambos” (Zimerman, D. 1999, p. 108). Assim, as necessidades da mãe estão em primeiro lugar em relação às necessidades da criança, que por sua vez são ignoradas.

No caso das mães dos três grupos, muitas delas parecem ter um funcionamento depressivo com sentimentos de abandono e carência, o que pode facilitar o relacionamento narcísico acima descrito. Se juntarmos a isso o facto de fomentarem a relação dual com os filhos, podemos pensar que fomentam um vínculo simbiótico, de forma a sentirem-se apoiadas e acompanhadas.

Outra função em que parecem ter dificuldade é a de frustrar adequadamente, ocorrendo esta em graus extremos. Podemos assim supor que as mães das crianças do grupo “pais e filhos com falta de envolvimento afectivo” frustram por excesso e de forma inadequada. As restantes, podem ter tendência para evitar a frustração, mantendo as crianças num registo onnipotente.

Algumas destas mães parecem ter também dificuldades em “sobreviver” aos ataques destrutivos dos filhos, retaliando ou deprimindo. Isto pode ser visto através da comparação dos questionários entregues aos pais e professores, onde pareceu-nos que as mães tendem a interpretar o comportamentos dos filhos como mais negativo e mais agressivo do que a realidade. A imagem de fragilidade passada então por estas mães, através da sua passividade ou da tentativa de evitar situações de conflito e confronto com as crianças, pode

fazer com que estas sintam que têm de evitar o confronto e redireccionar para outros objectos.

Uma das funções da mãe é a de favorecer a formação no psiquismo da criança de representações valorizadas e admiradas, tanto das crianças como dos próprios pais (Zimmerman, D. 1999). No caso destas mães, podemos pensar que algumas podem ter dificuldade em valorizar os filhos, tanto na sua masculinidade (talvez devido a experiências negativas com os companheiros e com o próprio pai, sendo esta a imagem que passam aos filhos tanto do próprio pai como dos homens em geral) como na imagem que têm do próprio filho (pois ao valorizarem os comportamentos regressivos que mantêm a relação dual, fazem com que a criança tenha uma representação de si próprio como frágil e dependente).

Este último aspecto liga-se directamente à dificuldade em reconhecer as capacidades da criança, pois o não reconhecimento de uma identidade própria nestas, de vontades próprias e das suas necessidades (independentes da dos pais), faz com que as capacidades apresentadas por elas, que divergem das expectativas dos pais, sejam desvalorizadas. Assim, por exemplo, as capacidades de autonomia e de afirmação, por serem vistas pelas mães como negativas, não são reconhecidas e valorizadas.

A imagem de fragilidade materna e a falta de figuras masculinas interiorizadas por estas, faz com que não sirvam de modelos de identificação dos filhos, originando nestes uma falta de bons objectos internos.

Em relação às características internas destas crianças, encontramos traços comuns, mais uma vez com pesos diferentes nos três grupos, sendo que nas crianças pertencentes ao grupo "pais e filhos com falta de envolvimento afectivo", por apresentarem dificuldades situadas a um nível mais precoce do desenvolvimento, logo, mais "pesadas" do ponto de vista psicopatológico.

Verificamos a presença de angústias depressivas nestas crianças, (descritas através de sentimentos de desamparo, incompreensão,

isolamento e rejeição e por falta de esperança em relação à capacidade dos outros para a ajudar) a par de angústias persecutórias (com sensação que o mundo exterior apresenta-se como ameaçador e que não podem confiar em ninguém para os ajudar), angustias estas que não foram elaboradas devido à noção de uma relação primária sentida como insatisfatória.

Segundo Balier (cit. por Tyrode, Y.; Bourcet, S., 2002) certos comportamentos violentos poderiam explicar-se pela impossibilidade do sujeito interiorizar o objecto externo original (mãe ou seu substituto) por este estar ausente ou ser demasiado excitante. A fragilidade narcísica sentida por estas crianças acontece devido a um objecto pouco interiorizado, que ameaça apagar-se todo o tempo. Assim, para se defender, a criança sente que tem de dominar o objecto externo, usando para isso o comportamento violento, suprimindo assim a angústia de separação.

“A fragilidade narcísica do sujeito é tal que, para manter a coesão do seu Ego, está condenado a exhibir permanentemente a onipotência que exerce sobre os objectos externos” (Tyrode, Y. Bourcet, S., 2002, p. 63). Este mecanismo de negar a sua fragilidade narcísica através de mecanismo de onipotência foi encontrado nos desenhos da figura humana, nos do auto-retrato e nos desenhos da família.

Entre os vários mecanismos de defesa que recorrem, encontramos frequentemente o uso da projecção, projectando nos outros partes negativas de si próprio. Parece que estas crianças internalizaram imagens parentais negativas associadas com sentimentos negativos, que reúnem-se formando um auto-conceito negativo com baixa auto-estima. Estas representações negativas tendem a ser projectadas para o mundo externo, fazendo com que a criança perceba os outros como se percebe a si mesma. (Kernberg, P.; Chazan, S. 1993).

Note-se que nas crianças do grupo “pais e filhos com falta de envolvimento afectivo” e do grupo das crianças com “pai ausente”, encontramos situações

de pais violentos, podendo haver recurso ao mecanismo de identificação ao agressor.

Parece também que para lidarem com o sentimento de inferioridade e desprotecção, utilizam mecanismos como a negação e a onipotência. Mostram desta forma que são fortes, temíveis, “afastando” assim possíveis agressores. A utilização destes mecanismos leva à negação da diferença de gerações, à sensação que ocupam o lugar do pai, ou que dele não precisam. Pode ser também uma forma de lidarem com o medo de retaliação, devido à culpabilidade pela relação próxima com a mãe ou pelo afastamento deste.

No entanto, apesar da sensação de grandeza e independência que dão estes mecanismos, a carência sentida por estas crianças, a culpabilidade e a dificuldade em separar-se da mãe leva a que recorram também a mecanismos de regressão.

Encontramos também nestas crianças dificuldades ao nível da capacidade de simbolização e fantasia sendo que a linguagem não surge como modo privilegiado para expressar sentimentos, causando um empobrecimento ao nível do pensamento e pouca capacidade para elaborar emoções, levando-as a recorrer à “actuação” como forma de agir as emoções dolorosas.

Estas crianças encontram-se num impasse em relação ao seu crescimento: por um lado procuram na relação dual o conforto e a protecção que lhes dá segurança, por outro lado esta escolha traz culpabilidade e impede-as de crescer. Há então nestas crianças uma perturbação ao nível da subfase da reaproximação (Mahler), oscilando entre o desejo de autonomia e a angustia de separação. Para ultrapassar esta fase, falta nas crianças do grupo dos “pais superprotectores” e do “pai ausente” uma figura masculina que sirva de modelo de identificação e de terceiro elemento na relação mãe/filho, ajudando a maior autonomização. No caso das crianças do grupo “pais e filhos com falta de envolvimento afectivo”, a falta de bons objectos internos impede-as de autonomizar-se.

Nestas crianças, os comportamentos “intimidantes” parecem ter várias funções, com diferentes “pesos” nos três grupos. Pode ser então uma reacção às faltas e injustiças sentidas no ambiente, uma rejeição a uma identificação feminina, uma forma de “chamamento” de uma figura que cumpra as funções paternas, uma forma de quebrar ou negar a relação dual com a mãe. Pode ainda surgir como movimento de afirmação de identidade ou como defesa contra possíveis agressores. Descreveremos em seguida cada uma destas funções.

Os comportamentos apresentados por estas crianças parecem então pedir uma reparação, alguém que preencha o vazio e contenha as angustias. Esta teoria foi defendida por Winnicott (2000) que diz que através da tendência anti-social a criança obriga alguém a encarregar-se dela, logo, representa um sinal de esperança, a esperança que alguém no ambiente lhe dê segurança. Isto talvez explique o porquê dos comportamentos intimidantes aparecerem no contexto escolar, procurando assim que a escola exerça uma função reparadora e contentora.

Assim, a agressividade pode ser vista como uma reacção à frustração, à ausência de relações objectais satisfatórias, uma forma de pedir reparação das injustiças ou do sadismo de que foi ou acreditou ser vítima. A emergência dos comportamentos agressivos surge como forma de fugir à depressão provocada pela desilusão pelo objecto sentido como “ausente” e “vazio”. O agir violento seria então também uma forma de preencher o vazio, de expressar a frustração de não serem sentidos e percebidos.

Esta falta de um ambiente familiar continente das ansiedades, cria nas crianças sentimentos de solidão, injustiça, raiva. A agressividade surge então como “uma tentativa de exorcizar experiências penosas, infantis, através da liturgia da morte, expressão desesperada sado-masoquista do olho por olho, dente por dente” (Cordeiro, D., 2002, p. 52).

Assim, nos três grupos o comportamento apresentado pode surgir como um modo de através do agir exprimir a dor e o mal-estar de se sentirem

excluídos, abandonados e incompreendidos, afastando-se assim desses sentimentos dolorosos, sentimentos estes expressos no meio envolvente (escola).

Podemos também pensar que, através do comportamento intimidatório, estas crianças procuram não só um ambiente que contenha as suas angústias e preencha as falhas, mas este pode ter também uma função de “chamamento” de uma figura paterna para que esta venha cumprir as suas funções. Esta função parece estar presente nas crianças dos três grupos, pois, mesmo as que têm o pai presente fisicamente, este não cumpre a sua função ou por indiferença e negligência ou por estar “fundido” com a figura materna.

Winnicott refere este mecanismo descrevendo que estas crianças demonstram a necessidade de “um pai rigoroso e severo, que proteja a mãe quando ela é encontrada. O pai rigoroso que a criança evoca também pode ser amoroso, mas deve ser, antes de tudo, severo e forte. Somente quando a figura paterna rigorosa e forte está em evidência, a criança pode recuperar os seus impulsos primitivos de amor, seus sentimentos de culpa e seu desejo de corrigir-se” (2002, p.131).

Perante uma relação dual com a mãe, da qual é difícil autonomizar-se, com dificuldade na inclusão de um terceiro elemento, os comportamentos apresentados podem ter, nas crianças dos três grupos, função de negar a dependência, sendo que no grupo dos “pais e filhos com falta de envolvimento afectivo” seria a negação da dependência a maus objectos e nos outros dois grupos a negação da dependência de relações sentidas como demasiado próximas e culpabilizantes, procurando desta forma “alargar” os laços que têm com as mães.

Perante uma imagem desvalorizada de si próprios, vendo-se como frágeis e expostos a possíveis agressores, o comportamento intimidante nestas crianças pode ter como função contrariar esta imagem, através do seu oposto, escondendo assim a sua fragilidade, dissuadindo deste modo os

agressores. Esta função de defesa contra possíveis agressores pode estar relacionada com a culpabilidade edipiana e com a angústia de castração, principalmente nas crianças que, através dos mecanismos de negação e onipotência e da relação simbiótica com a mãe, sentem que ocupam o lugar do pai.

Devido à fragilidade narcísica sentida, uma outra função do comportamento intimidante pode ser a de afirmação de identidade, reagindo assim à falta de reconhecimento desta. Principalmente nas crianças em que não é reconhecida a sua individualidade, as suas necessidades, funcionando como um prolongamento narcísico dos pais, estes comportamentos podem ter como objectivo afirmar a sua identidade e mostrar que são diferentes.

Concluindo, estas crianças apresentam dificuldades ao nível da triangulação edipiana, devido a uma ausência do pai e do que ele simbolicamente representa (o apoio da mãe, a autoridade, os limites e o terceiro elemento na relação mãe-filho) originando nestas dificuldade de identificação com uma figura masculina, dependência afectiva e excessiva proximidade com a mãe e conflitualidade subsequente.

Os comportamentos intimidantes teriam assim como função uma afirmação excessiva de masculinidade, afirmação da identidade, dissuasão de possíveis agressores, tentativa de independência e afastamento da relação simbiótica com a mãe e procura no ambiente de alguém que auxilie nestas tarefas, exercendo uma função simbolicamente paterna.

INTERVENÇÃO

De acordo com os resultados obtidos, a nossa intervenção centrou-se fundamentalmente no apoio à criança e à sua família. Assim, a maioria das crianças da amostra continuaram o acompanhamento psicológico no Centro de Saúde da área de residência, tendo algumas delas sido igualmente reencaminhadas para apoio psicopedagógico, “actividades de tempos livres” e actividades desportivas.

Com as actividades de tempos livres (ATLs, Escuteiros, actividades de férias) e desportivas pretendeu-se procurar ambientes que favorecessem a socialização com outras crianças num contexto diferente da escola, que auxiliassem o uso da fantasia e de actividades sublimatórias, lhes dessem a conhecer outros adultos que pudessem surgir como objectos saudáveis de identificação, que favorecessem uma maior autonomização e independência da família de origem, revelando ambientes diferentes dos encontrados em casa e que aumentassem nestas crianças o sentimento de competência pessoal.

No caso de famílias onde foi evidenciado maus-tratos, violência e suspeita de abuso sexual, estas foram encaminhadas para a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens. A algumas famílias foi proposto que integrassem tratamentos de recuperação do alcoolismo, locais para apoio a vítimas de violência doméstica, etc. sendo encaminhados pela assistente social.

Em relação à escola, após a autorização dos pais, foram entregues relatórios de avaliação psicológica às professoras, tendo em alguns casos sido efectuados contactos telefónicos com as mesmas com o intuito de trocar impressões e “traduzir” o comportamento apresentado pelas crianças, dando-lhe um significado de forma que a escola pudesse, ao compreender melhor a problemática, agir em conformidade. Assim, procurou-se um espaço de troca de informações, onde as questões foram abordadas e compreendidas.

Procurámos sensibilizar a escola para o estabelecimento de uma estrutura securizante, previsível e firme. Isto passou por pensarmos em castigos “adequados” para as faltas cometidas, já que muitas vezes os métodos usados eram a suspensão escolar, ou as “expulsões” da sala de aula, o que vem reforçar às crianças a ideia que a escola não é suficientemente forte para aguentar a sua fúria, logo, não a aceita e abandona-a ou responde da mesma maneira, tal como acontece muitas vezes com a família. Assim, fomentamos o uso de estratégias em que seja dada à criança a sensação de pertença e de contenção da sua agressividade, sendo a escola vista como um local seguro, com limites firmes, e que não se “desmorona” perante a “fúria” das crianças.

Na maioria dos casos (27 casos), foi proposto apoio psicológico às crianças, sendo dado um apoio aos pais após cada sessão com a criança. Apenas um caso foi encaminhado unicamente para o Serviço Social. Dos 27 casos indicados para apoio psicológico, 14 foram encaminhados para outros psicólogos nos Centros de Saúde da área de residência das crianças e 2 foram encaminhados para a psicóloga da escola por impossibilidade da família deslocar-se ao Centro de Saúde. Dos casos seguidos em apoio psicológico, 8 foram acompanhados pela autora do estudo, sendo os restantes encaminhados para outros psicólogos.

Em alguns casos particulares as mães foram encaminhadas para outro psicólogo, por necessitarem de um acompanhamento mais individualizado. A periodicidade foi combinada de acordo com a gravidade dos casos e com a

disponibilidade tanto das famílias como da psicóloga, oscilando entre semanais e mensais com a duração de aproximadamente uma hora.

No apoio aos pais procurámos de modo geral que fosse estabelecida uma aliança terapêutica de forma a colaborarem no tratamento, que estes se apercebessem de como os seus problemas pessoais e conjugais afectam o envolvimento com o filho e como os comportamentos apresentados por este surgem como uma resposta a estas situações, ajudando-os a empatizar com o sofrimento do filho, vendo os comportamentos como uma expressão de sofrimento e não como uma prova de rejeição. Após perceberem qual a “função” do comportamento das crianças, procurámos ajudá-los a compensar essas dificuldades. Outro objectivo foi que conseguissem estabelecer os limites de modo firme, mas não agressivo.

Nos pais das crianças dos três grupos procurámos valorizar o papel do pai e quando este não surgia como uma figura “receptiva” a desempenhar esse papel, ajudar a inserção de outras figuras (valorizando o papel dos tios, avós, figuras externas à família etc. quando estes pareciam estabelecer relações adequadas com a criança). Em relação às mães, a nossa função passou por dar-lhes suporte e apoio, pois a maioria sentiam-se inseguras e culpabilizadas na relação com os filhos, ou deprimidas e desanimadas nesse papel para além de procurar que fomentassem mais a autonomia das crianças e a participação de outros elementos no dia-a-dia destas. Procurámos também que fosse “respeitada” a diferença de gerações, delimitando espaços, regras e funções.

Em relação ao apoio às crianças, no espaço terapêutico estas têm oportunidade de experimentar um ambiente diferente, com um adulto que não reage às suas provocações com crítica e hostilidade, mas que, pelo contrário, através da sua atitude empática, pode compreender, pensar e agir de uma forma reparadora.

Strecht, P. (2003) foca a importância de “tornar conversável o que não é conversado (...), pois pode ainda não estar organizado como pensamento,

ou, se o está, não é comunicado” sendo a tarefa do terapeuta “nomear, organizando e ligando factos, experiências, sentimentos, verbalizando-os ou comunicando-os” (p. 148).

Kernberg & Chazan (1993) focam também como objectivo da terapia de crianças com transtornos de comportamento “a maior capacidade para tolerar afectos, através do uso das palavras em lugar da acção” (p.23), defendendo que a função simbólica da linguagem surge como um resultado da identificação da criança com o uso das palavras pelo terapeuta, em vez da actuação.

No espaço terapêutico, a criança tem oportunidade para “expressar fantasias, sentimentos e experiências no relacionamento com o terapeuta (...) e tem oportunidade para expandir a sua capacidade de brincar e canalizar comportamentos de “acting out” para o campo dos símbolos e das palavras” (Kernberg & Chazan, 1993, p. 30).

O terapeuta, com a sua capacidade de “rêverie” (Bion), vai elaborando os conteúdos tóxicos, devolvendo-os com sentido, para que possam ser assimilados, sendo reintrojectados pela criança como objecto de pensar.

No que respeita às percepções distorcidas que estas crianças têm em relação aos outros, fruto das suas projecções, Kernberg & Chazan (1993) defendem que, através das interpretações de transferência, a criança consciencializa-se primeiro das suas percepções erróneas em relação ao terapeuta e depois em relação aos outros.

Em relação aos diferentes grupos focados anteriormente, houve alterações nas técnicas terapêuticas utilizadas. Assim, no grupo “pais e filhos com falta de envolvimento afectivo” (considerado com dificuldades mais graves e mais precoces), a terapia incidiu mais num papel continente das ansiedades, da raiva, da angústia, no sentimento de desprotecção e carência, sendo então atribuído à psicóloga um papel mais “maternal”, surgindo como um objecto diferente, securizante.

Ao nível da relação terapêutica, notámos nas crianças uma oscilação entre uma atitude de carência e procura “ávida” de afecto e de desconfiança. Assim, algumas delas exibiam atitudes de recusa, inclusive de entrar na sala de consultas e em marcar novas sessões, para momentos depois passarem para uma atitude de procura de apoio e envolvimento. A falta de expectativas que sentem em relação a qualquer possibilidade de viver experiências positivas e a falta de confiança básica, faz com que sejam extremamente sensíveis a qualquer comportamento que interpretem como rejeição, passando rapidamente para uma atitude defensiva e de distanciamento. Apesar destes comportamentos de “fuga” serem frequentes, raramente manifestam atitudes de desafio da autoridade e das regras e de confronto directo.

Em relação aos pais das crianças deste grupo (ou mais directamente às mães, que eram quem acompanhava as crianças à consulta), procurou-se ajudar o envolvimento emocional com os filhos, “traduzindo” o comportamento destes como um apelo à relação, em vez da rejeição muitas vezes associada pelos pais. Assim, a agressividade quando traduzida em sentimentos de tristeza, confusão, solidão é mais facilmente tolerada e aceite pelos pais.

Com as crianças pertencentes ao grupo do “pai ausente”, a psicóloga serviu muitas vezes de terceiro elemento na relação dual mãe/filho, desempenhando um papel mais “paternal”. Esta técnica foi sugerida por Malpique, C. (1999, p.132) em que o terapeuta funciona de certo modo “como o terceiro personagem que faltava para triangular a relação” reforçando o papel enfraquecido do pai e dando suporte às mães inseguras e culpabilizadas “permitindo que a rivalidade com o pai do mesmo sexo fosse aceite como um processo normal e maturativo e que os movimentos de autonomia do filho não fossem vivenciados como um abandono/rejeição quer por parte da criança quer por parte dos pais” (p.132).

Em muitas situações o nosso papel passou por usar técnicas mais directivas para impor regras e limites que deveriam caber à figura paterna, em situações como retirar a criança do quarto dos pais, impedir o recurso a objectos que favorecem os comportamentos regressivos (fraldas, biberões, etc.) e na imposição de regras e limites no comportamento.

Ao nível da relação terapêutica, estas crianças estabelecem uma relação mais facilmente que as crianças do grupo anterior e mais estável. Assim, são menos desconfiadas e têm menos manifestações de carência que as anteriores. Revelam, no entanto, comportamentos de oposição e de tentativa de quebrar as regras instituídas, muitas vezes com atitudes desafiadoras. Quando cai a “máscara” de onipotência, acabam por aceitar o seu lado mais frágil, sentindo-se aliviados por finalmente o poder revelar, podendo ser trabalhado este lado mais depressivo.

Em relação às mães, procurou-se que “descentralizassem” o filho das suas vidas, dando-lhes mais autonomia e proporcionando-lhes outros adultos na vida deles, de forma a que também elas pudessem procurar formas de realização pessoal independentemente dos filhos. Para muitas mães esta proposta foi recebida com “alívio”, o que nos levou a perceber que muitas vezes por culpabilidade ou por ideias erradas quanto à função da maternidade, estas mães sentiam que tinham de se dedicar inteiramente aos filhos, sentindo que até os limites e as regras eram “traumáticas”, muitas vezes por se sentirem culpadas de não lhes ter podido dar uma infância “perfeita”. Depois de vários anos dedicadas quase exclusivamente aos filhos, a ideia de investir no mundo laboral, iniciar um novo relacionamento, etc. parecia estar totalmente posta de parte. Assim, o aparecimento de alguém que as “desculpabiliza”, valoriza-as e atribui-lhes “poder”, funciona como um bom impulsor de novos investimentos, logo, um menor investimento na relação simbiótica.

No grupo dos “pais superprotectores” encontramos características comuns aos dois outros grupos. Neste grupo, pareceu-nos mais importante o trabalho com os pais do que directamente com as crianças, apesar destes

não aderirem facilmente, sendo muito defensivos e com dificuldades em reconhecer as próprias dificuldades. Como já referimos anteriormente, associam a causa dos problemas a elementos externos como a escola, a professora, os colegas, etc.

Como já foi referido, nestes casos, a figura paterna está presente, mas não desempenha as suas funções, ficando muito ligado às funções maternas de protecção e cuidados. Com estas famílias procurou-se essencialmente fomentar uma maior independência e autonomia da criança reforçando assim o aumento da sua auto-estima. Trabalhamos também a importância de uma maior responsabilização da criança pelos seus actos, a importância das regras e limites e da diferença de papéis na família, pois a superprotecção acaba por ser equiparada a passividade por parte dos pais, favorecendo o recurso a mecanismos de onipotência. Procurou-se também valorizar o papel enfraquecido do pai, diferenciando-o da mãe e atribuindo igual importância às suas funções.

Com a psicóloga, estas crianças estabelecem facilmente uma relação, mas esta é mais “superficial”, mantendo uma atitude desconfiada perante uma maior aproximação, procurando controlar o ambiente. Com frequência apresentam comportamentos imaturos e regressivos, recorrendo então a uma atitude mais infantil perante as dificuldades.

Estas crianças parecem estar prontas para “fugir para debaixo das asas dos pais” a qualquer momento, fazendo estes movimentos de fuga quando a situação foge ao seu controlo ou quando contrariadas, chegando a ameaçar que não voltam se as coisas não se passam como elas querem. Manifestam assim uma atitude onipotente diferente das crianças do grupo do “pai ausente” por nos parecerem mais defensivas e com intuito de impedir uma maior aproximação, enquanto nestas últimas a atitude onipotente parece ter mais como função mostrar uma atitude afirmativa e de poder.

Podemos pensar que possuem então em comum com as crianças dos outros grupos a atitude de desconfiança e fuga das crianças do grupo dos

“pais e filhos com falta de envolvimento afectivo”; e as atitudes de onnipotência das crianças do grupo do “pai ausente”.

Em relação aos resultados obtidos na intervenção, actualmente 5 crianças tiveram “alta”, 5 encontram-se ainda em seguimento (sendo que em 3 delas encontramos melhoras significativas e em 2 a situação mantém-se) , 6 desistiram e no caso de 11 crianças não conseguimos obter informações sobre o seu estado actual, pois foram referenciadas para os centros de saúde da área de residência, sendo que ainda aguardam vaga nos serviços.

QUADRO 115: Situação actual

ALTA	EM SEGUIMENTO	DESISTÊNCIAS	SEM INFORMAÇÃO	SEM INDICAÇÃO	TOTAL
5	5	6	11	1	28
17.8%	17.8%	21.4%	39.3%	3.5%	100%

Em relação à distribuição pelos 3 grupos acima referidos, não encontramos diferenças ao nível das “altas” nem das “desistências”, havendo uma distribuição homogénea nos 3 grupos. Isto talvez aconteça devido ao número reduzido de dados, o que também impossibilitou o cruzamento com outras variáveis.

Em relação ao grupo das crianças que continuam em tratamento, encontramos uma predominância de crianças pertencentes ao grupo “pais e filhos com falta de envolvimento afectivo” (4 casos), uma criança pertencente ao grupo do “pai ausente”, não havendo nenhuma criança pertencente ao grupo dos “pais superprotectores”. Os dados referem-se a uma amostra pequena, mas parece indicar que, ao contrário do que poderíamos esperar, as famílias das crianças do 1º grupo aceitam a intervenção de terceiros, colaborando no tratamento e não boicotando, apesar de serem mais desorganizadas e investirem menos nos filhos. Talvez

as famílias dos outros grupos reajam pior à entrada de terceiros na relação, principalmente por isso implicar muitas vezes uma maior autonomização da criança em relação à família, logo, uma alteração da organização familiar. Isto vem de encontro às hipóteses postas anteriormente que estas mães têm dificuldade em permitir a triangulação da relação.

De uma forma geral verificámos evoluções mais rápidas no grupo do “pai ausente”, principalmente em situações em que os pais compreenderam a problemática e procuraram uma nova forma de se relacionarem com os filhos, havendo como que um novo “encaixe”. Neste grupo encontrámos melhoras rápidas ao nível do comportamento em famílias que tenderam a reorganizar-se: recasamento da mãe, maior envolvimento do pai ou de outros familiares (tios, avós), etc., ou seja, em que surge um terceiro elemento na relação mãe/filho.

No entanto, encontramos casos de “boicote” ou desistência, particularmente em situações em que as famílias reagiram mal à autonomização dos filhos (recusa em dormir em quartos separados, em favorecer a entrada de outros elementos na relação, etc.) atribuindo ao comportamento dos filhos causas externas (colegas, professores, etc.) e favorecendo assim relações de superprotecção e desresponsabilização. Muitas destas famílias mostraram assim dificuldade em permitir a entrada de um “terceiro” à relação, boicotando o tratamento.

No grupo dos “pais superprotectores” encontramos uma grande resistência à mudança, pois parece que todos tiram benefícios deste tipo de relação e não querem abrir mão destes. Há um menor envolvimento no processo terapêutico, relutância em deixar outra pessoa interferir na relação e, como já tínhamos visto, atribuem o problema a terceiros, não reconhecendo as dificuldades. Sendo assim um grupo que boicota ou desiste com frequência. Dá-nos a ideia que sentem que se “bastam a si próprios”, vendo os apoios exteriores (psicóloga, escola, actividades de tempos livres, etc.) como algo que vem “perturbar a paz do lar”.

Nas crianças do grupo “pais e filhos com falta de envolvimento afectivo” os resultados foram mais lentos, mesmo nos casos com uma participação activa da família. As crianças que demonstraram uma evolução mais positiva foram aquelas que tinham mais elementos considerados protectores, ou seja, menos episódios traumáticos, reacções mais saudáveis por parte dos pais ou outros cuidadores, relações afectivas, relações precoces mais saudáveis, etc. Outra situação facilitadora, foi a participação em alguns casos de elementos da família alargada, que serviram de apoio às crianças e muitas vezes de agentes de mudança, procurando de algum modo incutir alterações no ambiente e nas relações estabelecidas.

Em alguns casos isto não aconteceu, havendo uma fraca adesão à terapia e mesmo “boicote”. Muitas famílias não conseguiram alterar os estilos educativos, recorrendo aos castigos severos, às ameaças de abandono e desvalorização da criança, contribuindo assim para o agravamento da situação. Em relação aos pais, há um menor investimento nos filhos, demonstrando muitas vezes falta de esperança numa melhoria, o que dificulta a adesão ao tratamento. Nos casos em que aderem, trazendo as crianças às consultas, excluem-se a si próprios muitas vezes do processo, desresponsabilizando-se. As dificuldades atrás referidas no estabelecimento de uma relação positiva com estas crianças também pode ter influenciado negativamente o processo.

Estas crianças, talvez por as suas dificuldades serem mais precoces e possuírem menos recursos que as outras, requerem um trabalho terapêutico mais “intensivo”. Note-se que em três crianças deste grupo encontramos traços psicóticos, o que nos faz concluir que se inserem num grupo de patologia mais “pesada” do que as restantes.

Nas crianças dos três grupos encontramos resultados positivos nas que frequentaram actividades extra-curriculares, (normalmente desportivas). Esta pode ser uma oportunidade de experimentar relações novas, saudáveis, estabelecendo novas relações de confiança com pessoas que os valorizam e aceitam, fornecendo então um ambiente baseado em relações

positivas. Provavelmente, estas actividades fomentam uma maior autonomia das crianças e facilitam o contacto com os pares baseado em atitudes de cooperação, dando-lhes oportunidade de experimentar novas formas de contacto com os pares. Pode ser, também, uma forma de descarga da agressividade de forma sublimada, “dirigindo-a” para actividades positivas, que faz com que se sintam apoiados e valorizados. Por outro lado, estas actividades podem servir para “triangular” as relações, havendo novos investimentos objectos diferentes que fomentam a autonomização e o crescimento, podendo haver figuras masculinas que sirvam de modelos saudáveis de identificação.

Ficou-nos no entanto, a impressão que, na maioria dos casos, a família não colabora ou desiste, havendo pouco envolvimento no tratamento, o que vem reforçar a ideia da dificuldade em “incluir” terceiros na relação mãe/filho, que possam de certa forma quebrar o laço simbiótico e favorecer o crescimento e autonomia da criança.

Considerações para trabalhos futuros

Como pudemos observar, a maioria dos resultados encontrados focam principalmente a família e as características individuais das crianças. Para ter uma visão mais abrangente dos factores teria sido importante dar maior ênfase à situação escolar, mais precisamente à relação estabelecida com os professores e com os colegas, procurando compreender que significado têm para estas crianças e que papel desempenham no seu desenvolvimento. Como pudemos observar, as dificuldades destas crianças situam-se principalmente a nível familiar, sendo que o seu comportamento escolar reflecte a procura de um meio que as possa conter. Sendo assim, a escola afigura-se como um meio privilegiado no auxílio a estas crianças, sendo importante uma maior compreensão do seu papel.

Para uma maior compreensão do fenómeno, seria importante também estudar as vítimas destas crianças, tendo em conta que o fenómeno diz respeito ao par “bully”/vítima, cada um deles só existe em conjunto com o outro. Que características têm estas crianças para “atrair” os “bullies” e porque aceitam o papel de vítima? Parece-me que, sem compreender esta relação, falta-nos dados importantes para uma melhor intervenção.

CONCLUSÕES

- a) Estas crianças provêm na sua maioria, de famílias disfuncionais, tanto ao nível social como emocional (com presença de violência, alcoolismo, separações, abandonos, coabitação de vários elementos pertencentes à família alargada, etc.). Encontramos nestas famílias dificuldade no estabelecimento de fronteiras físicas e emocionais entre o mundo dos adultos e das crianças, com confusão de espaços e papéis.
- b) Em relação à fratria, estas crianças são predominantemente os mais velhos ou filhos únicos.
- c) Os pais foram considerados maioritariamente “ausentes”, “passivos/desvalorizados” e/ou “agressivos”. A ausência desta figura é significativa, tanto fisicamente como emocionalmente. Na representação das crianças esta surge essencialmente como passiva e desvalorizada. As mães foram consideradas na sua maioria “superprotectoras”, “dependentes/submissas” e “deprimidas/culpabilizadas”. Na representação das crianças a mãe surge como “passiva/submissa” e “ausente”. As relações estabelecidas parecem então ser sentidas pela criança como pouco afectivas, pouco securizantes e com poucas trocas afectivas. Estas crianças sentem-se pouco amadas e pouco investidas pelos pais. No entanto, demonstram desejo de uma maior aproximação à figura paterna.

- d) Há uma associação positiva entre os pais “ausentes” e as mães “superprotectoras” e entre os pais “passivos/desvalorizados” e as mães “ausentes” e “passivas/desvalorizadas”. Outra associação encontrada relaciona a superprotecção a comportamentos agressivos mais graves, ou seja, o grau de agressividade nas crianças filhas de mães superprotectoras é superior às restantes e o grau de agressividade moderado associa-se a mães consideradas “ausentes”.
- e) Na sua maioria, estas crianças possuem um potencial intelectual normal, mas denota-se um empobrecimento do pensamento, visível através da falta de criatividade e capacidade simbólica.
- f) Encontramos nestas crianças presença de angústias depressivas (com sentimentos de desamparo, falta de esperança, incompreensão e carência afectiva) e presença de angústias persecutórias (em que o mundo exterior parece ser sentido como hostil, tendo a sensação de não poderem confiar em ninguém e de terem que proteger-se de ameaças, só podendo contar consigo próprios).
- g) Revelam imaturidade emocional, visível na dificuldade em reconhecer a diferença entre os sexos e as gerações.
- h) Revelam uma auto-imagem desinvestida, compensada por mecanismos de onnipotência, oscilando então entre estas duas representações de si próprias. Estas crianças parecem ter dificuldade em reconhecer e aceitar emoções negativas e si e nos outros, recorrendo a mecanismos de defesa como a onnipotência, a projecção, o deslocamento e a regressão.
- i) Os seus comportamentos mostram que tendem a exteriorizar os conflitos através de actos agressivos e delinquentes. Encontramos também comportamentos relacionados com dificuldades de atenção e ansiedade/depressão.

- j) Na prova projectiva revelaram mais dificuldade nos temas relacionados com a sexualidade (problemática edipiana), com a dependência/autonomia (oscilando entre a regressão e o desejo de independência), com a agressividade e com a função paterna (com dificuldade em perceber o seu papel).
- k) Estas crianças apresentam dificuldades ao nível da triangulação edipiana, devido a uma desvalorização do papel do pai, (que surge como um fraco objecto interno) e a uma dependência afectiva com a mãe, geradora de conflitualidade na relação.

BIBLIOGRAFIA

- Almeida, A., Barrio, C. (2002) A Vitimização entre companheiros em contexto escolar. In *Violência e Vítimas de Crimes – vol.2 – Crianças*. Machado C. e Gonçalves A.R.. (Coords). Coimbra: Ed. Quarteto
- Almeida, A. (1995) Aspectos Psicológicos da Vitimização na Escola: Contributos para a identificação do problema. In: *Avaliação Psicológica: Formas e Contextos*, Vol. 3, pp. 527-540
- Balier, C., Diatkine, G. (2004) Psychopatie chez l'enfant et l'adolescent. In: Lebovici, S., Diatkine, R., Soulé. *Nouveau Traité de Psychiatrie de l'enfant et de l'adolescent*. Volume 2. 2ª Edição. Paris: PUF
- Bénony, H. (2002) *O Desenvolvimento da Criança e as Suas Psicopatologias*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Boekholt, M. (2000) *Provas Temáticas na Clínica Infantil*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Born, M. (2005) *Psicologia da Delinquência*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Bowlby, J. (1998) *Separação – Angústia e Raiva*. Volume 2 da Triologia Apego e Perda. 3ª Edição. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora.
- Bowlby, J. (2001) *Formação e Rompimento dos Laços Afectivos*. 3ª Edição, 2ª Tiragem. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora.
- Campos, D.M.S. (1998) *O Teste do Desenho como Instrumento de Diagnóstico de Personalidade*. 30ª Edição. Petrópolis: Editora Vozes
- Carvlhosa, S.F., Lima, L., Matos, M.G. (2001) Bullying – A Provocação/vitimização entre pares no contexto escolar português. In: *Análise Psicológica*, 4 (XIX); 523-537.
- Connolly, I., O'Moore, M. (2003) Personality and Family Relations of Children who Bully. In: *Personality and Individual Differences*. 35, 559-567.
- Coimbra de Matos, A. (2002) *O Desespero*. Lisboa: Climepsi Editores

- Coimbra de Matos, A. (2002) *Adolescência*. Lisboa: Climepsi Editores
- Cordeiro, D. (2002) *Viver Feliz*. Lisboa: Bertrand Editora
- Corman, L. (1961) *Le Test PN; Manuel 1*, Paris: PUF
- Costa, M.E., Vale, D. (1998) *A violência nas escolas*. Editor: Instituto de Inovação Educacional, Lisboa.
- Di Leo (1985) *A Interpretação do Desenho Infantil*. Porto Alegre: Artes Médicas
- Dodge, K.A (1993). Social-cognitive mechanisms in the development of conduct disorder and depression. In *Annual Review Psychologie*, 44
- Dodge, K.A & Coie, J.C. (1998). Aggression and Antisocial Behavior. In Damon, W. (Eds), *Handbook of Child Psychology*. Vol.3. John Wiley & Sons, Inc. Fifth edition.
- Dodge, K.A., Garber, J., Parak, W.F. & Quiggle, N.L. (1992). Social information processing in aggressive and depressive children. In *Child Development*, 63(6).
- Ferreira, T. (2002) *Em Defesa da Criança – Teoria e Prática Psicanalítica da Infância*. Lisboa: Assírio & Alvim
- Ferro, A. (1995) *A Técnica na Psicanálise Infantil*. Rio de Janeiro: Imago Editora
- Fonagy, P., Moran, G.S., Target, M. (1993) Aggression and the Psychological Self. In: *Int. J. Psycho-Anal.* 74, 471
- Fontaine, R., Réveillére, Ch. (2004) Le Bullying (ou victimization) en milieu scolaire: description, retentissements vulnérabilisants et psychopathologiques. In: *Annales Médico Psychologiques*, 162, 588-594
- Gueniche, K. (2002) *Psicopatologia Descritiva e Interpretativa da Criança*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Gonçalves, O. (1993). *Terapias cognitivas: teorias e práticas*. Porto. Ed. Afrontamento.
- Greenberg, J.R.; Mitchell, S.A. (2003) *Relações de Objecto na Teoria Psicanalítica*. Lisboa: Climepsi Editores
- Hartman, H., Kris, E. & Lowenstein, R. (1977). Notes on the Theory of Aggression. In A. Freud, H. Hartman, E. Kris (Eds.) *Psychoanalytic study of the child*, (8 Ed) (Vol III/IV, pp. 9-36). New York International Universities Press. (Original work published 1949)

Heimann, P. & Valenstein, A.F. (1972) "The Psychoanalytical concept of aggression: an integrated summary". In *International Journal of Psychoanal*, 52(31).

Hemerda, J. (2002) Bullies Versus Bullying. In: *Psychology and Interdisciplinary Perspectives*. Consultado em Janeiro 2005 através da fonte: http://www.interactorg.com/bullies_versus_bullying.hlm.

Hinshelwood, R.D. *Dicionário do pensamento Kleiniano*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Houzel, D., Emmanuelli, M., Moggio, F. (Coord.) (2004) *Dicionário de Psicopatologia da Criança e do Adolescente*. Lisboa: Climepsi.

James, J. (2005) Beating the Bullies. In: *Time*, January, 24.

Johnstone, L., Cooke, D.J. (2002) Psicopatologia dos Pais e Comportamento Anti-Social dos Filhos. In: Fonseca, A.C. (Ed.) *Comportamento Anti-Social e Família – uma abordagem científica*. Coimbra: Almedina

Kernberg, P., Chazan, S. et al (1993) *Crianças com Transtornos de Comportamento – Manual de Psicoterapia*. Porto Alegre: Artes Médicas

Laplanche, J.; Pontalis, J.B. (1990). *Vocabulário de psicanálise*. 7ª Edição. Lisboa: Editorial Presença.

Likierman, M. (1987) The Function of Anger in Human Conflict. In: *Int. Rev. Psycho-Anal*, 14, 143.

Machado, T. (2004). Vinculação e Comportamentos Anti-Sociais. In Fonseca, A.C. (Ed.) *Comportamento Anti-Social e Crime – da Infância à Idade Adulta*. Coimbra: Almedina

Mahler, M. (1982) *O Processo de Separação-Individuação*. Porto Alegre: Artes Médicas

Malpique, C. (1998) *A Ausência do Pai*. 3ª Edição. Porto: Edições Afrontamento

Malpique, C. (1999) *Pais/Filhos em Consulta Psicoterapêutica*. Porto: Edições Afrontamento

Marcelli, D. (1998) *Manual de Psicopatologia da Infância de Ajuriaguerra*. 5ª Edição. Porto Alegre: Artes Médicas

Matos, A.P.M. (2004) Violência na Televisão e Desenvolvimento do Comportamento Agressivo: o Papel da Aprendizagem Social. In Fonseca, A.C. (Ed.) *Comportamento Anti-Social e Crime – da Infância à Idade Adulta*. Coimbra: Almedina

Mijolla, A., Mijolla-Mellor, S. (2002) *Psicanálise*. Lisboa: Climepsi Editores

Ody, M., Smadja, C. (2004) Carence paternelle. Importante du père et de la fonction paternelle dans le développement du fonctionnement mental. In: Lebovici, S., Diatkine, R., Soulé. *Nouveau Traité de Psychiatrie de l'enfant et de l'adolescent*. Volume 4. 2ª Edição. Paris: PUF

Olivier, C. (2000) *Violencia Infantil – o que fazer*. Lisboa: Prefácio

Olivier, C. (2001) *Violencia Pessoal e Familiar – Suas Origens*. Lisboa: Prefacio Editora.

Olweus, D. (1995) Bullying or Peer Abuse at School: Facts and Intervention. In: *American Psychological Society*, Publisher by CUP.

Olweus, D. (2003) A Profile of Bullying at School. In: *Educational Leadership*, Mar. Vol. 60, nº 6.

Parens, H. (1989) Toward a Reformulation of the Psychoanalytic Theory of agresión. In: Stanley, I., Greenspan, et al *The Course of Life*. Vol. 2 – Early Childhood.

Perelberg, R.J. (Ed.)(1999) *Psychoanalytic Understanding of Violence and Suicide*. The New Library os Psicoanálisis. London and New York: Routledge.

Ramírez, F.C. (2001) *Condutas Agressivas na Idade Escolar*. Editora McGraw-Hill de Portugal

Salgueiro, E. (1996) *Crianças Irrequietas: 3 Estudos Clínico-Evolutivos sobre a "Instabilidade Motora" na Idade Escolar*. Lisboa: ISPA

Schwartz, D. (1998). Social-cognitive and behavioral correlates of aggression and victimization in boys' play groups. In *Journal of Abnormal Child Psychology*

Soulé, M., Lauzanne, K. & Leblanc, N. (2004) La Carence des Soins Maternels et ses Effets. In: Lebovici, S., Diatkine, R., Soulé. *Nouveau Traité de Psychiatrie de l'enfant et de l'adolescent*. Volume 4. 2ª Edição. Paris: PUF

Spitz, R. (2000) *O Primeiro Ano de Vida*. 2ª Edição, 2ª Tiragem. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora

Strecht, P. (1999) *Preciso de Ti – Perturbações Psicossociais em Crianças e Adolescentes*. Lisboa: Assírio & Alvim.

Strecht, P. (2003) *À Margem do Amor – Notas sobre Delinquência Juvenil*. Lisboa: Assírio & Alvim

Twemlow, S., Sacco, F., Williams, P. (1996) A Clinical and Interactional perspective on the bully-victim-bystander relationship. In *Bulletin of the Menninger Clinic*, 60(3)

Tyrode, Y., Bourcet, S. (2002) *Os Adolescentes Violentos*. . Lisboa: Climepsi Editores.

Winnicott, D.W. (1999) *Os Bebés e suas Mães*. 2ª Edição. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora.

Winnicott, D.W. (1999) *Tudo Começa em Casa*. 3ª Edição. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora.

Winnicott, D.W. (2000) *Da Pediatria à Psicanálise – Obras Escolhidas*. Rio de Janeiro: Imago Editora

Winnicott, D.W. (2001) *A Família e o Desenvolvimento Individual*. 2ª Edição. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora.

Winnicott, D.W. (2002) *Privação e Delinquência*. 3ª Edição, 2ª Tiragem. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora.

Zimerman, D.E. (1999) *Fundamentos Psicanalíticos – Teoria, Técnica e Clínica*. São Paulo: Artes Médicas.

ANEXOS

ANEXO 1

CATEGORIAS

Dados pessoais e familiares

- 1- Nº da criança
- 2- Idade
- 3- Classe social
- 4- Quem dá informação
 - 1-Mãe
 - 2-Pai
 - 3-Avó
 - 4- Outros
- 5- Agressividade física com adultos na escola
 - 1- Presente
 - 2- Ausente
- 6- Agressividade verbal com adultos na escola
 - 1- Presente
 - 2- Ausente
- 7- Agressividade física com crianças na escola
 - 1- Presente
 - 2- Ausente
- 8- Agressividade verbal com crianças na escola
 - 1- Presente
 - 2- Ausente
- 9- Agressividade física com adultos em casa
 - 1- Presente
 - 2- Ausente
- 10- Agressividade verbal com adultos em casa
 - 1- Presente
 - 2- Ausente
- 11- Agressividade física com crianças em casa
 - 1- Presente
 - 2- Ausente

- 12- Agressividade verbal com crianças em casa
 - 1- Presente
 - 2- Ausente
- 13- Idade de início do comportamento agressivo
- 14- Factores apontados como desencadeadores
 - 1- Familiares
 - 2- Escolares
 - 3- Não sabe
- 15 - Factores familiares
 - 1- Separação dos pais
 - 2- Nascimento dos irmãos
 - 3- Violência familiar
 - 4- Outros
 - 5- Não se verifica
- 16- Factores escolares
 - 1- Má adaptação
 - 2- Dificuldade de socialização com os colegas
 - 3- Dificuldade no relacionamento com o professor
 - 4- Outros
 - 5- Não se verifica
- 17- Grau de Agressividade
 - 1- Baixo
 - 2- Médio
 - 3- Alto
- 18 – Diagnóstico segundo o CID-10
- 19- Situação familiar dos pais
 - 1 – Juntos
 - 2 – Separados
- 20- Idade da criança quando pais se separaram
- 21- Relação entre os pais
 - 1 – Próxima
 - 2 – Distante
 - 3 – Conflituosa
 - 4 – Um deles falecido
- 22- Separação entre ambos os pais e o filho
 - 1 – Sem contacto
 - 2 – Contacto esporádico
 - 3 – Contacto frequente
 - 4 – Não se verifica

23- Separação entre o pai e o filho

- 1 – Falecido
- 2 – Sem contacto
- 3 – Contacto esporádico
- 4 – Contacto frequente
- 5 – Não se verifica

24- Separação entre a mãe e o filho

- 1 – Falecida
- 2 – Sem contacto
- 3 – Contacto esporádico
- 4 – Contacto frequente
- 5 – Não se verifica

25- Situação na fratria

- 1 – Filho único
- 2 – Filho mais velho
- 3 – Filho do meio
- 4 – Filho mais novo

26- Família que vive com a criança

- 1 – Só nuclear
- 2 – Só alargada
- 3 – Nuclear e alargada

27 – Com quem vive

- 1 – Mãe e Pai
- 2 – Mãe
- 3 – Mãe e Família Alargada
- 4 – Mãe, Pai e Família Alargada
- 5 – Pai e Família Alargada
- 6 – Pai

28- Número de pessoas que vivem em casa

29 – Grau de Disfunção Familiar

- 1 – Grau 1- Funcional
- 2 – Grau 2- Disfuncional
- 3 – Grau 3- Muito Disfuncional

30 - Alcoolismo na família

- 1 – Pai
- 2 – Mãe
- 3 – Outros
- 4 – Não se verifica

31 - Violência física familiar entre adultos

- 1 – Pai
- 2 – Mãe
- 3 – Outros
- 4 – Não se verifica

32- Violência física familiar dos adultos às crianças

- 1 – Pai
- 2 – Mãe
- 3 – Outros
- 4 – Não se verifica

33- Suspeita de abuso sexual

- 1 – Pai
- 2 – Mãe
- 3 – Outros
- 4 – Não se verifica

34- Pai na relação com a criança

- 1 – Adequado
- 2 – Passivo/Desvalorizado
- 3 – Ausente
- 4 – Superprotector
- 5 – Agressivo

35- Mãe na relação com a criança

- 1 – Adequada
- 2 – Passiva/Submissa
- 3 – Ausente
- 4 – Superprotectora
- 5 – Agressiva

Sono e controle esfinteriano

36- Dificuldades de sono

- 1 – Sim
- 2 – Não

37- Autonomia ao dormir

- 1 – Dorme sozinho ou acompanhado por outras crianças
- 2 – Dorme acompanhado com adultos

38- Enurese

- 1 – Só diurna
- 2 – Só noturna

- 3 – Diurna e nocturna
- 4 – Não se verifica

39- Encoprese

- 1 – Sim
- 2 – Não se verifica

Factores escolares

40- Nível de Escolaridade

41- Aproveitamento escolar (*Item 92, TRF*)

- 1 – Bom aproveitamento
- 2 – Médio
- 3 – Baixo aproveitamento
- 4 – Não entregou questionário

42- Idade de entrada para creche/jardim-de-infância/pré-escolar

43- Adaptação à creche/jardim-de-infância/pré-escolar

- 1 – Boa
- 2 – Média
- 3 – Má
- 4 - Não tenho informação

44- Adaptação ao 1º ano do 1º ciclo do Ensino Básico

- 1 – Boa
- 2 – Média
- 3 – Má
- 4 - Não tenho informação

45- Socialização

- 1 – Boa
- 2 – Média
- 3 – Má
- 4 - Não tenho informação

Observação clínica

46- Pai na relação com a psicóloga

- 1 – Adequado
- 2 – Ansioso
- 3 – Dependente/submisso
- 4 – Deprimido/culpabilizado
- 5 – Distante/rejeitante
- 6 – Intrusivo/manipulativo
- 7 – Não foi observado

46- Mãe na relação com a psicóloga

- 1 – Adequada
- 2 – Ansiosa
- 3 – Dependente/submissa
- 4 – Deprimida/culpabilizada
- 5 – Distante/rejeitante
- 6 – Intrusiva/manipulativa
- 7 – Não foi observado

47- Outros na relação com a psicóloga

- 1 – Adequada
- 2 – Ansiosa
- 3 – Dependente/submissa
- 4 – Deprimida/culpabilizada
- 5 – Distante/rejeitante
- 6 – Intrusiva/manipulativa
- 7 – Não foi observado

48 – Criança na relação com a psicóloga

- 1 – Adequada
- 2 – Inibida/Ansiosa
- 3 – Sedução/Submissão
- 4 – Excessivamente fácil
- 5 – Agressiva/Provocatória

49 - Comportamentos agressivos/provocatórios na presença dos pais

- 1 – Presentes
- 2 - Ausentes

50- Comportamentos agressivos/provocatórios com a psicóloga

- 1 – Presentes
- 2 - Ausentes

Avaliação psicológica

Avaliação Cognitiva:

51- Matrizes Progressivas Coloridas de Raven (PM47)

- 1 – Muito superior à média
- 2 – Superior à média
- 3 – Média
- 4 – Inferior à média
- 5 - Deficiente

52- Prova Grafo-perceptiva de Bender-Santucci

- 1 – Inferior à média
- 2 – Média
- 3 – Superior à média

53- Figura Humana (Goodenough)

- 1 – Sobredotado
- 2 – Normal
- 3 – Inteligência lenta
- 4 – Debilidade Mental
- 5 – Debilidade Mental Profunda

54- Auto-retrato (Goodenough)

- 1 – Sobredotado
- 2 – Normal
- 3 – Inteligência lenta
- 4 – Debilidade Mental
- 5 – Debilidade Mental Profunda

55- Figura Humana - área ocupada

56- Auto-retrato – área ocupada

Desenho da Família

57- Figura mais simpática

- 1 – Figura Paterna
- 2 – Figura Materna
- 3 – Figura Infantil
- 4 – Ninguém
- 5 – Todos
- 6 – Não respondeu

58- Figura menos simpática

- 1 – Figura Paterna
- 2 – Figura Materna
- 3 – Figura Infantil
- 4 – Ninguém
- 5 – Todos
- 6 – Não respondeu

59- Figura infantil (o próprio)

- 1 – Ausente/excluído
- 2 – Entre o pai e a mãe
- 3 – Junto à mãe
- 4 – Junto ao pai
- 5 – Próximo de outras figuras infantis e afastado dos adultos
- 6 – Não respondeu

60- Figura infantil (o próprio) – idade

- 1 – Mais novo que na realidade
- 2 – Igual à realidade
- 3 – Mais velho que na realidade
- 4 – Não está representado

61- Figura paterna

- 1 – Ausente/excluído
- 2 – Presente

62- Figura materna

- 1- Ausente/excluída
- 2 – Presente

63- Irmãos

- 1 – Ausentes
- 2 – Presentes

64- Outros familiares

- 1 – Inclui tios e primos
- 2 – Inclui avós
- 3 – Inclui figuras sem laços de parentesco
- 4 – Não estão representados

65- Noção de diferença de gerações

- 1 – Presente
- 2 – Ausente
- 3 – Sem elementos suficientes

66- Noção de diferença de sexos

- 1 – Presente
- 2 – Ausente

67- Preferências da figura paterna

- 1- Mãe
- 2- Filho "o próprio"
- 3- Filho "outro"
- 4- Outros
- 5- Todos
- 6- Nenhum
- 7 - Não respondeu

68- Preferências da figura materna

- 1- Pai
- 2- Filho "o próprio"
- 3- Filho "outro"
- 4- Outros
- 5- Todos
- 6- Nenhum
- 7 - Não respondeu

69- Preferências do "próprio"

- 1- Pai
- 2- Mãe
- 3- Irmão
- 4- Outros
- 5- Todos
- 6- Nenhum
- 7 - Não respondeu

Desenho Livre

70- Riqueza

- 1- Rico/Muitos elementos
- 2- Médio
- 3- Pobre/Poucos elementos

71- Conteúdo/imaginação

- 1- Rico
- 2- Médio
- 3- Pobre

72- Organização

- 1- Organizado
- 2- Médio
- 3- Desorganizado

73- Temática

- 1- Tema alegre/harmonioso
- 2- Tema triste/trágico
- 3- Tema agressivo
- 4- Tema caótico
- 5- Tema neutro

Teste das Relações Familiares

74- Maior envolvimento

- 1- Ninguém
- 2- Pai
- 3- Mãe
- 4- Irmão/Irmã (mais velho)
- 5- Irmão/Irmã (mais novo)
- 6- Outros
- 7 – Teste inválido

75 - Menor envolvimento

- 1- Ninguém
- 2- Pai
- 3- Mãe
- 4- Irmão/Irmã (mais velho)
- 5- Irmão/Irmã (mais novo)
- 6- Outros
- 7 - Teste inválido

76 – Comparação do envolvimento entre os pais

- 1- EP>EM
- 2- EP=EM
- 3- EP<EM
- 4 - Teste inválido

77 - “Outgoing positive”

- 1- Ninguém
- 2- Pai
- 3- Mãe
- 4- Irmão/Irmã (mais velho)
- 5- Irmão/Irmã (mais novo)
- 6- Outros
- 7 - Teste inválido
- 99 – Dados indisponíveis

78 - "Outgoing negative"

- 1- Ninguém
- 2- Pai
- 3- Mãe
- 4- Irmão/Irmã (mais velho)
- 5- Irmão/Irmã (mais novo)
- 6- Outros
- 7 - Teste inválido
- 99 – Dados indisponíveis

79- "Incoming positive"

- 1- Ninguém
- 2- Pai
- 3- Mãe
- 4- Irmão/Irmã (mais velho)
- 5- Irmão/Irmã (mais novo)
- 6- Outros
- 7 - Teste inválido
- 99 – Dados indisponíveis

80- "Incoming negative"

- 1- Ninguém
- 2- Pai
- 3- Mãe
- 4- Irmão/Irmã (mais velho)
- 5- Irmão/Irmã (mais novo)
- 6- Outros
- 7- Teste inválido
- 99 – Dados indisponíveis

81- Superprotecção Materna

- 1- Ninguém
- 2- O próprio
- 3- Pai
- 4- Mãe
- 5- Irmão/Irmã (mais velho)
- 6- Irmão/Irmã (mais novo)
- 7- Outros
- 8- Teste inválido
- 99 – Dados indisponíveis

82- Indulgência Excessiva do Pai

- 1- Ninguém
- 2- O próprio
- 3- Pai
- 4- Mãe
- 5- Irmão/Irmã (mais velho)
- 6- Irmão/Irmã (mais novo)
- 7- Outros
- 8- Teste inválido
- 99 – Dados indisponíveis

83- Indulgência Excessiva da Mãe

- 1- Ninguém
- 2- O próprio
- 3- Pai
- 4- Mãe
- 5- Irmão/Irmã (mais velho)
- 6- Irmão/Irmã (mais novo)
- 7- Outros
- 8- Teste inválido
- 99 – Dados indisponíveis

“Pata Negra”

84- Histórias

- 1- Segue o tema/organizadas
- 2- Média
- 3- Não segue o tema/desorganizadas

85- Concepção do mundo

- 1- Ameaçador e hostil
- 2- Limitado e pobre
- 3- Feliz e harmonioso

86- “Frontispício” – sexo

- 1- Masculino
- 2- Feminino

87- “Frontispício” – idade

- 1- Mais novo que o próprio
- 2- Igual à idade do próprio
- 3- Mais velho que o próprio

- 88- "Frontispício" – pais
- 1- Vê figuras correctas
 - 2- Vê figuras inversas
 - 3- Não reconhece pai
 - 4- Não reconhece mãe
 - 5- Não reconhece ambas as figuras
- 89- "Frontispício" – irmãos
- 1- Reconhece irmãos
 - 2- Não reconhece irmãos
- 90- "Mamada 1" – temas
- 1- Tema de oralidade feliz
 - 2- Tema de oralidade frustrada ou ignorada
 - 3- Tema agressivo
 - 4- Tema do "pai nutriente"
- 91- "Mamada 1" – identificação
- 1- PN
 - 2- Mãe
 - 3- Ninguém/Outros
- 92- "Mamada 2" – temas
- 1- Tema de oralidade feliz sem rivalidade fraterna
 - 2- Tema de oralidade feliz com rivalidade fraterna
 - 3- Tema de oralidade frustrada, agressiva ou ignorada
 - 4- Tema do "pai nutriente"
- 93- "Mamada 2" - identificação
- 1- PN
 - 2- Mãe
 - 3- Brancos
 - 4- Ninguém/Outros
- 94- "Cabra" – temas
- 1- Cabra gratificante
 - 2- Cabra descontente/agressiva
 - 3- Agressividade do PN contra a cabra
 - 4- Mamada ignorada
- 95- "Cabra" – identificação
- 1- PN
 - 2- Cabra
 - 3- Ninguém/outros
- 96- "Bebedouro" – temas
- 1- Tema visto sem intenção agressiva contra os pais
 - 2- Tema visto com intenção agressiva contra os pais
 - 3- Tema evitado

- 97- "Bebedouro" – resposta dos outros
- 1- Permissivos/passivos
 - 2- Punitivos/censura
 - 3- Retaliatória/agressiva
- 98- "Bebedouro" – identificação
- 1- PN
 - 2- Brancos
 - 3- Adultos
 - 4- Ninguém/outros
- 99- "Jogos sujos" – temas
- 1- Tema de prazer simples
 - 2- Tema de agressividade contra o pai
 - 3- Tema de agressividade contra a mãe
 - 4- Tema evitado
- 100- "Jogos sujos" – resposta dos outros
- 1- Permissivos/passivos
 - 2- Punitivos/censura
 - 3- Retaliatória/agressiva
 - 4- Tema evitado
- 101- "Jogos sujos" – identificação
- 1- Adulto
 - 2- Porco que atira lama
 - 3- Porco que brinca na lama
 - 4- Porco que vê
 - 5- Ninguém/outros
- 102- "Beijo" – temas
- 1- Tema visto como agradável
 - 2- Tema visto como desagradável/rejeição
 - 3- Tema ignorado
 - 4- Tema agressivo
- 103- "Beijo" – identificação
- 1- Pai
 - 2- Mãe
 - 3- Branco
 - 4- Ninguém/outros
- 104- "Noite" – temas
- 1- Tema aceite
 - 2- Tema ignorado
 - 3- Tema de ir ter com os pais
 - 4- Tema depressivo

- 5- Tema agressivo
- 6- Tema de regressão oral

104- “Noite” – identificação

- 1- Adultos
- 2- Branco que vê
- 3- Branco que dorme
- 4- Ninguém/Outros

105- “Sonho M” – temas

- 1- Tema do sonho visto como agradável
- 2- Tema do sonho visto como desagradável
- 3- Tema do ideal do eu
- 4- Adulto visto como pai
- 5- Presença efectiva da mãe

106- “Sonho M” – identificação

- 1- PN
- 2- Mãe
- 3- Ninguém/outros

107- “Sonho P” – temas

- 1- Tema do sonho visto como agradável
- 2- Tema do sonho visto como desagradável
- 3- Tema ideal do eu
- 4- Tema do “pai que alimenta”
- 5- Presença efectiva do pai
- 6- Tema ignorado

108- “Sonho P” – identificação

- 1- PN
- 2- Pai
- 3- Ninguém/outros

109- “Carroça” – temas

- 1- Cena dramática com final feliz
- 2- Cena dramática com final trágico

110- “Carroça” – identificação

- 1- PN
- 2- Porcos que vêm
- 3- Porcos que são levados
- 4- Homem
- 5- Ninguém/outros

111- “Ganso” – temas

- 1- Tema do porco vítima
- 2- Tema do porco provocador

- 112- "Ganso" – final
- 1- Final feliz
 - 2- Final trágico
- 113- "Ganso" – identificação
- 1- Porco vítima
 - 2- Ganso
 - 3- Porco que vê
 - 4- Ninguém/outros
- 114- "Hesitação" – temas
- 1- Tema de exclusão
 - 2- Tema de evitamento
 - 3- Não vê tema
- 115- "Hesitação" – desejo de aproximação
- 1- Pai
 - 2- Mãe
 - 3- Ambivalência
 - 4- Ninguém/outros
- 116- "Hesitação" – identificação
- 1- PN
 - 2- Pai
 - 3- Mãe
 - 4- Branco com pai
 - 5- Branco com mãe
 - 6- Ninguém/outros
- 117- "Nascimento" – temas
- 1- Tema nascimento sem rivalidade fraterna
 - 2- Tema nascimento com rivalidade fraterna
 - 3- Tema com agressividade contra a mãe
 - 4- Tema ignorado
 - 5- Tema do pai que alimenta
- 118- "Nascimento" – identificação
- 1- Mãe
 - 2- Bebés
 - 3- Brancos
 - 4- Homem
 - 5- Ninguém/outros
- 119- "Batalha" – temas
- 1- Tema visto como luta não proibida
 - 2- Tema visto como luta que será punida
 - 3- Tema evitado

- 120- "Batalha" – resposta dos outros
- 1- Permissivos/passivos
 - 2- Punitivos/censura
 - 3- Retaliatória/agressiva
- 121- "Batalha" – identificação
- 1- PN
 - 2- Branco que luta
 - 3- Branco que foge
 - 4- Pai
 - 5- Mãe
 - 6- Ninguém/outros
- 122- "Partida" – temas
- 1- Tema de partida feliz
 - 2- Tema de partida feliz com consequências negativas
 - 3- Tema de partida infeliz
 - 4- Tema de fuga
- 123- "Partida" – identificação
- 1- Branco
 - 2- Ninguém/outros
- 124- "Buraco" – temas
- 1- Tema feliz
 - 2- Tema infeliz
 - 3- Tema de culpabilidade e punição
 - 4- Tema de autonomia e fuga
 - 5 – Não vê tema
- 125- "Buraco" – identificação
- 1- PN
 - 2- Ninguém/outros
- 126- Figura materna
- 1- Satisfatória
 - 2- Agressiva/persecutória
 - 3- Passiva/submissa
 - 4- Ausente
 - 5- Abandônica
 - 6- "Oralizada"
 - 7- "Fállica"
 - 8- Ambivalente

- 127- Figura paterna
- 1- Satisfatória
 - 2- Agressivo/persecutório
 - 3- Passivo/desvalorizado
 - 4- Ausente
 - 5- Abandónico
 - 6- "Maternalizado"
 - 7- Ambivalente

- 128- Pata Negra
- 1- Adequado
 - 2- Herói/mais forte
 - 3- Vítima/submisso
 - 4- Protector/reparador
 - 5- Perseguidor/destruidor
 - 6- Excluído da família

- 129- Ajuda dos outros
- 1- Ajudam
 - 2- Não ajudam

Child Behaviour Checklist

- 130 – Escala de Problemas Totais
- 131 – Escala Internalização
- 132 – Escala Externalização
- 133 – Introversão
- 134 – Queixas Somáticas
- 135 – Ansiedade/Depressão
- 136 – Socialização
- 137 – Problemas de Pensamento
- 138 – Problemas de Atenção
- 139 - Comportamento Delinquente
- 140 – Comportamento Agressivo

Teacher's Report Form

- 141 – Escala de Problemas Totais
- 142 – Escala Internalização
- 143 – Escala Externalização
- 144 – Introversão
- 145 – Queixas Somáticas
- 146 – Ansiedade/Depressão
- 147 – Socialização
- 148 – Problemas de Pensamento
- 149 – Problemas de Atenção
- 150 – Comportamento Delinquente
- 151 – Comportamento Agressivo

ANEXO 2

Classificação Social Internacional de Graffard

Este método baseia-se no estudo de cinco critérios relativos às características social da família, a saber:

1. A profissão
2. Nível de instrução
3. Fontes de rendimento familiar
4. Conforto do alojamento
5. Aspectos do bairro onde habita

Numa primeira fase, deverá atribuir-se a cada família observada, uma pontuação para cada um dos cinco critérios enumerados e numa segunda fase, obter-se-á com a soma destas pontuações o escalão que a família ocupa na sociedade.

1. A profissão

Classificar-se-ão as famílias em cinco categorias, segundo a profissão exercida pelo pai. Se a mãe exercer uma profissão de nível mais elevado do que a do pai, neste caso, servirá de base para a classificação da família.

1º Grau: Directores de bancos, directores técnicos de empresas, licenciados, engenheiros, profissionais com títulos universitários ou de escolas especiais e militares de alta patente.

2º Grau: Chefes de secções administrativas ou de negócios de grandes empresas, subdirectores de bancos, peritos, técnicos e comerciantes.

3º Grau: Ajudantes técnicos, desenhadores, caixeiros, contra-mestres, oficiais de primeira, encarregados, capatazes e mestres de obra.

4º Grau: Ensino primário completo, motoristas, polícias, cozinheiros, etc... (operadores especializados).

5º Grau: Jornaleiros, mandaretes, ajudantes de cozinha, mulheres de limpeza, etc... (trabalhadores manuais ou operários não especializados).

2. O nível de instrução

1º Grau: Ensino Universitário ou equivalente (+ de 12 anos de estudo).

2º Grau: Ensino médio ou técnico superior (10 a 11 anos de estudo).

3º Grau: Ensino médio ou técnico inferior (8 a 9 anos de estudo).

4º Grau: Ensino primário completo (6 anos de estudo).

5º Grau: Ensino primário incompleto ou nulo.

3. Fontes de rendimento familiar

Segundo a principal fonte de rendimento da família, adoptam-se as cinco categorias seguintes:

1º Grau: A fonte principal é fortuna herdada ou adquirida.

2º Grau: Os rendimentos consistem em lucros de empresas, altos honorários, lugares bem remunerados, etc...

3º Grau: Os rendimentos correspondem a um vencimento mensal fixo. Tipo funcionário.

4º Grau: Os rendimentos resultam de salários; ou seja; remuneração por semana, por jorna, por horas ou por tarefa.

5º Grau: O indivíduo ou família são sustentados pela beneficiência pública ou privada. Não se incluem, neste grupo, as pensões de desemprego ou de incapacidade para o trabalho.

4. Conforto do alojamento

Trata-se de dar uma impressão de conjunto, ainda que um pouco subjectiva. Estabelecem-se cinco categorias:

Grupo 1: Casa ou andares luxuosos e muito grandes, oferecendo aos seus moradores o máximo conforto.

Grupo 2: Categoria intermédia: casas ou andares que, sem serem tão luxuosas como as da categoria anterior são espaçosas e confortáveis.

Grupo 3: Casa ou andares modestos, bem construídos e em bom estado de conservação, bem iluminadas e arejadas, com cozinha e casa de banho.

Grupo 4: Categoria intermédia entre a 3 e a 5.

Grupo 5: Alojamentos impróprios para uma vida decente, choças, barracas ou andares desprovidos de todo o conforto, ventilação, iluminação ou também aqueles onde moram demasiadas pessoas em promiscuidade.

5. Aspecto do bairro habitado

Grupo 1: Bairro residencial elegante, onde o valor do terreno ou os alugueres são elevados.

Grupo 2: Bairro residencial bom, de ruas largas com casas confortáveis e bem conservadas.

Grupo 3: Ruas comerciais ou estreitas e antigas, com casas de aspecto geral menos confortável.

Grupo 4: Bairro operário, populoso, mal arejado ou bairro em que o valor do terreno está diminuído como

consequência da proximidade de oficinas, fábricas, estações de caminho de ferro, ...

Grupo 5: Bairros de lata.

Classificação Social

A soma total dos pontos obtidos na classificação dos cinco critérios dá-nos uma pontuação final que corresponde à classe social, conforme a classificação que se segue:

Classe I – Classe Alta: Famílias cuja soma de pontos vai de 5 a 9

Classe II – Classe Média Alta: Famílias cuja soma de pontos vai de 10 a 13

Classe III – Classe Média: Famílias cuja soma de pontos vai de 14 a 17

Classe IV – Classe Média Baixa: Famílias cuja soma de pontos vai de 18 a

21

Classe V – Classe Baixa: Famílias cuja soma de pontos vai de 22 a 25

ANEXO 3 TABELAS

QUADRO 1: Associação entre “Mãe na relação com a criança” e “Grau de agressividade”

			Grau de agressividade			Total
			Baixo	Médio	Alto	
Mãe na relação com a criança	Adequada	Count	3	3	0	6
		% within Grau de agressividade	27,3%	30,0%	,0%	21,4%
	Passiva/ Desvalorizada	Count	2	2	2	6
		% within Grau de agressividade	18,2%	20,0%	28,6%	21,4%
	Ausente	Count	0	4	0	4
		% within Grau de agressividade	,0%	40,0%	,0%	14,3%
	Superprotectora	Count	6	1	5	12
		% within Grau de agressividade	54,5%	10,0%	71,4%	42,9%
Total		Count	11	10	7	28
		% within Grau de agressividade	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Estas diferenças percentuais revelam-se significativas, pelo valor-p obtido no teste exacto de independência, este valor foi de 0,027 ao que corresponde o valor da estatística de teste 13,652.

QUADRO 2: Associação entre “Mãe na relação com a criança” e “Pai na relação com a criança”

			Pai na relação com a criança					Total
			Adequado	Passivo/desvalorizado	Ausente	Superprotector	Agressivo	
Mãe na relação com a criança	Adequada	Count	1	1	3	0	1	6
		% within Pai real (PR)	100,0 %	12,5%	30,0%	,0%	14,3%	21,4%
	Passiva/desvalorizada	Count	0	2	0	0	4	6
		% within Pai real (PR)	,0%	25,0%	,0%	,0%	57,1%	21,4%
	Ausente	Count	0	4	0	0	0	4
		% within Pai real (PR)	,0%	50,0%	,0%	,0%	,0%	14,3%
	Superprotectora	Count	0	1	7	2	2	12
		% within Pai real (PR)	,0%	12,5%	70,0%	100,0%	28,6%	42,9%
Total		Count	1	8	10	2	7	28
		% within Pai real (PR)	100,0 %	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

A caracterização das mães está associada à caracterização dos pais, esta conclusão é possível pelo valor-p (0,003) obtido no teste exacto de independência.

QUADRO 3: Aproveitamento Escolar

r

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1 Bom aproveitamento	5	17,9	17,9	17,9
	2 Médio	7	25,0	25,0	42,9
	3 Baixo aproveitamento	7	25,0	25,0	67,9
	4 Não entregou o questionário	9	32,1	32,1	100,0
	Total	28	100,0	100,0	

QUADRO 4: Adaptação à creche/jardim de infância/pré-escolar

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1 Boa	10	35,7	35,7	35,7
	2 Média	3	10,7	10,7	46,4
	3 Má	6	21,4	21,4	67,9
	4 Não tenho informação	9	32,1	32,1	100,0
	Total	28	100,0	100,0	

QUADRO 5: Adaptação ao 1º ciclo do Ensino Básico

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1 Boa	9	32,1	32,1	32,1
	2 Média	5	17,9	17,9	50,0
	3 Má	8	28,6	28,6	78,6
	4 Não tenho informação	6	21,4	21,4	100,0
	Total	28	100,0	100,0	